

**II CONGRESSO DE PESQUISAS EM
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO MORAL:
CONFLITOS NA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA:
PERIGO OU OPORTUNIDADE?**

**CADERNO DE RESUMOS E
PROGRAMAÇÃO**

Coordenação

Ana Maria Falcão de Aragão – UNICAMP/Campinas-SP
Luciene R. Paulino Tognetta – LPG/UNICAMP/Campinas-SP
Maria Suzana De Stefano Menin – UNESP/Presidente Prudente-SP
Telma Pileggi Vinha – UNICAMP/Campinas-SP

Centro de Convenções –UNICAMP

04 a 07 de julho

2011

Elaboração da ficha catalográfica

Gildenir Carolino Santos – CRB-8/5447

Organização

Ana Maria Falcão de Aragão (UNICAMP)
Luciene R. Paulino Tognetta (UNICAMP)
Maria Suzana de Stefano Menin (UNESP)
Telma P. Vinha (UNICAMP)

Tiragem

Impressa – 500 exemplares

Catálogo na Publicação (CIP) elaborada por
Gildenir Carolino Santos – CRB-8/5447

C76c	Congresso de Pesquisas em Psicologia e Educação Moral (2. : 2011 : Campinas, SP). Caderno de resumos e programação do... : 04 a 07 de julho de 2011, Centro de Convenções – UNICAMP / coordenação: Ana Maria Falcão de Aragão... [et al.]. -- Campinas, SP: UNICAMP/FE, 2011. ISSN 2236-6083 Tema: Conflitos na instituição educativa: perigo ou oportunidade? Periodicidade: Bianual 1. Psicologia – Aspectos morais e éticos. 2. Valores. 3. Educação moral. 4. Cidadania. I. Aragão, Ana Maria Falcão. II. Título.
11-0101-BFE	20ª CDD - 153.23

Índice para catálogo sistemático

1. Psicologia : Moral e ético	153.23
2. Valores	153.45
3. Educação moral	372.832
4. Cidadania	323.6

Impresso no Brasil
Julho -2011

Apresentação

Nos dias atuais, uma das maiores inquietações dos educadores diz respeito aos conflitos interpessoais na escola. Muitos relatam que estas situações de desacordos entre as pessoas, que repercutem em circunstâncias de desrespeito e até mesmo de violência, aumentaram nos últimos anos independente da atuação da escola. Outros educadores afirmam que os conflitos são condições naturais entre as pessoas e que a escola é um espaço para que as crianças e adolescentes tenham a chance de construir formas mais evoluídas de se relacionar. No entanto, ambos reconhecem o desgaste que os desentendimentos entre as pessoas podem gerar no âmbito educacional e entendem que este é um dos grandes desafios da educação contemporânea.

Cientes deste contexto e dispostos a refletir sobre o papel dos conflitos interpessoais na escola, integrantes de vários grupos de pesquisas, associações, instituições educativas de muitos estados brasileiros se reúnem para delinear caminhos para responder a seguinte questão: os conflitos na instituição educativa são um perigo ou uma oportunidade? Este será o foco do II Congresso de Pesquisa em Psicologia e Educação Moral.

Tal discussão é emergente tanto para os educadores quanto para a sociedade de forma geral. De forma específica, os professores questionam-se sobre a atuação mais adequada com suas crianças e adolescentes nas situações de desentendimentos interpessoais. Os educadores relatam sentimentos de angústia, ansiedade e muitas vezes desesperança, já que argumentam que os conflitos entre os alunos ocorrem várias vezes por dia, o que dificulta o bom estudo. Outros ainda relatam situações de conflitos com eles, o que gera indignação, já que compreendem que nos dias atuais o professor não representa uma autoridade para os alunos.

Com este cenário os educadores sentem forte insegurança para intervir e surgem inúmeras indagações: “O que eu preciso fazer para que os conflitos parem de uma vez por todas? O que fazer para que eu consiga dar andamento em minha aula sem precisar parar o tempo todo para resolver conflitos? O que é melhor fazer: usar um castigo ou uma recompensa para resolver este problema? Porque nós ensinamos a resolver conflitos e eles não aprendem? De fato as crianças e adolescentes não nascem sabendo resolver conflitos interpessoais de forma justa e equilibrada e cabe também à escola colaborar para esta construção.

O presente Congresso tem a finalidade de reunir estudiosos e pesquisadores nacionais e de outros países que estejam preocupados com a temática dos conflitos interpessoais. Pretende disseminar o conhecimento resultante de pesquisas sobre o assunto, refletir sobre a forma de atuação nas situações de conflitos na escola e propor parcerias e diálogos com outras áreas da ciência, bem como verificar a necessidade de futuras investigações sobre a temática.

Estamos certos que o assunto é de profunda relevância para a instituição educativa, principalmente para aqueles que estão empenhados em colaborar com a formação de pessoas mais autônomas.

Os organizadores deste congresso cumprimentam com entusiasmo aos que se unem a este objetivo. Que todos, organizadores e participantes possam voltar renovados para sua instituição educativa. Sejam bem vindos!

Coordenação Geral

Boas vindas

Caros participantes.

Este caderno de resumos pode orientá-lo para a apreciação das atividades que constam no programa do evento, bem como para as escolhas dentre aquelas que possuem tal opção.

Informamos que os Anais Eletrônicos que contém os artigos dos trabalhos apresentados durante o II Congresso de Psicologia e Educação Moral: Conflitos na instituição educativa: perigo ou oportunidade? já estão disponíveis no site do COPPEM – www.fe.unicamp.br/coppem e podem ser acessados a qualquer momento.

Bom evento a todos!

Comissão organizadora

Local

CENTRO DE CONVENÇÕES - UNICAMP (ginásio multidisciplinar)
Rua Érico Veríssimo, s/n.

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA - UNICAMP
Av. Bertrand Russell, 801

Cidade Universitária “Zeferino Vaz”
Campinas - SP

Sumário

Histórico	6
Objetivos	6
Eixos temáticos	7
Atividades previstas	7
Coordenação e Comissões	8
Instituições Promotoras	10
Apoios Institucionais	10
Programa	11
Conferências	25
Mesas redondas	26
Simpósios	43
Relatos de pesquisa	48
Pôsteres	80

Histórico

O II Congresso de Pesquisas em Psicologia e Educação Moral é um evento bianual que se destina a aproximar diferentes ciências para fomentar a discussão e compreensão de temas da psicologia e educação moral como os aspectos morais e éticos, valores, cidadania e autonomia moral. É resultante da trajetória de pesquisas e parcerias dos organizadores, bem como dos grupos de pesquisa promotores GEPEM (Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Moral - UNESP/UNICAMP); LPG (Laboratório de Psicologia Genética - FE/UNICAMP); GEPEC (Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Educação Continuada –FE/UNICAMP) e FCT (Grupo de Pesquisa Valores, Educação e Formação de Professores –UNESP/Presidente Prudente), aliados a pesquisadores de diferentes universidades públicas como USP, UNESP, UNICAMP, UNIFESP e particulares como UNIFRAN, PUC Campinas e UNIFAE e de membros do GT Psicologia e Moralidade da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisas e Pós Graduação em Psicologia que buscam continuamente tais aproximações.

Destinado especialmente a professores e docentes da Educação Superior e Básica; alunos de graduação e pós-graduação; profissionais da área de Psicologia e Educação, o objetivo do COPPEM é estabelecer ações conjuntas entre os diferentes grupos de pesquisa com o intuito de trazer à comunidade científica bem como às instituições educativas os espaços para discussão do tema da moral que permeia as relações humanas na escola, alvo de atuais preocupações.

Objetivos

- Estimular a pesquisa, a extensão e o intercâmbio de experiências acerca do fenômeno dos conflitos interpessoais nas instituições educativas.
- Reunir pesquisadores das Universidades nacionais e de outros países que realizem trabalhos na área da psicologia e da educação moral, especificamente sobre conflitos interpessoais em suas diversas dimensões, disseminando o conhecimento resultante destas pesquisas e estudos.
- Oportunizar discussões com apresentações das pesquisas e relatos de experiência entre os professores e os estudantes de pós-graduação e graduação.
- Promover o diálogo entre as diversas ciências, entre elas a Psicologia, a Pedagogia, a Neurociência, a Sociologia, a Antropologia, a História e a Filosofia, visando discutir temáticas relacionadas aos conflitos interpessoais, incentivando novas investigações.
- Promover o debate a respeito da compreensão dos conflitos interpessoais nas escolas, os procedimentos para lidar com tais fenômenos, a formação de professores e a gestão das políticas públicas.

Eixos temáticos

1. Conflitos interpessoais na instituição educativa: ética e moralidade na sociedade pós-moderna
2. Conflitos interpessoais na instituição educativa: fatores, complexidade, diversidade e manifestações como indisciplina, bullying, violência ou incivilidade
3. Conflitos interpessoais na instituição educativa: desenvolvimento e aprendizagem das estratégias de negociação interpessoal
4. Conflitos interpessoais na instituição educativa: processos de inclusão, acesso e permanência
5. Conflitos interpessoais na instituição educativa: relações interculturais, infância, juventude, gênero e raça
6. Conflitos interpessoais na instituição educativa: intervenções, mediação e procedimentos de educação moral
7. Conflitos interpessoais na instituição educativa: saúde, cidadania e mídia
8. Conflitos interpessoais na instituição educativa: legislação e direitos humanos
9. Conflitos interpessoais na instituição educativa: formação do professor, gestão e políticas públicas para a educação
10. Conflitos interpessoais na instituição educativa: questões metodológicas em pesquisas

Palavras-Chave

Psicologia: aspectos morais e éticos, conflitos interpessoais, escola, intervenções pedagógicas. cidadania.

Atividades previstas

- **Conferências:** Consistem na exposição de especialista que discorrerá sobre o tema do evento, de forma abrangente e aprofundada, contemplando o debate nacional e internacional. Os conferencistas serão convidados pela Comissão Científica do Congresso.
- **Mesas-redondas:** Destinam-se a oferecer aos participantes o debate do tema geral e dos subtemas, sob várias perspectivas de análise, apoiado em pesquisas e estudos realizados. Os participantes serão convidados pela Comissão Científica do Congresso
- **Simpósios:** Destinam-se à apresentação de trabalhos, a partir de um tema geral, enviados pelos autores e decorrentes de pesquisas realizadas preferencialmente em instituições diversas. Cada simpósio deverá ser composto por um coordenador e, no máximo, 3 integrantes, de uma ou mais instituições. Cada participante terá 20 minutos para sua apresentação (no caso de 4 participantes) ou 30 minutos (no caso de 3 participantes). O debate será de até 30 minutos ao final da sessão.
- **Relatos de pesquisa:** Destinam-se à apresentação, em sessões temáticas, de pesquisa teórica ou empírica. O participante terá 20 minutos para sua apresentação. Cada sessão temática terá um coordenador, previamente indicado pela Comissão Científica.

- **Pôsteres:** Destinam-se à apresentação de relatos de pesquisas sob a forma de painel a ser afixado em lugar e dia indicados na programação do evento. As dimensões do pôster deverão ser de 90cm de largura por 120cm de altura. Deverá conter as informações: título do trabalho; autores e instituição; introdução/justificativa; objetivos; marco teórico; método; principais resultados e análise; discussão e considerações finais; referências.

Coordenação e Comissões

Coordenação geral

Ana Maria Falcão de Aragão – UNICAMP/Campinas-SP
Luciene R. Paulino Tognetta – LPG/UNICAMP/Campinas-SP
Maria Suzana De Stefano Menin – UNESP/Presidente Prudente-SP
Telma P. Vinha – UNICAMP/Campinas-SP

Coordenação local

Adriana de Melo Ramos - PRPG/UNICAMP/UNIFRAN/Campinas-SP (coord.)
Elaine Prodócimo – UNICAMP/Campinas-SP
Carolina de Aragão Escher Marques - GEPEM/UNICAMP/Campinas-SP
Cármem Lúcia Rodrigues Arruda – UNICAMP/Campinas-SP
Roberta Rabello Fiolo Pozzuto - UNICAMP/Campinas-SP

Comissão financeira e orçamentária

Sonia M. P. Vidigal – PPG/FE/USP-SP (coord.)
Thaís Leite Bozza – GEPEM/FE- UNICAMP/Campinas-SP

Comissão organizacional

Mariana Guimarães Wrege – PPG/FE-UNICAMP/Campinas-SP (coord.)
Cristiane Isabel Canella - FE-UNICAMP/Campinas-SP
Juliana Alvim Bites Castro Calil - GEPEM/UNICAMP/Campinas-SP
Marilena Bueno - GEPEM/UNICAMP/Campinas-SP
Thais Leite Bozza – GEPEM/FE- UNICAMP/Campinas-SP

Comissão editorial

Jussara Cristina Barboza Tortella – PUC/Campinas-SP (coord.)
Adriana M. Corder Molinari – Faculdade Dom Bosco/Piracicaba-SP
Ricardo Leite Camargo – USP/Piracicaba-SP
Roseline Nascimento de Ardiles - GEPEM/UNICAMP/Campinas-SP
Vanessa F. Vicentin – UNIFRAN/Campinas-SP

Comissão de design e internet

Taís Pileggi Vinha
Daniel Furtado – Wezen Design

Comissão de recepção e logística

Lívia Maria Silva Licciardi – PPG/FE-UNICAMP/Campinas-SP (coord.)
Flávia Maria de Campos Vivaldi – GEPEM/UNICAMP/Campinas-SP
Mariza de Fátima Pavan Stucchi – GEPEM/UNICAMP/Campinas-SP
Rita Pisani Cunali – GEPEM/UNICAMP/Campinas-SP

Comissão cultural e cerimonial

Sandra Cristina de Carvalho Dedeschi – PPG/FE-UNICAMP/Campinas-SP (coord.)
Adriana Regina Braga – UNIFESP/SP-SP
Lara Cucolicchio Lucatto – PPG/FE-UNICAMP/Campinas-SP
Nelson Gervoni - ISC/GEPEM/FE- UNICAMP/Campinas-SP
Sandra Cristina Carina – USF/Itatiba-SP

Comissão científica

Ana Maria Falcão de Aragão – UNICAMP/Campinas-SP (coord.)
Adriana Regina Braga – UNIFESP/Guarulhos-SP
Agnaldo Garcia – UFES/Vitória-ES
Alessandra de Moraes Shimizu – UNESP/Marília-SP
Ângela Pereira Teixeira V. Palma – UEL/Londrina-PR
Áurea Maria de Oliveira – UNESP/Rio Claro-SP
Áurea Maria Guimarães - UNICAMP/Campinas-SP
Betânia Alves Veiga Dell'Agli – UNIFAE/São João da Boa Vista-SP
Carmen Campoy Scriptori – CUML/Ribeirão Preto-SP
Claudia Ribeiro – UFLA/Lavras-MG
Cleonice Pereira dos Santos Camino – UFPB/João Pessoa-PB
Denise D'Aurea Tardeli – UMESP/São Paulo
Elaine Prodócimo – UNICAMP/Campinas-SP
Eliane Giachetto Saravali - UNESP/Marília-SP
Eliete Aparecida de Godoy - UNIFRAN/Campinas-SP
Fernando César Bezerra de Andrade – UFPB/João Pessoa-PB
Heloisa Moulin de Alencar – UFES/Vitória-ES
José Augusto V. Palma – UEL/Londrina-PR
Juan Delval – UNED/Espanha
Julio Rique Neto – UFPB/João Pessoa-PB
Leonardo Lemos de Souza – UFMT/Rondonópolis-MT
Lia Beatriz de Lucca Freitas – UFRGS/Porto Alegre-RS
Lia Leme Zaia – LPG/ UNICAMP/Campinas-SP
Lucia Salete Celich Dani – UFSM/ Santa Maria-RS
Luciana Karine de Souza – UFMG/Belo Horizonte-MG
Maria de Fátima Polesi Lukjanenko – USF/Itatiba-SP
Maria Isabel da Silva Leme – USP/São Paulo
Maria Teresa Ceron Trevisol – UNOESC/Joaçaba-SC
Mario Sergio Vasconcelos – UNESP/Assis-SP
Nádia M. Bádue Freire – UNIFRAN/Campinas-SP

Nelson Pedro da Silva – UNESP/Assis-SP
Orly Zucatto Mantovani de Assis – UNICAMP/Campinas-SP
Patrícia Unger Raphael Bataglia – UNESP/Marília-SP
Raul Aragão Martins - UNESP/ São José do Rio Preto-SP
Rita Melissa Lepre – UNESP/Bauru
Sandra Cristina Carina – USF/Itatiba-SP
Silvia Parrat-Dayana – Archives Jean Piaget/Suíça
Yves de La Taille – USP/São Paulo

Instituições Promotoras

Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Moral - GEPEM/Unesp/Unicamp
Grupo de Pesquisa Valores, Educação e Formação de Professores – FCT/UNESP/Presidente Prudente-SP
Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Continuada – GEPEC/FE/UNICAMP/Campinas-SP
Laboratório de Psicologia Genética - LPG/FE/Unicamp/Campinas-SP
Universidade de Franca - Unifran/Campinas-SP
Universidade de São Paulo-USP/Piracicaba-SP
Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - Unesp /Presidente Prudente-SP
Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - Unesp/Rio Claro-SP
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP/Campinas-SP
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP/Guarulhos-SP

Apoios Institucionais

Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino - UNIFAE/São João da Boa Vista-SP
Centro Universitário Moura Lacerda - CUML/Ribeirão Preto-SP
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ
Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo – FAPESP
Fundação para o Desenvolvimento da UNESP – FUNDUNESP
Fundo de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e Extensão – FAEPEX/UNICAMP
Pontifícia Universidade Católica - PUC/Campinas-SP
Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria-UFSM/Santa Maria-RS
Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS/Porto Alegre–RS
Universidade de São Paulo - USP/São Paulo
Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOESC/Joaçaba-SC
Universidade Estadual de Londrina - UEL/Londrina-PR
Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Assis/Marília-SP
Universidade Federal da Paraíba - UFPB/João Pessoa–PB
Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT/Rondonópolis-MT
Universidade Metodista de São Paulo - UMESP/São Paulo
Universidade São Francisco - USF/Bragança Paulista/Campinas/Itatiba-SP

INDISCIPLINA NA ESCOLA: DIFERENTES LEITURAS DE PESQUISA

Joe Garcia (UTP- PR)
joe@sul.com.br

Uma análise da indisciplina escolar a partir de um conjunto de pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, na última década. As investigações em questão referem-se a um grupo de oito dissertações de mestrado, que abordaram diferentes questões relativas à indisciplina na educação básica e no contexto da educação superior. Inicialmente, analisamos uma pesquisa que teve por foco as atitudes dos professores relacionadas à indisciplina escolar, em sala de aula, nas séries finais do Ensino Fundamental, que explorou uma leitura teórica originada na psicologia social. Uma outra investigação considerada tratou da percepção social dos professores sobre a indisciplina, em uma escola de Ensino Fundamental, explorando contribuições teóricas da sociologia da percepção. A terceira pesquisa destacada, analisou a visão de um grupo de professores de Educação Física sobre a indisciplina escolar, tendo por referencial teórico os escritos de Michel Foucault. Uma outra investigação aqui analisada, abordou experiências estéticas de indisciplina na Educação Superior, vivenciadas por professores de Arte durante suas práticas pedagógicas. Uma outra dissertação destacada abordou a relação entre a indisciplina escolar e a autoridade docente, através de uma investigação teórica que empregou um método de desenvolvimento conceitual para propor uma leitura sobre a noção de indisciplina, em contraponto às idéias sobre autoridade propostas por Richard Sennet. A sexta pesquisa analisada realizou um estudo qualitativo sobre a indisciplina na perspectiva de alunos da oitava série do ensino fundamental, de uma escola pública estadual. A próxima dissertação analisada abordou o discurso pedagógico sobre indisciplina escolar entre professores da educação básica, estabelecendo um diálogo teórico com escritos de *Philippe Meirieu*. A última pesquisa considerada, apresenta uma leitura da indisciplina escolar na visão de um grupo coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Fundamental, tendo em perspectiva a concepção de educação como acolhida com base nos escritos de Hannah Arendt. Finalmente, destacamos um conjunto de avanços sobre a compreensão da indisciplina na escola, decorrentes das pesquisas analisadas.

BULLYING E CIBERBULLYING: O ESTADO DA QUESTÃO COM RELAÇÃO À CONVIVÊNCIA ESCOLAR

José María Avilés Martínez (UVA - Espanha)
jmaviles@psi.uva.es

Discute-se as causas do bullying, tanto o presencial como o realizado via rede eletrônica, seus tipos e perfis, destacando as pesquisas mais relevantes, os instrumentos de avaliações mais comuns e as propostas de ações preventivas e de intervenção, que são necessárias em cada um dos setores da comunidade educativa. Identificam-se também os desafios que o trabalho contra o bullying representa para as diferentes autoridades de ensino, incluindo o desenvolvimento de Projetos Antibullying, em respostas a estes desafios. Discute-se as circunstâncias especiais necessárias para combater o “cyberbullying” e aborda a educação moral como um meio para alcançar, no futuro, espaços escolares mais saudáveis e livres de assédio.

Dia 04/07 Segunda-feira 13:30h -16:00h Auditório III (transmissão em vídeo/telão para o auditório I)	Pesquisas em resolução de conflitos Mediação: Paulo de Camargo, jornalista especializado em educação <i>A avaliação que os adolescentes fazem com base na interpretação do seu contexto cultural e as estratégias que utilizam para lidar com a agressividade dos colegas e a exclusão social na escola</i> Robert L. Selman – Universidade de Harvard /Massachusetts-EUA <i>Um panorama das pesquisas sobre conflitos interpessoais</i> Maria Isabel da Silva Leme - USP/São Paulo
--	---

PESQUISAS EM RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

A AVALIAÇÃO QUE OS ADOLESCENTES FAZEM COM BASE NA INTERPRETAÇÃO DO SEU CONTEXTO CULTURAL E AS ESTRATÉGIAS QUE UTILIZAM PARA LIDAR COM A AGRESSIVIDADE DOS COLEGAS E A EXCLUSÃO SOCIAL NA ESCOLA

Robert L. Selman (Universidade de Harvard - EUA)
robert_selman@harvard.edu

Minha palestra vai abordar o processo de tomada de decisão pelo qual as crianças escolhem uma estratégia para opor-se, ignorar ou juntar-se aos autores, quando testemunham situações de agressão entre colegas e a exclusão social em suas escolas. Nós analisamos dados de 23 entrevistas que foram realizados com alunos da oitava série em quatro escolas de Ensino Médio, em Boston (Massachusetts) como parte de um estudo do clima escolar, utilizando uma abordagem teórica estabelecida. Criamos um modelo multinível que identifica as escolhas dos alunos como sendo influenciadas tanto pela percepção de suas necessidades pessoais como pelas regras da cultura ou de prescrição para a ação que eles recebem dos diversos grupos a que pertencem ou se identificam: os amigos, colegas e escola. Criamos uma árvore de tomada de decisão para ilustrar as diferentes escolhas dos estudantes a partir da interpretação que eles fazem de um conjunto de “índices críticos sócio relacionais”, os quais nós hipotetizamos servirem como preditores da estratégia a ser escolhida quando os alunos testemunham situações de provocação de um colega na escola: 1) a interpretação da natureza subjacente ou a gravidade da situação, 2) a relação pessoal com a vítima e agressor, 3) o universo de responsabilidade moral, e 4) o status de poder pessoal em relação ao agressor. Finalmente, vamos explorar as maneiras pelas quais as regras da escola em diferentes climas podem reforçar ou contrabalançar os caminhos culturalmente prescritos. Nós discutimos as implicações dos nossos resultados para os investigadores no domínio do desenvolvimento moral e para os profissionais interessados em ajudar as crianças a criarem um ambiente seguro e acolhedor em suas escolas e comunidades

UM PANORAMA DAS PESQUISAS SOBRE CONFLITOS INTERPESSOAIS

Maria Isabel da Silva Leme (USP - SP)
belleme@usp.br

As pesquisas sobre conflitos interpessoais vem sendo realizadas há mais de 30 anos e tem sido bem sucedidas tanto na identificação das estratégias de resolução mais frequentes como das variáveis que contribuem para sua maior ou menor incidência. As variáveis sobre as quais já se dispõe de

conhecimento mais consolidado são o sexo, sendo os meninos mais propensos do que as meninas, tanto para iniciar os incidentes como a adotar estratégias mais coercitivas do que pacíficas. A idade é outra variável razoavelmente bem estudada, concluindo-se que o período entre 8 e 12 anos é o de maior ocorrência de conflitos, e também o de maior agressividade. Outra variável importante é a cultura em que a criança é socializada, observando-se que naquelas em que a relação indivíduo-grupo é mais valorizada, ocorre maior tendência a evitar o conflito, enquanto que nas que valorizam a independência do indivíduo, observa-se maior tendência ao enfrentamento, tanto pacífico como coercitivo. Por outro lado, uma variável pouco estudada é a influência do nível socioeconômico sobre a escolha de estratégias de resolução. Tendo por objetivo esclarecer este papel, temos realizado nos últimos 12 anos comparações sistemáticas da resolução de conflitos por alunos de escolas públicas e privadas, obtendo um padrão de respostas muito estável, tanto em termos das estratégias preferidas pela população estudada, como nas diferenças entre os alunos dos dois tipos de escola. No que diz respeito ao padrão de escolha, verificamos ao longo desta trajetória que são mais frequentes as estratégias menos favoráveis à boa resolução do conflito, isto é, as respostas consistem predominantemente em ausência de reação ou esquiva, em segundo lugar, a coerção, e ainda, uma combinação destas duas primeiras estratégias. As estratégias de enfrentamento pacífico como a negociação ou conciliação são escolhidas em quarto lugar. No que diz respeito às diferenças aos alunos dos dois tipos de escola, pública e privada, observa-se que na primeira a tendência à esquiva ou ausência de reação é mais frequente do que na última. Esta diferença é compensada pelo fato dos alunos de escola privada escolherem mais estratégias de enfrentamento, tanto pacíficas como coercitivas. As razões para estas diferenças, como por exemplo, práticas de socialização, estão em investigação.

Dia 05/07 Terça-feira 10:30h – 12:30h Auditório I	Projetos bem sucedidos de educação moral: em busca de experiências brasileiras I Mediação: Gustavo Xavier - TV USP Maria Teresa Ceron Trevisol – UNOESC/Joaçaba-SC Heloisa Moulin de Alencar – UFES/Vitória-ES Luciene R. Paulino Tognetta – LPG/UNICAMP/Campinas-SP Raul Aragão Martins - UNESP/São José do Rio Preto-SP Solange Maria Beggiano Mezzaroba – UEL/Londrina-PR
--	---

PROJETOS BEM SUCEDIDOS DE EDUCAÇÃO MORAL: EM BUSCA DE EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS I

Maria Teresa C. Trevisol (UOSC - SC)
mariateresa.trevisol@unoesc.edu.br
 Heloisa M. Alencar (UFES - ES)
hmoulin@gmail.com
 Luciene Tognetta (LPG/Unicamp - SP)
lrpaulino@uol.com.br
 Raul Aragão Martins (UNESP - SP)
raul@ibilce.unesp.br
 Solange Mezzaroba (UEL - PR)
solmezza@sercomtel.com.br

Muitas escolas, após sofrerem com inúmeras situações de indisciplina, desrespeito e violência procuram desenvolver projetos buscando uma educação em valores, tais como paz, respeito, solidariedade, respeito ao meio ambiente. A forma como essas iniciativas acontecem é muito

variada e, certas escolas públicas têm experiências muito interessantes e que merecem ser refletidas e conhecidas por todos. Assim, nesta Mesa Redonda apresentamos alguns resultados da pesquisa “Projetos bem sucedidos de educação moral: em busca de experiências brasileiras” que teve como objetivo investigar experiências brasileiras de educação moral ou educação em valores consideradas pelas escolas como bem sucedidas. As experiências foram coletas junto a escolas públicas de ensino fundamental e médio, em todos os estados brasileiros. Nesta Mesa apresentamos projetos dos seguintes estados: Espírito Santo, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo. As experiências foram selecionadas a partir de critérios extraídos da Psicologia da Moralidade que serão explicitados e que se relacionam a campos como: às finalidades buscadas, temas trabalhados, meios utilizados, resultados alcançados, relações com a comunidade e famílias dos alunos, e outros.

Dia 05/07 Terça-feira 10:30h – 12:30h Auditório II	A resolução de conflitos na escola: as assembleias e a justiça restaurativa Mediação: Jeverson Barbieri – Rádio e TV Unicamp <i>Justiça restaurativa e cultura de paz</i> Egberto de Almeida Penido – Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo <i>As assembleias e o círculo restaurativo na escola: discutindo o público e o privado na resolução de conflitos</i> Telma P. Vinha - UNICAMP/Campinas-SP
---	--

A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NA ESCOLA: AS ASSEMBLEIAS E A JUSTIÇA RESTAURATIVA

JUSTIÇA RESTAURATIVA E CULTURA DE PAZ

Dr. Egberto de Almeida Penido (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo)
egpenido@tjsp.jus.br

A Justiça Restaurativa se constitui em uma eficaz dinâmica de transformação de conflitos, por meio da qual todos os envolvidos se apoderam de modo consciente e criativo, fortalecendo a cultura de paz. Nesta apresentação abordaremos as noções básicas da Justiça Restaurativa e relataremos a maneira pela qual ela vem sendo implementada na capital de São Paulo.

AS ASSEMBLEIAS E O CÍRCULO RESTAURATIVO NA ESCOLA: DISCUTINDO O PÚBLICO E O PRIVADO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Telma Pileggi Vinha (UNICAMP - SP)
telmavinha@uol.com.br

Diante das inúmeras situações de desavenças, indisciplina, bullying e violência que vêm sendo observadas dentro e fora do ambiente escolar algumas instituições têm implantado as assembleias e os círculos restaurativos como procedimentos para lidar com tais conflitos. As assembleias são um momento para a troca de ideias a partir de problemas reais vividos pelo grupo e, também, um local onde se felicitam as realizações conquistadas. É um espaço que favorece o diálogo, em que se exercita a democracia e a cidadania, momento para falar sobre questões que são inerentes ao coletivo visando uma convivência melhor. É, portanto, um espaço onde as regras são elaboradas e reelaboradas constantemente, em que se discutem os conflitos e se negociam soluções, validando o respeito mútuo como princípio norteador das relações interpessoais. Objetiva ainda contribuir para a organização do ambiente de trabalho, promover a justiça, fomentar a responsabilidade por aquilo que ocorre na escola e o comprometimento de todos com as decisões. Proveniente do âmbito

Jurídico, a Justiça Restaurativa propõe uma mudança de foco nas práticas judiciais, ou seja, se tradicionalmente a justiça se ocupa em apurar e punir culpados, não levando em conta as necessidades das vítimas ou a reparação dos danos do ato infracional, sejam eles físicos, psicológicos ou sociais, com a Justiça Restaurativa são valorizados o diálogo e o protagonismo dos envolvidos: vítimas, infratores, familiares e comunidade. Algumas escolas no Brasil, inspiradas em experiências em instituições educativas no exterior, aderiram a Justiça Restaurativa, buscando por meio da implantação dos círculos restaurativos formas mais cooperativas para lidar com essas difíceis situações e, simultaneamente, promover a autorresponsabilização e a reparação dos danos. Direcionado aos conflitos do âmbito privado, por meio dos círculos, autor e receptor do ato buscam superar os danos e alcançar a solução do conflito. Todavia, alguns estudos indicam que as escolas têm encontrado muitas dificuldades para implantar os círculos restaurativos e/ou as assembleias, de forma coerente com os princípios que os fundamentam. Não raro, são realizados eventualmente e de maneira reducionista, descaracterizando-os. Compreendendo os conflitos interpessoais os como oportunidades para a construção de valores morais e das regras que regulam a convivência, pretende-se discutir esses dois procedimentos complementares que podem contribuir para o processo de resolução das desavenças e refletir sobre algumas das dificuldades enfrentadas para sua efetiva realização de maneira a favorecer a construção de um ambiente sociomoral cooperativo na instituição educativa.

Dia 05/07 Terça-feira 10:30h – 12:30h Auditório III	<p>O lúdico e as relações pessoais: oportunidade de ação Mediação: Jornalista Leandro Moretti Manço</p> <p><i>Lúdico e agressividade: como a escola lida com isso?</i> Elaine Prodócimo – FEF/ UNICAMP/Campinas-SP</p> <p><i>Bullying escolar e outras violências: armadilhas de um modelo curricular contrário ao "corpo da infância"</i> Rosana Coronetti Farenzena – UPF/Passo Fundo-RS</p> <p><i>A violência para a psicanálise</i> Ana Maria Moraes Fontes – UFJF/Juiz de Fora-MG</p>
--	---

O LÚDICO E AS RELAÇÕES PESSOAIS: OPORTUNIDADE DE AÇÃO

Nessa mesa buscaremos tratar da violência em sua base, com um olhar psicanalítico, procurando entendê-la, levando em conta sua relevância na formação do processo identitário do sujeito e as possibilidades de, por meio do lúdico, inserido na escola de lidar com essa questão. Com base nesse contexto vemos a escola como instituição responsável também juntamente com outras instâncias, pela formação do sujeito e que, como tal deveria compreender como lidar com essa questão. Porém, o que vemos é outra realidade. A escola não tem atendido, em muitas vezes a esse papel. Temos presenciado situações de punição ou “tercerização” na forma de tratar da violência. Além da questão da forma como lidam com esse ponto, vemos a escola desvinculada dos interesses e mesmo necessidades dos alunos, o que acaba desencadeando ainda mais eventos violentos por parte dos alunos que não se sentem acolhidos por esse ambiente. Vemos que o lúdico poderia estar mais presente nas escolas, e esse é o ponto que será tratado nas duas apresentações seguintes, concluindo a mesa redonda.

A VIOLÊNCIA PARA A PSICANÁLISE

Ana Maria Moraes Fontes (UFJF - MG)
 afontesjf@uol.com.br

Costuma-se, hoje, quando se pensa na violência, considerar ora a posição da vítima, ora a posição

do agressor, ou seja, daquele que sofre a agressão e daquele que a pratica. Uma tal abordagem supõe a existência de uma realidade independente do sujeito. Quer dizer uma realidade de violência e agressão da qual o sujeito só comparece como vítima ou como agressor. Mas existe uma violência fundante, de estrutura. O que propomos nesta comunicação é pensar sobre a manifestação da violência e da agressividade a partir de uma violência simbólica que estrutura o desejo do sujeito. Sendo estruturante ela não deve ser eliminada, pois ela mesma não é mortífera. Ela se tornará mortífera quando faltar a função simbólica.

LÚDICO E AGRESSIVIDADE: COMO A ESCOLA LIDA COM ISSO?

Elaine Prodócimo (UNICAMP - SP)
elaine@fef.unicamp.br

Com base na compreensão da agressividade como sendo estruturante do indivíduo, da mesma forma que a necessidade deste de fazer parte de grupo, de sentir aceito, para assim poder formar-se de maneira íntegra, vemos que a escola deveria estar preparada para lidar com essas questões. Vemos no lúdico uma possibilidade de ação no ambiente escolar que vem sendo pouco aproveitada. Por meio do lúdico a pessoa pode expressar-se, manifestar seus sentimentos, e assim compreender-se como sujeito único. Também por meio dos jogos, como uma das manifestações do lúdico, a criança aprende a lidar com regras, que são importantes na formação moral e na resolução de conflitos. Essa potencialidade que o lúdico oferece pode servir também em caráter preventivo de ações mais violentas, pois os alunos poderão, ao sentir suas necessidades e interesses atendidos, agir de forma mais segura. Vemos que a agressão muitas vezes se apresenta como ato de resistência a violência simbólica exercida pela escola, já que essa, ao impor seus padrões, muitas vezes desconsidera as particularidades dos educandos.

BULLYING ESCOLAR E OUTRAS VIOLÊNCIAS: ARMADILHAS DE UM MODELO CURRICULAR CONTRÁRIO AO "CORPO DA INFÂNCIA

Rosana Coronetti Farenzena (UPF - RS)
farenzena@upf.br

A perspectiva de que a sociedade se constitui pela cultura contra a barbárie, merece ser problematizada diante das sucessivas crises e da instabilidade que afirmam um modelo societal hipercompetitivo e individualista. Nessa “sociedade de risco” a escola afirmou-se como estrutura absolutamente necessária. Responde, entre outras funções pela unidade cultural que enraíza a idéia de nação. Entretanto, o modelo de escola naturalizado e universalizado é predominantemente unidirecional e acéfalo de reflexividade institucional. Poderia ser de outra forma? É preciso lembrar que a escola está simultaneamente em crise e em expansão. É um lugar de passagem, não para a certeza de um fim, mas para a incerteza. A concepção institucional de que não há crianças, há alunos, justificada no objetivo de transmissão da cultura é oposta a organização da ação coletiva pautada na ordem dos direitos, em que as crianças são consideradas em si próprias. Faz-se, nesta perspectiva, pertinente questionar qual é o lugar da infância nessa instituição, que se supõe constituída como espaço principal para a expressão da criança. O princípio de participação articula diretamente com a condição de cidadania, o que difere de pré-cidadania ou de estar em condições para essa transição. A criança exerce uma influência partilhada e real na estruturação do espaço coletivo. Pedagogias sintonizadas com o exercício da ação das crianças nos contextos onde estão e, com suas formas próprias de pensar constituem referências de uma intervenção educadora centrada nos princípios da alteridade e da convivência respeitosa entre pares. Programas exitosos na

prevenção de comportamentos agressivos e na implementação de dinâmicas relacionais positivas, assumem as crianças como sujeitos ativos e influentes nas decisões. Participar da elaboração dos regulamentos e das práticas de mediação constituem formas concretas dessa cidadania participativa. Entretanto, isto não é tudo. A dimensão lúdica e corporal, inerente a categoria de infância e historicamente alijada dos objetivos formais da escolarização, permanece na zona da governança adulta e não como um domínio de participação infantil. Perduram modelos de silenciamento e de homogeneização investidos de negatividade formativa. Do alijamento do corpo e de suas múltiplas manifestações na escolarização da infância decorrem processos pouco conhecidos. Está na escola, espaço cívico e formativo, universalizado, a possibilidade da intervenção social e individual transformadora, capaz de restituir à infância o que é das crianças.

Dia 05/07 Terça-feira 16:30h – 18:30h Auditório I	Dimensões do conflito: estudos sobre perdão e sobre situações de risco Mediação: Carolina Rodrigues - Rádio CBN <i>O conflito cognitivo no julgamento moral de justiça e perdão: Reciprocidade ideal vs. respeito incondicional</i> Júlio Rique Neto – UFPB/João Pessoa–PB <i>Desenvolvimento sociomoral e condutas de risco em adolescentes</i> Raul Aragão Martins - UNESP/ São José do Rio Preto-SP
--	--

DIMENSÕES DO CONFLITO: ESTUDOS SOBRE PERDÃO E SOBRE SITUAÇÕES DE RISCO

O CONFLITO COGNITIVO NO JULGAMENTO MORAL DE JUSTIÇA E PERDÃO: RECIPROCIDADE IDEAL VS. RESPEITO INCONDICIONAL

Júlio Rique (UFPB – PB)
julio.rique@uol.com.br

O presente trabalho apresenta e discute criticamente o conflito cognitivo entre a obrigatoriedade da justiça e a incondicionalidade do perdão no julgamento moral. É esperado que o julgamento moral de justiça e de perdão siga princípios norteadores comuns a área do desenvolvimento. Nesse sentido, ao longo do desenvolvimento do pensamento moral, as operações cognitivas subjacentes aos princípios morais devem ser comuns a justiça e ao perdão. Porém, ao se desprender das relações concretas, o pensamento de justiça se vincula ao princípio maior da reciprocidade ideal com o uso da regra de ouro. Por outro lado, o pensamento do perdão seria equivalente a justiça se mantivesse a mesma operação cognitiva requerendo “do outro (um ofensor)” um reconhecimento da forma com a qual ele ou ela foi tratado(a). Nesse caso, o princípio da reciprocidade ideal pode ser visto como incompatível com a incondicionalidade necessária para o perdão. Perdoar requer um desprendimento ou uma transformação maior da reciprocidade ideal (reconciliação) para ir além da obrigação moral de “ser justo” e aliar a justiça com a generosidade do espírito. Assim, pergunta-se: é a justiça com generosidade uma forma maior de reciprocidade ideal ou um ideal de santidade?

DESENVOLVIMENTO SOCIOMORAL E CONDUTAS DE RISCO EM ADOLESCENTES

Raul Aragão Martins (UNESP - SP)
raul@ibilce.unesp.br

As crianças ao entrarem na adolescência se deparam com uma série de condutas que precisam aprender para participarem ativamente da sociedade em que estão inseridas. Estes novos repertórios

dizem respeito as formas como se relacionam consigo mesmo e com as outras pessoas. São comportamentos que envolvem simultaneamente a busca de prazer e a autonomia pessoal e têm com pano de fundo os relacionamentos com os pares (próximos, íntimos e românticos) e com os adultos que os cercam. Estas condutas são construídas socialmente, de forma interativa e envolvem uma série de regras (pessoais, convencionais e morais). Para que pais e educadores possam colaborar na organização deste conhecimento nas novas gerações é fundamental que tenham clareza de como se desenvolvem estas condutas. Uma proposta é conhecer-se a epidemiologia do uso de álcool e outras drogas, da iniciação sexual e suas decorrências (doenças sexualmente transmissíveis e gravidez não planejada) e dos acidentes com veículos motorizados. A forma como os adolescentes se iniciam nestas atividades e como as compreendem e julgam podem orientar na organização de programas de formação social e preventivos de danos.

Dia 05/07 Terça-feira 16:30h – 18:30h Auditório II	Compreendendo e intervindo nos conflitos Mediação: Sérgio Franco - TV In <i>As causas, estratégias e finalizações dos conflitos entre as crianças</i> Lívia Maria Silva Licciardi - PPG/FE/UNICAMP/Campinas-SP <i>Gestão dos conflitos na instituição educativa</i> Ana Maria Falcão de Aragão – UNICAMP/Campinas-SP
---	--

COMPREENDENDO E INTERVINDO NOS CONFLITOS

AS CAUSAS, ESTRATÉGIAS E FINALIZAÇÕES DOS CONFLITOS ENTRE AS CRIANÇAS

Lívia Maria Silva Licciardi (UNICAMP - SP)
liviamfsilva@ig.com.br

Esta comunicação tem por objetivo apresentar e discutir os resultados de uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo, cujos objetivos foram: identificar as causas, as estratégias empregadas pelos sujeitos e os resultados dos conflitos vividos entre as crianças de 3 a 4 anos e de 5 a 6 anos e comparar se há diferenças entre as duas faixas etárias estudadas, bem como comparar se havia diferenças nas formas como as crianças resolviam os conflitos vividos e como julgavam solucioná-los. A amostra foi constituída por quatro classes, sendo duas de crianças de 3 a 4 anos e duas de 5 a 6 anos, de duas escolas municipais de uma cidade do interior paulista, escolhidas por conveniência. Os dados foram coletados por meio de 44 sessões de observação das interações sociais das crianças. Para avaliar como as crianças julgavam resolver os conflitos, foram apresentadas histórias contendo conflitos hipotéticos, elaboradas a partir das situações observadas. Os resultados indicaram que os principais motivos que geraram conflitos nas crianças de 3 a 6 anos foram disputas por objeto, ação provocativa e exclusão, sendo que a exclusão aumentou com a idade. As estratégias de negociação empregadas em situações de conflitos interpessoais pelas crianças foram predominantemente físicas e impulsivas. Entretanto, as mais velhas utilizaram-se de mais estratégias impositivas do que as mais jovens. Com relação aos resultados do emprego destas estratégias, encontrou-se que a maior parte dos conflitos foram simplesmente abandonados ou resolvidos de forma unilateral. Assim como na ação, as estratégias verbalizadas nas entrevistas pelas crianças, também foram predominantemente físicas e impulsivas, sendo que as de 5 a 6 anos apresentaram mais estratégias impositivas do que as de 3 a 4 anos. Ao comparar as estratégias empregadas pelas crianças nos conflitos vividos por elas e aquelas apresentadas nas entrevistas, encontrou-se que as mais evoluídas

aparecem em maior quantidade na ação, o que é coerente com a teoria piagetiana. A análise dos dados e a discussão dos resultados foram embasadas nos estudos de Jean Piaget e Robert Selman.

GESTÃO DOS CONFLITOS NA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA

Ana Maria Falcão de Aragão (UNICAMP - SP)
anaragao@terra.com.br

O ensino reflexivo é construído por professores críticos e que analisam suas teorias e práticas à medida em que se debruçam sobre o conjunto de sua ação, refletindo sobre o seu ensino e as condições sociais nas quais suas experiências estão inseridas, sempre de forma coletiva, com seus pares. Acredito que a reflexividade é constituída, necessariamente, por discussões que busquem fundamentar teoricamente as tomadas de decisão cotidianas na direção de uma ação cada vez mais intencional e menos ingênua. Em uma escola pública municipal, na cidade de Campinas, realizamos um projeto formativo-investigativo, entre os anos de 2003 a 2008 quando a principal queixa da escola era a gestão dos conflitos entre professores e alunos. Fomos sugerindo estratégias de formação coletivas que foram reconhecidas pelos professores como potenciadoras da instituição de um sentido acordado, integrador e definidor de um modo diverso de olhar para tudo o que lá ocorria. Destarte, podemos afirmar que não foram só as estratégias planejadas que podem explicar a reflexividade coletiva, mas também algumas discussões de situações práticas cotidianas que permitiram a emergência do conhecimento através da reflexão de um evento concreto, único e irrepetível.

Dia 05/07 Terça-feira 16:30h – 18:30h Auditório III	Um mapeamento das questões de indisciplina na escola Mediação: Beatriz Vichessi - Revista Nova Escola <i>Indisciplina escolar: um breve balanço da pesquisa em educação</i> Juliana Ap. Matias Zechi – PPG/UNESP/Presidente Prudente-SP <i>Um estudo comparativo sobre a indisciplina escolar: representações de alunos e professores do ensino fundamental e médio</i> Mario Sergio Vasconcelos – UNESP/Assis-SP
--	---

UM MAPEAMENTO DAS QUESTÕES DE INDISCIPLINA NA ESCOLA

INDISCIPLINA ESCOLAR: UM BREVE BALANÇO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Juliana Aparecida Matias Zechi (UNESP - SP)
juzechi@hotmail.com

O presente trabalho tem como objetivo analisar o fenômeno da indisciplina em meio escolar e avaliar proposições apresentadas com a finalidade de prevenção e contenção dessa problemática. Este texto apresenta resultados de investigações anteriores que tiveram como método um levantamento do tipo “Estado da Arte” de estudos produzidos na área de Educação sobre a temática no período de 1990 a 2005. As pesquisas analisadas trazem novos elementos para a constituição do tema, capazes de caracterizar essa problemática escolar. Na análise teórica dos trabalhos, observamos a utilização de várias abordagens teóricas; contudo, a adoção de um enfoque específico não implica numa explicação exclusiva sobre a indisciplina que tem sido definida como uma rebeldia, desacato às regras estabelecidas e/ou como uma manifestação de resistência contra o autoritarismo pedagógico, às regras impostas ou à escola com seu sistema de ensino excludente. Os autores estão abordando uma discussão sobre a violência praticada pela instituição escolar e

compreendendo a indisciplina como uma manifestação positiva contra essa forma de violência. Quando apontam as possíveis causas desencadeadoras da indisciplina, os estudos indicam que é preciso considerar os vários fatores que a geram e potencializam para, assim, buscar possíveis soluções. Esses trabalhos revelam que a problemática presente em meio escolar é reflexo das mudanças socioeconômicas ocorridas na sociedade e no sistema escolar, da educação familiar, mas é também gerada e potencializada no interior da escola, apontando a violência simbólica praticada pela instituição escolar, o estabelecimento de regras e normas escolares e as condutas docentes como fatores influenciadores da dinâmica escolar. A maioria dos pesquisadores apresenta práticas de cunho educativo, voltadas para a prevenção e o enfrentamento dessa problemática, apontando que a escola tem um importante papel na prevenção e contenção da indisciplina e essa precisa adotar novas atitudes deixando de usar medidas repressivas na superação do problema. É preciso negociar com a indisciplina, buscando compreender o que os alunos querem transmitir com seus comportamentos indisciplinados. Os docentes também têm papel relevante no enfrentamento dessa problemática, porém, as pesquisas indicam uma deficiência na formação de professores quanto ao preparo para lidar com situações cotidianas de tensões e conflitos. Portanto, um caminho que parece importante ser trilhado é a questão da formação docente como uma das respostas concretas para a redução da indisciplina no cotidiano das escolas.

UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A INDISCIPLINA ESCOLAR: REPRESENTAÇÕES DE ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Mário Sérgio Vasconcelos (UNESP - SP)

vascon@assis.unesp.br

Profa. Maria Elvira Bellotto (UNESP - SP)

Um dos problemas recorrentes no contexto educacional é a indisciplina escolar. Por isso, compreender de forma mais aprofundada tal fenômeno tornou-se uma forte demanda no meio educacional brasileiro. Com o intuito de contribuir para o debate sobre a o tema, realizamos duas pesquisas buscando conhecer melhor o que professores e alunos do ensino fundamental e médio pensam sobre a indisciplina no contexto escolar. Em ambos estudos o referencial teórico-metodológico utilizado foi a Teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento. Modelos organizadores são representações mentais elaboradas sobre uma determinada situação, compostos pelos elementos destacados pelo sujeito, os significados atribuídos a esses elementos e as implicações estabelecidas entre os elementos e os significados. Na primeira investigação, desenvolvemos um estudo exploratório descritivo com 126 professores, de ambos os sexos, da rede pública de ensino de cinco cidades da região de Assis (SP), sendo 82 do ensino fundamental e 44 do ensino médio. Os resultados desse estudo mostraram principalmente que: a) foram atribuídas diferentes causas à indisciplina escolar, porém a maioria dos professores (68,4%) afirmou, entre outras coisas, que as origens da indisciplina estão relacionadas a determinações inatas ou principalmente ao ambiente familiar no qual o aluno foi criado; b) 72,1% dos professores atribuíram a causa da indisciplina a fatores externos à instituição escolar; c) de um modo geral, os professores desconheciam e/ou desconsideravam o ponto de vista dos alunos sobre a indisciplina na escola. Com esses resultados pudemos constatar que as representações dos professores sobre indisciplina implicam em conseqüências à prática pedagógica, pois além de haver o desconhecimento do pensamento dos alunos sobre o problema, fato que acarreta ações unilaterais por parte dos professoras, reforçam a idéia de um determinismo prévio, externo à instituição escolar, que provoca uma espécie de imobilismo escolar no enfrentamento do fenômeno da indisciplina. Na segunda pesquisa tivemos como principal objetivo identificar significações que alunos do ensino fundamental e médio atribuem diante de um conflito envolvendo a indisciplina em contexto escolar. Para atingir nosso propósito investigamos os modelos abstraídos por 100 alunos de 8, 10, 12, 14 e

16 anos (20 em cada grupo de idade), pertencentes a duas escolas públicas da cidade de Assis (SP). São alunos de ambos os sexos, das 2ª, 4ª, 6ª e 8ª série do ensino fundamental e 2ª série do ensino médio, escolhidos aleatoriamente. Para coletar os dados utilizamos a entrevista e a apresentação de dois conflitos hipotéticos relacionados a uma situação de indisciplina em sala de aula. Os principais resultados foram: a) quase todos os participantes desaprovam os atos indisciplinados (91%); a maioria dos participantes (88%), direta ou indiretamente, aprova a punição para o autor da indisciplina; c) são frequentes as representações no sentido de evitar a incidência do ato indisciplinado (68%); d) as significações, no sentido de evitar o ato indisciplinado, aparecem de forma crescente nos modelos apresentados por alunos das séries mais elevadas, principalmente da 8ª série do ensino fundamental e da 2ª série do ensino médio; e) a variedade de modelos organizadores identificados evidencia, para além dos aspectos cognitivos, a importância dos conteúdos afetivos e socioculturais na construção dos argumentos relacionados a julgamentos morais na escola. Desse modo, observamos que em todas as séries encontramos a reprovação do ato indisciplinado, a intenção de punir o autor da indisciplina e a tentativa de desenvolver ações no sentido de se evitar a indisciplina. Tais dados indicam que existe um potencial “espaço” de intervenção para se debater junto aos alunos a questão da indisciplina no contexto escolar. Cabe destacar, a título de comparação, que na primeira pesquisa realizada, a maioria dos professores, sob o argumento de que a indisciplina tem sua origem fora do contexto escolar, se exime de debater o fenômeno, decorrente de um imobilismo institucional causado pelas representações dos professores de que os elementos da indisciplina não são produzidos e/ou reproduzidos pela escola. A partir da comparação entre os resultados dessas duas pesquisas podemos concluir que há, nas representações dos estudantes, significações que nos permitem inferir a existência da possibilidade de reflexão e intervenção sobre a indisciplina no contexto escolar. Porém, do ponto de vista dos docentes a passividade internalizada por se atribuir as causas da indisciplina a fatores externos a escola, faz com que não se explore essa possibilidade. Talvez fomentar na escola o debate sobre o ato indisciplinado seja uma alternativa para proporcionar ambientes e valores mais saudáveis no contexto escolar.

Dia 06/07 Quarta-feira 10:30h – 12:30h Auditório I	Projetos bem sucedidos de educação moral: em busca de experiências brasileiras II Mediação: Delvino Antonio Nunes - Jornal Tododia Maria Suzana de Stefano Menin - UNESP/Presidente Prudente-SP Alessandra de Morais Shimizu – UNESP/Marília-SP Denise D’Aurea Tardeli – UMESP/São Paulo Leonardo Lemos de Souza – UFMT/Rondonópolis-MT Patrícia Unger Raphael Bataglia – UNESP/Marília-SP
---	---

PROJETOS BEM SUCEDIDOS DE EDUCAÇÃO MORAL: EM BUSCA DE EXPERIÊNCIAS BRASILEIRAS II

Maria Suzana De Stefano Menin (UNESP- SP)
menin@fct.unesp.br

Alessandra de Morais Shimizu (UNESP- SP)
alemorais.shimizu@gmail.com

Denise Tardeli (UMESP- SP)
dtardeli@unisantos.br

Leonardo Lemos de Souza (UFMT - MT)
llsouza@ufmt.br

Patrícia Unger Raphael Bataglia (UNESP- SP)
patriciabat@terra.com.br

O combate à violência, às relações desrespeitosas, a busca de soluções para inúmeros conflitos,

nunca foram questões simples no cotidiano escolar. Como promover uma educação em valores? Como envolver a comunidade escolar em projetos que dêem conta do enfrentamento da violência? Como garantir a boa convivência? Como formar cidadãos? Esta Mesa Redonda busca oferecer respostas a essas questões apresentando alguns resultados da pesquisa “Projetos bem sucedidos de educação moral: em busca de experiências brasileiras”. Este trabalho teve como objetivo investigar experiências brasileiras de educação moral ou educação em valores em escolas públicas de ensino fundamental (6º a 9º ano) e ensino médio, consideradas pelas escolas como bem sucedidas. As experiências foram coletas em todos os estados brasileiros, através de contatos com diversas Secretarias de Educação. Nesta Mesa apresentamos projetos dos seguintes estados: Rio de Janeiro, Ceará, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso. As experiências foram selecionadas a partir de critérios extraídos da Psicologia da Moralidade que serão explicitados e que se relacionam a campos como: às finalidades buscadas, temas trabalhados, meios utilizados, resultados alcançados, relações com a comunidade e famílias dos alunos, e outros.

<p>Dia 06/07 Quarta-feira 10:30h – 12:30h Auditório II</p>	<p>Bullying e cyberbullying: possíveis intervenções Mediação: Paulo Chico - Folha do Rio de Janeiro</p> <p><i>Modelos de intervenção em bullying e ciberbullying</i> José Maria Avilés Martínez - Universidad de Valladolid/Valladolid-Espanha</p> <p><i>Os modelos de intervenção brasileiros: o que tem sido proposto como superação do problema.</i> Luciene R. Paulino Tognetta – LPG/UNICAMP/Campinas-SP</p>
---	--

BULLYING E CYBERBULLYING: POSSÍVEIS INTERVENÇÕES

MODELOS DE INTERVENÇÃO EM BULLYING E CIBERBULLYING

José María Avilés Martínez (Universidad de Valladolid - Espanha)
jmaviles@psi.uva.es

Pretende-se apresentar as causas relevantes para a intervenção sobre o bullying e o cyberbullying e defender modelos sistemáticos de participação da comunidade, proporcionando um papel de destaque e protagonismo entre os alunos para a resolução dos problemas. Será abordada também a importância de se promover modelos de rede social de apoio entre os pares, como as Equipes de Ajuda e de Mediação entre iguais, e discutida a elaboração de Projetos Antibullying na Comunidade Educativa como ferramenta preventiva para combater a violência entre pares.

OS MODELOS DE INTERVENÇÃO BRASILEIROS: O QUE TEM SIDO PROPOSTO COMO SUPERAÇÃO DO PROBLEMA?

Luciene R. Paulino Tognetta (UNICAMP - SP)
lrpaulino@uol.com.br

As pesquisas mais recentes no Brasil mostram que assim como no restante do mundo a violência chamada bullying mostra sinais de existência. Em 2004 e 2005, conduzimos investigações que puderam constatar o fato de que na região de Campinas, esse fato se repete. Naquela ocasião, perguntamos a cerca de 800 crianças e adolescentes de escolas públicas e particulares da região de Campinas: “Você já foi humilhado, diminuído, desprezado ou caçoado por parte de alguns alunos?”, para sabermos se essas crianças se viam muitas vezes como alvo de bullying dos seus pares, e assim pensarmos em intervenções para essas questões de agressividade que não chegam até nós. Parte dessa investigação consistia numa pesquisa-ação cujo objetivo era implantar um programa anti-bullying nas escolas particulares participantes da amostra, como um projeto piloto na região. Entretanto, introduzimos uma pergunta neste mesmo questionário que dizia a respeito de situações de violência na escola advindas de outras fontes. O grande problema que encontramos foi, além do bullying, o fato de que crianças e adolescentes indicavam terem sido humilhados, desprezados, diminuídos pelos próprios professores. Numa das amostras, do 4º ano do Ensino Fundamental ao 2º ano do Ensino Médio encontramos um número razoável de respostas que indicaram já terem sido menosprezados, ameaçados, zombados por aquele que chamamos de autoridade na escola. A partir de tais resultados é possível discutir e analisar algumas amostras de ações que têm sido elencadas para conter o bullying no Brasil e traçar um panorama das intervenções que são consideradas necessárias neste país ao problema do bullying.

Dia 06/07 Quarta-feira 10:30h – 12:30h Auditório III	Resolução de conflitos e os aspectos afetivos Mediação: Janaína de Castro - Revista Nova Escola On line <i>O modelo atribucional das emoções morais e suas implicações para a motivação social</i> Mirella Lopez Martini Fernandes Paiva – PUC/Instituto D'Or/Rio de Janeiro <i>Estratégia de resolução de conflito e expressão dos sentimentos</i> Vanessa Fagionatto Vicentin - UNIFRAN/Campinas-SP
---	---

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E OS ASPECTOS AFETIVOS

O MODELO ATRIBUCIONAL DAS EMOÇÕES MORAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A MOTIVAÇÃO SOCIAL

Mirella Lopez Martini Fernandes Paiva (PUC/Instituto D'Or-Rio de Janeiro)
mirellapaiva@gmail.com

Tradicionalmente, as emoções são consideradas como um fenômeno intrapsíquico, subjetivo, desencadeadas por pensamentos e/ou condições hormonais específicas e facilmente identificadas por padrões de atividades fisiológicas e/ou características faciais e corporais do indivíduo. Entretanto, uma abordagem mais ampla sobre as emoções considera que, parte delas, composta pelas chamadas emoções morais, pode ser compreendida como um fenômeno social. Essas emoções

envolvem considerações ou julgamentos sobre o que é certo ou errado, bom ou ruim, sobre deveres e obrigações, ou seja, são emoções particularmente geradas por certos tipos de pensamentos. Essas emoções ou sentimentos morais são frequentemente vivenciados e exercem um importante papel na afetividade dos indivíduos, podendo ser classificadas em duas categorias: pró-sociais e sociais-aversivas. As emoções pró-sociais tendem a promover cooperação, ajuda, reparação de erros e conformidade social e incluem a culpa, vergonha, compaixão, admiração e gratidão. A categoria de sentimentos sociais-aversivos inclui desprezo, raiva, inveja, indignação e aversão moral e são experimentados quando outros violam normas, direitos e preferências, promovendo agressão, punição, reorganização social ou mesmo dissolução do grupo. Padrões específicos de ativação cerebral associados às emoções morais vêm sendo descritos, nos últimos anos, pela neurociência cognitiva. De acordo com o Modelo Atribucional da Motivação Social de Weiner, os julgamentos sobre atribuições de causalidade como capacidade, esforço, bem como sobre a dimensão da controlabilidade e sobre o conceito de responsabilidade, seja pessoal ou de outros, são determinantes essenciais das emoções morais e influenciam a motivação social. Fracassos alheios vistos como sendo causados por falta de capacidade, um causa incontrolável, onde o indivíduo é não responsável pelo evento, tendem a gerar pena e comportamentos pró-sociais de ajuda. Mas, essa mesma condição pode gerar desprezo e desdém, levando à negligência. Resultados bem sucedidos causados por trabalho árduo e esforço, atribuições vistas como controláveis, geram admiração e aceitação social. Sucessos obtidos pela ajuda de outros (capacidade e controlabilidade), geram gratidão e reciprocidade. Fracassos tidos como sendo resultado da falta de esforço de outros (causa controlável e cujo indivíduo é responsável) tendem a suscitar raiva e por vezes à agressão. Portanto, com base no Modelo Atribucional da Motivação Social de Weiner, grande parte da motivação social resulta diretamente de sentimentos morais, que, por sua vez, são guiados por pensamentos ou, mais especificamente, pelas avaliações atribucionais e percepções de responsabilidade, variáveis que trazem, em si, conotações morais. A compreensão da estrutura motivacional proposta pelo modelo atribucional, isto é, evento-atribuições-emoções morais-comportamento, oferece subsídios importantes para que intervenções atribucionais sejam conduzidas com vistas a promover comportamentos pró-sociais e contribuir para a resolução de conflitos interpessoais.

ESTRATÉGIA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO E EXPRESSÃO DOS SENTIMENTOS

Vanessa Fagionato Vicentin (UNIFRAN - SP)

wagnerlelis@uol.com.br

Nas últimas décadas estudiosos tem se debruçado sobre as diferentes formas de resolver os conflitos interpessoais e os suas possíveis causas e implicações. Alguns pesquisadores sugerem que os sentimentos podem estar relacionados de alguma forma a diferentes maneiras de agir das pessoas (Gilligan, 1982; La Taille, 2006; Tognetta, 2003, 2006). Deluty (1979) propõe três principais formas de resolver os conflitos interpessoais: agressiva, submissa e assertiva. As pessoas que usam as estratégias agressivas tendem a considerar os próprios direitos e sentimentos, enquanto que as que usam estratégias submissas priorizam os direitos e sentimentos dos outros em detrimento do próprio. Contudo, a pessoa que utiliza estratégias assertivas busca através do diálogo, coordenar direitos e sentimentos de todos os envolvidos para resolver um desacordo interpessoal. Durante esta mesa redonda será apresentada uma parte de um estudo de doutorado realizado por Vicentin (2009) que teve o objetivo de analisar a relação de expressar os sentimentos as estratégias de resolução de conflitos utilizadas por adolescentes. Através do teste exato de Fisher surgiram varias associações significativas entre a resolução de conflito agressiva e a não expressão dos sentimentos. Notou-se também varias associações significativas entre a resolução agressiva e a não justificativa das ações dos adolescentes. Conclui-se que os adolescentes do estudo têm dificuldade em atentar-se para o próprio sentimento e motivações. E provável que apresente dificuldade em reconhecer sentimentos e motivações dos outros. Sugere-se que a escola e um dos espaços mais apropriados para o trabalho com conflitos interpessoais e a afetividade, ainda que a realidade evidencie poucos investimentos educacionais nestas dimensões do desenvolvimento humano, no âmbito escolar.

Dia 06/07	Formação de professores e a questão dos conflitos
Quarta-feira	Mediação: Alex Ferreira – TV Tododia
16:30h – 18:30h	<i>Uma ideia de formação em direitos humanos</i> José Sérgio Fonseca de Carvalho – USP/São Paulo
Auditório I	<i>Educação moral e subjetividade docente: reflexão psicanalítica sobre o trabalho de formação pedagógica para a gestão de conflitos na escola</i> Fernando César Bezerra de Andrade – UFPB/João Pessoa–PB

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A QUESTÃO DOS CONFLITOS

EDUCAÇÃO MORAL E SUBJETIVIDADE DOCENTE: REFLEXÃO PSICANALÍTICA SOBRE O TRABALHO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA A GESTÃO DE CONFLITOS NA ESCOLA

Fernando César Bezerra de Andrade – (UFPB - PB)
frazec@uol.com.br

Historicamente, as relações entre educação e psicanálise desenvolveram-se em dois campos, o das dificuldades de aprendizagem e o da formação da moralidade. Desde o início, no segundo deles, a discussão psicanalítica gira em torno do paradoxo entre a necessidade, para o psiquismo, de promover a formação de limites morais e a impossibilidade de atendê-la inteiramente, dada a condição intrinsecamente contraditória do sistema psíquico. Assumida como um limite que, intrínseco ao jogo educativo, não necessariamente o inviabiliza, mas, ao contrário, pode motivá-lo, entende-se que tal impossibilidade também sofre efeitos relacionais, decorrentes dos jogos gerados na relação docentes-discentes, para os quais contam decisivamente as subjetividades docentes, aqui consideradas tanto no plano da moralidade quanto no plano dos desejos inconscientes. É na intervenção de professores e professoras em situações de gestão de conflitos relacionais na escola que tais fatores mostram ainda mais sua relevância, pois nelas se exprimem emoções e desejos inconscientes que podem sobrepor-se à lógica de uma moralidade universal ou, ainda, nas piores soluções, referendá-la em níveis indesejáveis à docência na situação de conflito.

Admitindo-se que, ao lado da formação teórica e didática, a formação da moralidade docente é uma das condições para a educação moral discente, discute-se neste texto a hipótese segundo a qual a formação docente para a educação moral na escola inclui necessariamente a tomada de consciência de conflitos gerados por eventuais contradições entre desejos inconscientes, inferidos a partir de intervenções pedagógicas, e a proposta de formação moral assumida pelo(a) docente e implícita em sua prática. Inclui, além do esforço de conscientização, uma avaliação em dois planos: o dos desejos, em função de sua coerência em relação à proposta da formação moral, mas também o da capacidade do próprio sistema moral implícito na proposta de educação moral em atender a desejos docentes legítimos e realizáveis através da docência. Para apreciar tal hipótese, discutem-se alguns depoimentos coletados em uma experiência de formação docente para a gestão de conflitos, desenvolvida em uma escola nordestina no segundo semestre de 2010. Nela, as falas de algumas professoras sugerem que, num projeto de formação docente para a educação moral na escola, é imprescindível que os(as) participantes avaliem três domínios interagentes: suas subjetividades, à luz de sua prática pedagógica; essa prática, à luz de seus desejos; e o projeto institucional para a educação moral.

Dia 06/07	Indisciplina: causas e intervenções
Quarta-feira	Mediação: Rogério Verzignassi – Jornal Correio Popular – Grupo RAC
16:30h – 18:30h	<i>Indisciplina e violência nas escolas: a família é a culpada?</i> Nelson Pedro da Silva – UNESP/Assis-SP
Auditório II	<i>As classes “difíceis” no Ensino Fundamental II</i> Adriana de Melo Ramos - PPG/FE/UNICAMP/Campinas-SP

INDISCIPLINA: CAUSAS E INTERVENÇÕES

INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: A FAMÍLIA É A CULPADA?

Nelson Pedro-Silva (UNESP - SP)
nelsonp1@terra.com.br

A partir de estudo empírico, pretendo demonstrar que a família é a culpada pela indisciplina e a violência nas escolas, mas não é a responsável. Entendo que todos nós somos responsáveis por esse fenômeno. Apesar disso, julgo que ela pode ter papel fundamental para o equacionamento desse quadro, pois - além de valores próprios da ordem social capitalista - é nela que se veiculam outros valores.

AS CLASSES “DIFÍCEIS” NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Adriana de Melo Ramos (UNICAMP - SP)
adrianam-ramos@uol.com.br

A compreensão do que é (in) disciplina gera polêmicas entre os educadores, e seu conceito sofre alterações de educador para educador. Disciplina é um termo polissêmico, mas a tendência mais usual entre os professores é considerar disciplina como sendo sinônimo de obediência e submissão. Logo, a indisciplina se traduz em qualquer comportamento inadequado, ou seja, desacato, rebeldia, intransigência, questionamentos fora de hora, discordância, conversa, desatenção, bagunça, movimentação. Os atos indisciplinados estão comumente ligados a um confronto com uma figura de autoridade ou com a própria Instituição (escola), ou seja: alunos x escola/professor. Se grupos indisciplinados já são vistos como um sério problema, o que dirá das classes que, em geral, são consideradas por todos os professores e pela equipe técnica de uma escola, e até mesmo pelos próprios alunos, como altamente indisciplinada, de “difícil controle”, as chamadas classes “difíceis”? Pretende-se discutir os resultados encontrados em duas pesquisas realizadas em classes de ensino fundamental II de escolas públicas e particulares. Nas turmas consideradas “difíceis”, os alunos resistiam mais em obedecer às regras e às orientações dos professores acarretando uma maior tensão nessa relação, gerando cansaço e estresse nos docentes que reconheciam a dificuldade em lidar com essas turmas. As sanções aplicadas pelos educadores, em médio prazo, não resolviam os problemas de indisciplina, ao contrário, corroboravam para tais situações. As relações pautavam-se no respeito unilateral, instaurando um clima que dificultava a vivência do respeito mútuo, da justiça e da cooperação.

Dia 06/07	Bullying e autorregulação: diferentes olhares
Quarta-feira	Mediação: Isis Brum - Jornal da Tarde - Estadão
16:30h – 18:30h	<i>Autorregulação como meta da aprendizagem autônoma em crianças da escola primária: dados e desafios</i>
Auditório III	Pedro Rosário - Universidade do Minho/Braga - Portugal <i>Bullying e autorregulação: a perspectiva da Psicologia Moral</i> Luciene R. Paulino Tognetta – LPG/UNICAMP/Campinas-SP

BULLYING E AUTORREGULAÇÃO: DIFERENTES OLHARES

AUTORREGULAÇÃO COMO META DA APRENDIZAGEM AUTÔNOMA EM CRIANÇAS DA ESCOLA PRIMÁRIA: DADOS E DESAFIOS

Pedro Rosário (Universidade do Minho - Portugal)
prosario@psi.uminho.pt

O desenvolvimento de programas centrados na promoção de competências autorregulatórias, que capacitem os alunos para uma aprendizagem significativa e autônoma, tem sido investigado em todos os níveis de ensino e considerado cada vez mais preponderante, quando trabalhado desde os primeiros anos de escolaridade (Dignath, Buettner & Langfelt, 2008; Hattie, Biggs & Purdie, 1996; Rosário, Núñez & González-Pienda, 2007, 2009; Stoeger & Ziegler, 2008). A investigação em Portugal tem estado majoritariamente centrada em adolescentes (Castro, 2007; Fernandes, 2009; Lourenço, 2007; Magalhães, 2009; Mourão, 2009). No entanto, têm surgido nos últimos anos alguns trabalhos sobre os processos de autorregulação em crianças mais novas (Pré-Escolar e Primária) (Rosário et al., 2007; Rosário, Mourão, Núñez, González-Pienda & Solano, 2008; Rosário, Núñez, González-Pienda & Valle, 2010).

A presente investigação avalia a eficácia da implementação de um programa de competências autorregulatórias em 81 alunos do 4.º ano de escolaridade de dois estabelecimentos de ensino (norte de Portugal). O programa implementado tem como base o Projeto Sarilhos do Amarelo (Rosário, Núñez & González-Pienda, 2007), que está orientado para discutir com crianças sub-10 estratégias e processos de autorregulação da aprendizagem, equipando-as para poderem enfrentar as suas atividades e tarefas de aprendizagem com maior profundidade e autonomia. O programa explorou a história “Sarilhos do Amarelo” (Rosário, Núñez & González-Pienda, 2007) ao longo de um período letivo (4 meses). As diversas atividades do programa visaram muscular as competências de aprendizagem dos alunos potenciando a discussão, a reflexão e o questionamento sobre as situações de aprendizagem que envolviam as personagens da narrativa. Foram utilizadas diversas metodologias de avaliação para possibilitar uma visão mais holística dos conteúdos trabalhados, adoção e eficácia dos mesmos. Os processos de autorregulação foram avaliados como aptidão através do Inventário de Processos da Auto-Regulação da Aprendizagem, aplicado no pré e pós-teste, e como um evento, através da recolha repetida e continuada de um conjunto de diários aplicados à situação de estudo em casa e da análise de conteúdo de quatro entrevistas realizadas ao longo do processo de implementação do programa às professoras titulares das turmas envolvidas no estudo. Os resultados obtidos corroboram a literatura, apontando para níveis elevados de eficácia do programa, com melhorias ao nível dos processos autorregulatórios adotados pelos alunos. A análise dos diários dos alunos sugere uma boa assimilação dos conteúdos, a adoção de estratégias de aprendizagem promovidas e transferência das mesmas a outras tarefas. A análise de conteúdo das

entrevistas reforçou estes dados, sinalizando elevados níveis de aquisição e aplicação das aprendizagens, dentro e fora da sala de aula, o que remete para o elevado nível de eficácia do programa. As implicações educativas dos dados para a aprendizagem dos alunos serão analisadas e discutidas durante a comunicação.

BULLYING E AUTORREGULAÇÃO: A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA MORAL

Luciene Regina Paulino Tognetta (UNICAMP - SP)
lrpaulino@uol.com.br

O fenômeno bullying tem sido estudado por diferentes abordagens nos últimos tempos. Do ponto de vista da Psicologia Moral, o conflito dinâmico e multicausado pode ser compreendido enquanto ausência do que chamamos de *ética* – a busca pela dignidade do Eu e do Outro. Se ética é a “filosofia primeira” como supunha Lèvinas, é preciso compreender a complexidade dos mecanismos psicológicos presentes no ato de humilhar, menosprezar e intimidar uns aos outros. Lembraria Heidegger que o “conhecimento do ser” estará sempre aliado ao “conhecimento do outro”: o *Miteinandersein* – o ser-com-outrem. Portanto, nada mais útil do que, para entender como intervir em situações de bullying, compreender os mecanismos psicológicos dessa relação violenta em que o ser com outro acontece. Temos então nos indagado como seriam os processos autorregulatórios que levam os personagens envolvidos em situações de bullying a cometer, serem acometidos ou assistirem a essas situações. Se nossas hipóteses estiverem corretas, teremos como compreender que a mudança de comportamentos inadequados que não correspondem a nossos ideais éticos não são ensinados, mas construídos a partir de uma dinâmica de autorregulação em que se agreguem conteúdos morais ao sentido que se atribui a vida de cada um. Nossas pesquisas anteriores sobre representações de si e moral são ponto de partida para podermos relacionar o tema do bullying à “identidade” ou como os personagens envolvidos nessas situações violentas se veem quanto à atribuição de valores não morais, convencionais ou éticos.

Dia 05/07 Terça-feira 08:00h – 10:00h Auditório III	Bullying e cyberbullying: explicações e superação de uma violência presente na escola Coordenação: Fernando César Bezerra de Andrade – UFPB/João Pessoa–PB <i>Cyberbullying: incidência e a relação com as representações de si em adolescentes</i> Thais C. Leite Bozza - GEPEM/UNICAMP/Campinas-SP <i>O julgamento docente acerca do bullying escolar</i> Catarina Carneiro Gonçalves – UFPB/João Pessoa–PB <i>Tecendo relações entre os conflitos interpessoais e o bullying</i> Loriane Trombini Frick – PPG/UNESP/Presidente Prudente-SP
--	---

BULLYING E CYBERBULLYING: EXPLICAÇÕES E SUPERAÇÃO DE UMA VIOLÊNCIA PRESENTE NA ESCOLA

Fernando César Bezerra de Andrade (UFPB - PB)
frazec@uol.com.br

Catarina Carneiro Gonçalves (UFPB - PB)

Loriane Trombini Frick (UNESP - SP)

Thais Cristina Leite Bozza (GEPEM/UNICAMP/UNESP - SP)

Cenas de violência física e moral, traduzidas como *bullying*, têm sido constantes nas escolas. Da mesma forma, são constantes as formas de desrespeito vivenciadas pela internet, particularmente o *cyberbullying*. Diante dessa realidade, torna-se necessário que educadores saibam como intervir para a superação das problemáticas, a partir da realização de um trabalho que leve em conta a tomada de consciência de valores morais e que permita a manifestação e reconhecimento dos sentimentos dos envolvidos. Nesse sentido é que marcham as três pesquisas apresentadas neste simpósio: em “*Cyberbullying: incidência e a relação com as representações de si em adolescentes*” interrogamos adolescentes sobre o que admiram, constatando que muitos deles não têm nas imagens de si conteúdos éticos. Tal fato nos chama a atenção visto que, para vencer o *cyberbullying* é necessário que meninos e meninas possam incorporar nas imagens que têm de si elementos éticos. Na segunda pesquisa, “O julgamento docente acerca do *bullying* escolar”, busca-se identificar o julgamento de docentes acerca do *bullying* na escola, relacionando tal informação às ações utilizadas pelos mesmos no enfrentamento do problema. Nessa investigação constatamos descrença, em uma solução do problema entre docentes, assim como dificuldade em compreender formas de superação do *bullying* ligadas às práticas de instalação de um ambiente cooperativo. A terceira investigação “Tecendo relações entre os conflitos interpessoais e o *bullying*” aponta para um panorama das ações frequentes quanto aos problemas de relações interpessoais na escola e o quanto tais ações de professores estão longe de contribuir para com a superação da violência. Entrevistando alunos, observando as relações nos ambientes sociomoraes constituídos em escolas públicas constatamos que a qualidade das relações que os professores estabelecem e o modo como resolvem conflitos interpessoais podem reforçar ou não condutas violentas entre os educandos, dentre elas o *bullying*. Com isso, demonstramos que a superação desta prática de violência depende de amplas discussões sobre a dinâmica das relações envolvidas na escola e só a partir disso, é possível pensar as intervenções nesta instituição que tem por responsabilidade a superação de quaisquer formas de preconceito.

CYBERBULLYING: INCIDÊNCIA E A RELAÇÃO COM AS REPRESENTAÇÕES DE SI EM ADOLESCENTES

Thais Cristina Leite Bozza (GPEM/UNICAMP/UNESP - SP)
thaisbozza@hotmail.com

Luciene Regina Paulino Tognetta (UNICAMP - SP)

Explicar as características de ações violentas e os comportamentos daqueles que se envolvem em situações de *bullying* e *cyberbullying* - vítimas, autores ou apenas aqueles que assistem com indiferença e relutância o sofrimento de outrem, parece ser um caminho para vencer as formas pós-modernas de estar longe de relações éticas. Nesse sentido, essa investigação descritiva, de caráter exploratório, fundamentada na teoria construtivista piagetiana tem como principal objetivo constatar a possível correspondência entre as representações que os sujeitos têm de si e o envolvimento no fenômeno *cyberbullying* no site de relacionamento “Orkut”. Outro objetivo a que nos determinamos, é caracterizar as relações e os possíveis protagonistas de *cyberbullying*. A amostra para tal investigação foi constituída de 63 adolescentes de 14 anos, estudantes do 9º ano do Fundamental II, da rede pública de ensino de uma cidade do interior do estado de São Paulo, escolhidos aleatoriamente para responder um questionário por escrito com perguntas abertas e fechadas. Os dados foram analisados quantitativamente e qualitativamente e os resultados apontam para uma correspondência entre o fato de não serem autores de *cyberbullying* aqueles adolescentes cujas representações de si são caracterizadas por conteúdos éticos – aqueles que admiram valores morais como a justiça e a generosidade e, portanto, são capazes de incluir os outros em suas ações; bem como nos possibilitam caracterizar os protagonistas dessa violência.

O JULGAMENTO DOCENTE ACERCA DO BULLYING ESCOLAR

Catarina Carneiro Gonçalves (UFPB - PB)
catarinacgon@hotmail.com

Fernando César Bezerra de Andrade (UFPB - PB)
Agência financiadora: CAPES

Situações de *bullying* em âmbito escolar têm se tornado uma das maiores preocupações de educadores (as) e profissionais ligados à educação, em função de atingir o alunado em variadas idades e em altas proporções, chegando a ser apontada como a maior manifestação de violência escolar no Brasil. Explicar as compreensões de docentes acerca das causas, características e ações de enfrentamento dessa problemática parece ser um caminho importante para problematizar a atuação de professores (as) diante do *bullying*, visto que são eles os maiores responsáveis pelas intervenções e possível superação dessa questão. Nesse sentido, através dessa investigação do tipo Estudo de Caso de caráter exploratório, temos como principal objetivo constatar a possível correspondência entre as representações que os docentes têm sobre as situações de *bullying* e as estratégias utilizadas por eles para o enfrentamento dessa manifestação violenta. A amostra para tal investigação foi constituída de 17 educadores atuantes na Educação Básica de uma escola particular em Pernambuco, escolhidos a partir da disponibilização voluntária para a participação de um encontro de formação continuada sobre *bullying* escolar. Os dados foram analisados qualitativamente, a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin, e apontam para o fato de que há, por parte dos educadores, uma crença de que o problema seja de responsabilidade exclusiva das famílias, o que os leva a uma dificuldade em compreender formas de superação dessa violência ligadas às práticas de instalação de um ambiente cooperativo em sala de aula. Tal fato pode ser melhor compreendido em função de termos encontrado uma compreensão determinista sobre os comportamentos de *bullying* entre os educadores, que apontam as famílias como as únicas responsáveis pela questão (o que os leva a pensar que cabe exclusivamente a elas a responsabilidade da intervenção).

TECENDO RELAÇÕES ENTRE OS CONFLITOS INTERPESSOAIS E O *BULLYING*

Loriane Trombini Frick (UNESP - SP)

lorianetrombini@hotmail.com

Maria Suzana de Stefano Menin (UNESP - SP)

Luciene Regina Paulino Tognetta (UNICAMP - SP)

Agência financiadora: FAPESP

Este estudo versa sobre as relações entre os estilos de resolução de conflitos adotados pelos professores e os modos de agir dos alunos perante conflitos entre pares e a possível incidência de *bullying* entre eles. Preocupados com estas relações realizamos observações em duas salas de aula, com ambientes sociomoraís distintos (um mais coercitivo e outro mais cooperativo), dos anos iniciais de Ensino Fundamental em escolas da rede pública numa cidade do interior do estado de São Paulo. Os participantes da pesquisa tinham entre oito e dez anos. Realizamos observações e através destas preenchemos uma ficha para caracterização dos ambientes sociomoraís. Aplicamos dois questionários aos alunos: um com situações hipotéticas de conflitos, para identificar e categorizar os estilos de resolução de conflitos dos alunos e sua percepção sobre como os professores resolvem conflitos e como deveriam resolver; outro sobre *bullying*, com questões fechadas e abertas para identificar envolvidos no *bullying* e a visão dos alunos sobre o fenômeno. Os dados coletados foram analisados quantitativa e qualitativamente. Os resultados apontam que a qualidade das relações que os professores estabelecem se coercitivas, dificultam a troca de ideias, a ponderação de diferentes pontos de vista, a consideração e o respeito a seus direitos e dos outros, fomentando assim, práticas de resolução de conflitos não cooperativas, o que pode influenciar na ocorrência e perpetuação do *bullying*.

Dia 06/07 Quarta-feira 08:00h – 10:00h Auditório III	Os conflitos nas avaliações Coordenação: Jussara Cristina Barboza Tortella – PUC/Campinas-SP <i>Avaliação de condutas prossociais e antissociais na escola</i> Jussara Cristina Barboza Tortella – PUC/Campinas-SP <i>Aspectos afetivos da conduta em situações lúdicas: uma proposta de avaliação</i> Betânia Alves Veiga Dell’ Agli – UNIFAE/São João da Boa Vista-SP <i>A afetividade no processo de escolarização: as formas de corrigir e avaliar</i> E. Cristina M. Tassoni - PUC-Campinas-SP
---	---

OS CONFLITOS NAS AVALIAÇÕES

Jussara Cristina Barboza Tortella (PUC - SP)

atortella@uol.com.br

Betânia Alves Veiga Dell’ Agli (UNIFAE – SP)

E. Cristina M. Tassoni (PUC - SP)

O tema avaliação tem sido foco de estudos na área da Psicologia e Educação. Esta mesa redonda apresentará estudos realizados por pesquisadores indicando as contribuições recentes, em diferentes contextos, que apresentam tensões e oportunidades para as pesquisas sobre avaliação. Assim, iniciaremos com o tema “Avaliação de condutas prossociais e antissociais na escola” a partir da discussão de alguns aspectos das relações entre avaliação formativa e conteúdos atitudinais e de dados de uma pesquisa que investigou as representações de crianças de diferentes idades sobre seus

melhores amigos, amigos e não amigos. Em seguida, apresentamos o tema “Aspectos afetivos da conduta em situações lúdicas: uma proposta de avaliação” que analisa as possibilidades de avaliação empírica dos aspectos afetivos da conduta de escolares em situações lúdicas utilizando jogos de regras a partir de observações de crianças em contexto; e por fim, o tema “A afetividade no processo de escolarização: as formas de corrigir e avaliar”, que *discutiu o papel da afetividade nesse processo, identificando suas diferentes formas de manifestação*. Utilizou o procedimento da *autoscopia*, que consiste em realizar vídeogravações dos sujeitos envolvidos e, submetê-los à observação do material filmado, registrou-se as interações da sala de aula e, os alunos selecionados foram convidados a assistir o material e a comentar as experiências vividas.

AVALIAÇÃO DE CONDUTAS PROSOCIAIS E ANTISSOCIAIS NA ESCOLA

Jussara Cristina Barboza Tortella (PUC - SP)
atortella@uol.com.br

Orly Zucatto Mantovani de Assis (UNICAMP - SP)
Francisco Caloia Hombo Alfredo (PUC - SP)

O presente artigo discute inicialmente o conceito de conteúdo atitudinal e como efetivamente esse conteúdo é aprendido e avaliado no espaço de sala de aula. Entendemos que o ambiente que se pauta no respeito mútuo e no diálogo pode favorecer o desenvolvimento e o aprendizado dos alunos. Isto se reflete nas orientações contidas em documentos oficiais como os PCNs que indicam a necessidade da escola zelar pelo trabalho com conteúdos atitudinais. Não obstante tais informações a escola parece permanecer distante destas orientações. Para contribuir com esta perspectiva trazemos dados parciais de uma pesquisa investigou as representações de crianças de diferentes idades sobre seus melhores amigos, amigos e não amigos. Participaram do estudo 154 crianças de ambos os sexos, com idade entre 6 e 11 anos, sendo de níveis sócio-econômicos próximos. Utilizou-se o teste sociométrico tradicional modificado e uma entrevista individual, cujas questões semi-estruturadas versavam sobre o motivo das escolhas. Os dados do teste sociométrico foram similares em todas as salas, apresentado sempre uma ou duas criança que se destacava pelas condutas prossociais, e também uma ou duas pelas condutas antissociais. Acreditamos que as contribuições dos estudos sobre os conteúdos atitudinais e a avaliação formativa podem auxiliar na compreensão dos dados ora apresentados.

ASPECTOS AFETIVOS DA CONDUTA EM SITUAÇÕES LÚDICAS: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO

Betânia Alves Veiga Dell’ Agli (UNIFAE – SP)
betaniaveiga@dglnet.com.br

Rosely Palermo Brenelli (UNICAMP - SP)

A teoria psicogenética de Jean Piaget preconiza que a afetividade é a energética da ação, aquilo que nos move e está presente em toda e qualquer conduta. Esta apresentação tem como objetivo analisar as possibilidades de avaliação empírica dos aspectos afetivos da conduta de escolares em situações lúdicas utilizando jogos de regras. O foco da questão metodológica foi delinear e propor recursos

para a análise desses aspectos aplicáveis ao contexto clínico e à sala de aula. Foram feitas observações de crianças em contexto lúdico e a partir delas foram construídas categorias de análise, tais como: envolvimento, concentração, flexibilidade, tolerância à frustração, cooperação e tranquilidade. Os resultados demonstraram que as categorias propostas permitiram construir um retrato do funcionamento afetivo das crianças na situação pesquisada; que os aspectos afetivos demonstram modos particulares de cada um reagir; e que as situações lúdicas favorecem a expressão espontânea desses aspectos. O estudo possibilitou a construção de indicadores empíricos necessários à análise da afetividade, permitindo uma avaliação mais consistente e direcionada, não apenas em situações lúdicas, mas pode também ser extensiva às tarefas escolares. Além disso, psicólogos e educadores, em sua prática com crianças, podem propor estratégias de intervenção quando estão de posse de critérios avaliativos claros e definidos, contribuindo para a construção de condutas afetivas mais adequadas.

A AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: AS FORMAS DE CORRIGIR E AVALIAR

E. Cristina M. Tassoni (PUC - SP)
crisnatassoni@gmail.com

Trata-se de recorte de pesquisa de doutorado, objetivando identificar a afetividade na dinâmica interativa da sala de aula, envolvendo alunos em diferentes anos de escolarização. A pesquisa discutiu o papel da afetividade nesse processo, identificando suas diferentes formas de manifestação. Utilizando o procedimento da autoscopia, que consiste em realizar vídeogravações dos sujeitos envolvidos e, submetê-los à observação do material filmado, registrou-se as interações da sala de aula e, os alunos selecionados foram convidados a assistir o material e a comentar as experiências vividas. Assim, identificaram-se, nos comentários dos alunos, as diversas formas de manifestação da afetividade, que foram organizadas em oito núcleos de significação, segundo os sentidos atribuídos pelos sujeitos. Um dos núcleos refere-se às formas de corrigir e avaliar, objeto de discussão neste trabalho. Assumindo que as interações sociais têm papel central na construção do conhecimento e da pessoa, destaca-se que as experiências vivenciadas marcam e conferem aos objetos um sentido afetivo. A qualidade das relações entre professores e alunos interfere no processo de ensino-aprendizagem. As relações interpessoais da sala de aula expressam intenções, crenças, valores, sentimentos, desejos que afetam cada aluno individualmente. Portanto, parte dos dados demonstra que as ações e posturas dos professores no processo de correção/avaliação podem afetar as formas de pensar, a qualidade da produção discente e a percepção que o aluno tem de si mesmo.

Relatos de pesquisa

Dia 05/07 Terça-feira 08:00h – 10:00h Auditório I - CDC Coordenação: Vanessa F. Vicentin	Educação moral: análise de experiências das regiões sudeste e nordeste <u>Alana Paula de Oliveira</u> (UNESP - SP) Maria Suzana De Stefano Menin (UNESP - SP) Reconhecimento da singularidade nas relações educativas: reflexões e desafios para a escola <u>Elisabete Cardieri</u> (UNESP - SP) Relações entre desenvolvimento moral, agressividade e estilos de resolução de conflitos interpessoais <u>Fabricio Costa de Oliveira</u> (UNESP - SP) Alessandra de Moraes-Shimizu (UNESP - SP) A noção de autoridade em crianças e adolescentes <u>Haller Elinar Stach. Schunemann</u> (UNASP - SP) Juliana de Jesus Queiroz (Escola Adventista - SP) Liliane Silva Oliveira (Escola Adventista - SP) Priscilla Aparecida Rabaneda da Fonseca (Escola Adventista – SP)
--	---

EDUCAÇÃO MORAL: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS DAS REGIÕES SUDESTE E NORDESTE

Alana Paula de Oliveira (UNESP - SP)
alanapaula@hotmail.com
Maria Suzana De Stefano Menin (UNESP - SP)
Agência financiadora: CNPq

O presente trabalho descreve dados de uma pesquisa de iniciação científica que teve como objetivo investigar e descrever experiências de educação moral e/ou educação em valores que pudessem ser consideradas, a luz de critérios teóricos, como bem sucedidas. As experiências foram coletadas a partir de aplicação de questionários *on line* ou escrito a agentes escolares de escolas públicas de ensino fundamental (6º a 9º ano) e ensino médio das regiões Sudeste e Nordeste. Coletou-se 100 questionários, sendo 49 no oeste do Estado de São Paulo, 21 no Estado de Pernambuco e 30 no Estado de Sergipe. Os mesmos foram analisados quantitativamente e qualitativamente, em função de temas retirados da literatura atual sobre Psicologia da Moralidade. Como resultados destaca-se que a maioria dos respondentes é favorável à educação moral (98%), justificando-a pela necessidade de uma formação da cidadania, ou pela crise de valores presentes na sociedade ou na família. No entanto, ao analisar as finalidades, os resultados dos projetos e a participação da comunidade externa à escola, nota-se que poucos projetos fazem relações com problemas sociais, estando mais voltados a abrandar problemas internos e imediatos, tais como violência, indisciplina e desrespeito. Entre os 100 respondentes, 69% descreveram projetos de educação moral, sendo que os demais afirmaram não terem participado pela falta de oportunidade e/ou formação para trabalhar com tal temática. Os temas mais presentes referem-se ao ensino de valores e foram desenvolvidos através de uma pluralidade de estratégias. No geral, as experiências foram duradouras e envolveram um grande número de participantes.

RECONHECIMENTO DA SINGULARIDADE NAS RELAÇÕES EDUCATIVAS: REFLEXÕES E DESAFIOS PARA A ESCOLA

Elisabete Cardieri (UNESP - SP)
ecardieri@ibb.unesp.br

As práticas educativas organizam-se a partir de relações interpessoais e se realizam como encontros nos quais a subjetividade, as características e a história de cada sujeito se fazem presentes. Particularmente, o cotidiano escolar tem cada vez mais suscitado inúmeros questionamentos sobre as relações ali vivenciadas que se manifestam em gestos de desrespeito e violência. Esse contexto provoca também a indagação: em que medida o ambiente e as práticas escolares favorecem o reconhecimento da singularidade que caracteriza cada sujeito – professores e alunos – com suas percepções, concepções e afetos. O objetivo desse trabalho é apresentar algumas reflexões sobre a dimensão de singularidade que nos constitui dialogando com algumas contribuições teóricas advindas da Biologia do Conhecimento e da Psicanálise. Nesse sentido, discute-se que, ao assumir o desafio constante da percepção e o reconhecimento das singularidades, a comunidade escolar pode estimular e promover vivências de diálogo em que se assuma o respeito ao outro como experiência fundante para a formação ética.

RELAÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO MORAL, AGRESSIVIDADE E ESTILOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS INTERPESSOAIS

Fabricio Costa de Oliveira (UNESP - SP)
professor_fabricioco@yahoo.com.br
Alessandra de Moraes-Shimizu (UNESP - SP)

O referencial teórico utilizado nesta pesquisa foi a teoria piagetiana a respeito do juízo moral, que em uma perspectiva construtivista, aborda a evolução do desenvolvimento moral de acordo com as relações sociais e as interações com o meio. As diferentes formas de resolução de conflitos - agressiva, submissa e assertiva - também foram enfocadas à luz desse referencial, uma vez que estão ligadas às situações de interação; assunto esse em evidência, principalmente, no ambiente educacional, assim como a agressividade, que por suas consequências tem sido alvo de reclamações de pais, professores, escolas e de outras instituições. Considerando a importância desses fenômenos, buscou-se compreender as possíveis relações entre o desenvolvimento moral, a manifestação de condutas agressivas e os estilos de resolução de conflitos interpessoais. Participaram da investigação quatro crianças e adolescentes, de uma instituição socioeducativa do interior do Estado de São Paulo. Os instrumentos de coleta de dados foram: a Escala de Percepção de Professores dos Comportamentos Agressivos de Crianças na Escola, a Entrevista Clínica Piagetiana, e a adaptação da *Children's Action Tendency Scale-Cats*. Os resultados não confirmaram a hipótese inicial de que a tendência moral da heteronomia teria implicações sobre a forma submissa e agressiva de resolução de conflitos, e no que tange à manifestação de comportamentos agressivos em ambientes socioeducativos. No entanto, permitiram levantar aspectos importantes sobre as relações entre a autonomia, o ambiente coercitivo e a agressividade. Com base nesses dados, foram tecidas considerações a respeito do ambiente educativo e suas implicações ao desenvolvimento humano.

A NOÇÃO DE AUTORIDADE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Haller Elinar Stach. Schunemann (UNASP - SP)
haller_schunemann@yahoo.com.br

Juliana de Jesus Queiroz (Escola Adventista - SP)

Liliane Silva Oliveira (Escola Adventista - SP)

Priscilla Aparecida. Rabaneda. da Fonseca (Escola Adventista - SP)

A autoridade tem estado sob questionamento na sociedade atual. A posição de submissão a autoridade ou a própria noção de confiança na autoridade tem sido questionada com intensidade. Embora, na construção da moral a capacidade de reflexão seja o elemento superior, o papel das autoridades educativas (pais e professores) na formação moral das crianças não pode ser desprezado. Essa pesquisa teve como objetivo investigar como crianças e adolescentes avaliam a obediência a autoridade e a submissão as exigências da autoridades. Foram apresentados 3 dilemas a 90 sujeitos entre crianças e adolescentes, divididos em três grupos em função da faixa etária, (5/6 anos, 9/10 e 14/15) no qual foram convidados a opinar. Os resultados demonstraram que independente da faixa etárias o abuso das autoridades foi identificado e criticado, embora os argumentos tiveram graus de complexidade em função do nível heterônomo ou autônomo. Isso evidencia uma percepção mesmo nas crianças de uma visão crítica a autoridade.

Dia 05/07 Terça-feira 08:00h – 10:00h Auditório II - CDC	Vontade: instrumento de autorregulação em situações de conflito <u>Lia Beatriz de Lucca Freitas</u> (UFRGS - RGS) Professores de educação infantil: autovalor <u>Rosana Akemi Kawashima</u> (UNESP - SP) <u>Raul Aragão Martins</u> (UNESP - SP)
Coordenação: Jussara C. B. Tortella	Classes “difíceis” no ensino fundamental II: relação professor/aluno <u>Adriana de Melo Ramos</u> (UNICAMP - SP) <u>Telma Pileggi Vinha</u> (UNICAMP - SP) Bullying: percepção de crianças com dificuldade de aprendizagem sobre este tipo de violência <u>Daiana de Paula Couto</u> (UNIFAE/CASULO – SP) <u>Marcella Cristiane da Cunha Ribeiro</u> (UNIFAE/CASULO – SP) <u>Marina Antunes Pinto Catunda</u> (UNIFAE/CASULO – SP) <u>Betânia Alves Veiga Dell’ Agli</u> (UNIFAE/CASULO – SP)

VONTADE: INSTRUMENTO DE AUTORREGULAÇÃO EM SITUAÇÕES DE CONFLITO

Lia Beatriz de Lucca Freitas (UFRGS - RGS)
lblf@ufrgs.br

Neste trabalho, apresentam-se resultados de uma pesquisa teórica sobre um conceito da teoria moral de Jean Piaget, muitas vezes, esquecido: o conceito de vontade. Busca-se demonstrar que a vontade é um importante instrumento de autorregulação em situações de conflito. O método utilizado foi o da análise estrutural. A análise estrutural da obra de Jean Piaget no que tange à questão moral possibilitou definir os conceitos propostos por esse autor, inclusive, o conceito de vontade. Em primeiro lugar, contextualiza-se em que momento surge o conceito de vontade na obra piagetiana, indicando: (a) em que circunstâncias esse conceito foi formulado e (b) uma possível razão para que o conceito de vontade tenha sido frequentemente negligenciado. Em segundo lugar, apresenta-se e analisa-se o conceito de vontade. Em terceiro lugar, assinalam-se alguns desafios enfrentados, no

mundo contemporâneo, por uma educação que vise à formação de pessoas capazes de superar conflitos, seja na família, na escola ou no trabalho, com base no diálogo, respeito mútuo e justiça. Destacam-se dois desses desafios: o primeiro, diz respeito à hierarquização de valores e o segundo, à conservação de valores.

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: AUTO-VALOR

Rosana Akemi Kawashima (UNESP - SP)
rosana_akemi@hotmail.com

Raul Aragão Martins (UNESP - SP)
Agência Financiadora: FAPESP

Temos com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI) a ética apresentada como um dos temas transversais a serem trabalhados na escola. É atribuída à escola o ensino da ética, responsabilizando os professores e os demais agentes escolares a educar moral e eticamente as crianças na escola e dentro da sala de aula. Nos estudos em Psicologia Moral, Piaget (1994) dedicou parte de sua obra da moralidade infantil ao estudo dos juízos morais, dando grande ênfase à racionalidade das ações, todavia, a afetividade não ficou esquecida, sendo esta a energética da ação. Assim levar em conta a afetividade, e não somente a razão, como condição para a moral, significa pensar em valores, que são investimentos afetivos em si e no outro. Tal julgamento valorativo de si corresponde às representações de si. Focamos nossa atenção às representações de si em professores de Educação Infantil enquanto profissional, ou seja, seu auto-valor. Para isso, entrevistamos vinte de seis professores de Educação Infantil de quatro escolas numa cidade do interior do Estado de São Paulo e lhe aplicamos uma entrevista semi-estruturada. Como representações de si desses professores no exercício de suas profissões, observamos uma imagem positiva de si, caracterizada pelo cuidado, no qual é associada à virtude generosidade.

CLASSES “DIFÍCEIS” NO ENSINO FUNDAMENTAL II: RELAÇÃO PROFESSOR/ALUNO

Adriana de Melo Ramos (UNICAMP - SP)
adrianam-ramos@uol.com.br
Telma Pileggi Vinha (UNICAMP - SP)

Embasado na teoria construtivista, este artigo discorre sobre alguns dos objetivos investigados em uma pesquisa de doutorado que estudou as classes “difíceis” e as “não difíceis” em escolas de ensino fundamental II. No presente artigo serão enfocadas as relações entre professores e alunos, identificando fatores comuns e/ou divergentes no que se refere à convivência, cumprimento de regras e à realização das atividades propostas pelos docentes. Também serão comparadas e analisadas as intervenções que as escolas utilizam ao lidar com estas classes. Trata-se de um estudo descritivo, de caráter exploratório, sendo que a amostra foi composta por duas classes consideradas “difíceis” e duas “não difíceis” pertencentes ao Fundamental II. Os participantes foram estudantes do 6º e 7º ano e as equipes pedagógicas. Os dados foram coletados de 3 formas: entrevistas clínicas, observações semanais das interações sociais e coleta de materiais (registro das ocorrências, agendas, fichas de acompanhamento, atas de reuniões e de conselhos de classe). A análise feita foi qualitativa e aponta para uma inabilidade dos educadores ao lidar com as situações de conflitos entre os alunos e entre estes e o professor. As intervenções eram inconsistentes, oscilando entre ignorar e conter os

conflitos; além de não contribuírem para a melhoria das relações, corroboraram para a manutenção do comportamento indesejado. Em sua maioria, os docentes mostraram-se distantes e autoritários, impunham as regras e tomavam todas as decisões. Todavia, nas classes “difíceis”, os alunos resistiam mais em obedecer às regras e às orientações dos professores acarretando uma maior tensão nessa relação, gerando cansaço e estresse nos docentes que reconheciam a dificuldade em lidar com essas turmas. A relação professor-aluno pautava-se no respeito unilateral, instaurando um clima que dificultava a vivência do respeito mútuo, da justiça e da cooperação.

BULLYING: PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS COM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM SOBRE ESTE TIPO DE VIOLÊNCIA

Daiana de Paula Couto (UNIFAE/CASULO – SP)
daianacouto@gmail.com

Marcella Cristiane da Cunha Ribeiro (UNIFAE/CASULO – SP)

Marina Antunes Pinto Catunda (UNIFAE/CASULO – SP)

Betânia Alves Veiga Dell’ Agli (UNIFAE/CASULO – SP)

Grande parte das crianças com dificuldades de aprendizagem vivenciam, por sua própria condição e pela ineficácia do sistema educação, situações de exclusão que podem interferir nas relações interpessoais. O estudo teve como objetivo investigar a percepção de crianças com queixa de dificuldade de aprendizagem quanto ao bullying na perspectiva do espectador, alvo e autor. Participaram do estudo 30 escolares, com idade variando de 7 a 14 anos que frequentam um centro especializado no atendimento de crianças com queixa de dificuldade de aprendizagem em uma cidade do interior do estado de São Paulo. Foi utilizado um questionário subdividido em espectador, alvo e autor de bullying. Os resultados não permitiram afirmar que escolares com dificuldade de aprendizagem são alvo e autores de bullying, mas nos permitem alertar para a existência dessa violência entre alguns deles, podendo inclusive ser um fator que influencia negativamente a própria aprendizagem.

<p>Dia 05/07 Terça-feira 08:00h – 10:00h</p> <p>Sala 2 - FEF</p> <p>Coordenação: Adriana R. Braga</p>	<p>Bullying na escola: uma reflexão sobre suas características <u>Monica Valentim da Silva</u> (UNICAMP - SP) Telma Pileggi Vinha (UNICAMP - SP)</p> <p>O conceito de indisciplina e aulas de educação física <u>Nicole Stephania Strohmayer Lourencetti</u> (UEL - PR) José Augusto Victoria Palma (UEL - PR)</p> <p>Quando o agressor também é a vítima <u>Rosiane Gonçalves Coelho Silva</u> (UNICAMP - SP) Elaine Prodócimo (UNICAMP - SP)</p> <p>Juízo moral e violência: um estudo sob a luz da teoria piagetiana <u>Sabrina Sacoman Campos</u> (UNESP – SP) Adrian Oscar Dongo Montoya (UNESP – SP)</p> <p>O processo de resolução de conflitos entre pré-adolescentes: o olhar do professor <u>Sandra Cristina Carina</u> (UNICAMP/USF - SP) Orly Zucatto Mantovani de Assis (UNICAMP - SP)</p>
--	--

BULLYING NA ESCOLA: UMA REFLEXÃO SOBRE SUAS CARACTERÍSTICAS

Monica Valentim da Silva (UNICAMP - SP)

monicavalentim2003@yahoo.com.br

Telma Pileggi Vinha (UNICAMP - SP)

De forma crescente, o bullying vem sendo pauta de debates tanto nas escolas pelos professores e alunos, quanto pelos pais e pela mídia. Esse crescente interesse tem gerado maior conscientização sobre as consequências desse tipo de conflito para os envolvidos e aumento no interesse pelas investigações na busca por compreender suas características e para elaborar medidas de intervenções efetivas. Apesar disso, são poucas e recentes as pesquisas no Brasil que investigam o bullying, principalmente na perspectiva construtivista. Diante desse cenário, o presente trabalho visa realizar uma pesquisa bibliográfica que contemple os estudos realizados sobre o bullying. Para tanto, selecionamos os autores mais relevantes para apresentar uma caracterização sobre o bullying, que se trata de um conflito multifacetado e com características peculiares. Considerando importante diferenciar o bullying de outros tipos de conflitos, de modo que ele não seja confundido com atos de indisciplina, incivildade ou, simplesmente, “brincadeiras de crianças”. A reflexão e análise sobre o fenômeno são essenciais para a sua identificação e para se almejar propostas de intervenções que favoreçam o desenvolvimento moral dos sujeitos e assim busquem alternativas mais justas e respeitosas para os conflitos vividos.

O CONCEITO DE INDISCIPLINA E AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nicole Stephania Strohmayr Lourencetti (UEL - PR)

nicole.s.s.l@hotmail.com

José Augusto Victoria Palma (UEL - PR)

Agência financiadora: CNPQ

A escola é um lugar de conflitos, de negociações de interesses e acima de tudo de construções de conhecimentos. Em meio a tantas diversidades, regras e combinados a escola é um local em que a Indisciplina habita e trás tantas dúvidas. Desta forma, nos últimos tempos muito tem se discutido sobre a Indisciplina na escola, ou melhor, a Indisciplina dos alunos. A partir disso o estudo procurou saber qual(is) a(s) concepção(s) de Indisciplina de estudantes nas aulas de Educação Física? Tendo como o objetivo geral: mapear a(s) concepção(s) de Indisciplina dos educandos dos primeiros anos do ensino fundamental nas aulas de Educação Física. Para tal fim, o estudo foi realizado com estudantes do das primeiras séries do ensino fundamental, sendo quatro educandos de cada série, totalizando dezesseis estudantes. O instrumento para coleta dos dados foram entrevistas semi-estruturadas. Os resultados obtidos são parciais, pois a pesquisa está em andamento. A partir da parcela coletada, aproximadamente 44% dos estudantes não compreendem o que é a Indisciplina, já 37% pouco ou relativamente compreende e 19% não mostram compreensão sobre o assunto. Com isso, podemos inferir que não ocorre um diálogo na escola sobre a Indisciplina, que os conflitos e casos indisciplinares nas aulas não são discutidos e também que para as situações de Indisciplina podem ser dados outros nomes. Desta forma, o estudo proporciona uma visão de como está à concepção de Indisciplina perante os educandos, e proporciona novas pesquisas que vão ao encontro de auxiliar os docentes na sua pratica pedagógica.

QUANDO O AGRESSOR TAMBÉM É A VÍTIMA

Rosiane Gonçalves Coelho Silva (UNICAMP - SP)

rosiane.silva6@hotmail.com

Elaine Prodócimo (UNICAMP - SP)

Agência Financiadora: FAPESP

Com o objetivo de investigarmos a agressividade no sistema escolar, o grupo de pesquisa GEPA(UNICAMP/FEF) está realizando um estudo em escolas públicas de diferentes Estados do Brasil. No presente trabalho apresentamos os dados coletados no estado de Goiás e Mato Grosso. Duas escolas estaduais de cada estado foram pesquisadas, 281 alunos do ensino fundamental II (5ª a 8ª séries) e ensino médio (1ª a 3ª série) de Goiás, e 342 alunos do ensino fundamental II (5ª a 8ª séries) e ensino médio (1ª a 3ª série) do Mato Grosso. Sendo uma classe de cada turma em cada escola pesquisada. Para a realização da pesquisa utilizamos como instrumento um questionário com 54 perguntas fechadas. Dentre as perguntas fechadas, que compõem o instrumento, destacamos para a presente apresentação as seguintes: Você teve para com algum colega ou nas imediações da escola, alguma atitude e comportamento de agressão? Você se considera vítima de agressão na escola? Essas questões são relevantes, pois possibilitam compreender as representações sociais dos alunos na escola e dos relacionamentos que são estabelecidos em seu interior. Em relação aos resultados, ficou evidente que há alunos: agressores/vítimas; vítimas/agressores; somente agressor e somente vítima. Dentre as características do agressor citamos: ser mais seguros, tem menos medo e são menos ansiosos. Estes adjetivos podem contribuir para as ações comportamentais agressivas do aluno. Alguns dos alunos vitimados são também agressores, estes são aqueles que reproduzem os comportamentos agressivos sofridos. cremos que o embasamento teórico e prático, em que, são estudados a agressividade no ambiente escolar é fundamental para a compreensão dos difíceis e atuais desenvolvimentos comportamentais agressivos, e acima de tudo para uma prática profissional sustentada em trabalhos científicos.

JUÍZO MORAL E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO SOB A LUZ DA TEORIA PIAGETIANA

Sabrina Sacoman Campos (UNESP-SP)

sabrina.unesp@bol.com.br

Adrian Oscar Dongo Montoya (UNESP-SP)

A violência tem sido uma das principais preocupações da sociedade brasileira nas últimas décadas. Ressalte-se que a violência está presente na vida dos sujeitos cada vez mais cedo. Então, vemos uma grande importância em estudos que, como este, colaborem para a compreensão do fenômeno da violência. A presente pesquisa trata-se de um estudo piloto e tem como objetivo compreender a relação existente entre a moral e a violência. Por acreditar que a moralidade está diretamente relacionada com a questão da violência realizamos este estudo baseando-nos na teoria sobre a moral de Jean Piaget. Sendo a infância o período que a criança começa a desenvolver-se moralmente, em um processo que permanecerá ao longo de sua vida, e reconhecendo que a construção de uma sociedade melhor depende da formação de cidadãos autônomos e conscientes, é fundamental compreender aspectos que ligam a questão da violência à moralidade, pois assim poderemos chegar à busca de possíveis intervenções. Pelo levantamento bibliográfico, e, pelas entrevistas realizadas junto a crianças de escola fundamental, com idade de sete a quatorze anos, chegamos à conclusão de que a violência apresenta relações diretas com a questão moral, em especial com a questão do respeito ao outro. O respeito ao outro, que para Piaget é fator essencial para o desenvolvimento moral, quando não valorizado em uma relação leva o indivíduo à situação de violência.

O PROCESSO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE PRÉ-ADOLESCENTES: O OLHAR DO PROFESSOR

Sandra Cristina Carina (UNICAMP/USF - SP)
sandracarinab@msn.com

Orly Zucatto Mantovani de Assis (UNICAMP - SP)

O cotidiano escolar é permeado por inúmeros conflitos interpessoais entre crianças e adolescentes. São situações muitas vezes julgadas como negativas pelos educadores, como algo a ser evitado. Não raro, os educadores distanciam-se de entender que suas formas de intervenção são geradoras de comportamentos submissos por parte de seus alunos. Tais comportamentos são oriundos de um ambiente em que o professor normalmente utiliza formas autoritárias para resolver os problemas que enfrenta no cotidiano escolar, colocando, muitas vezes, seus alunos em situações de humilhação, exposição, ou pura obediência a uma autoridade, sem que esses sejam convidados a pensar nas soluções que levem em conta as necessidades dos envolvidos, ou seja, em estilos assertivos de resolução de conflitos. Diante de tal justificativa, a presente pesquisa buscou investigar quais formas de resolução de conflito são comumente utilizadas pelos adolescentes, ainda que a partir de dilemas hipotéticos, e confrontá-las às formas que os professores apontaram como as que esses mesmos adolescentes utilizavam quando envolvidos em situações de conflitos. A amostra foi constituída por um total de trinta e nove participantes, pré-adolescentes entre onze e treze anos, estudantes do sexto ano de uma escola pública da região de Campinas, interior de São Paulo, e por cinco professores desses mesmos adolescentes. O instrumento utilizado consistiu numa entrevista semi-estruturada com professores e um instrumento criado por Robert Deluty e adaptado por Maria Isabel Leme que avalia simultânea e comparativamente três tipos de tendências de resolução de conflitos interpessoais. Os resultados obtidos nos permitem comprovar nossa hipótese de que a forma pela qual os adolescentes nas situações hipotéticas resolvem seus conflitos não coincide às formas apontadas previamente pelos professores das tendências de resolução de conflitos utilizadas por esses mesmos adolescentes quando envolvidos em situação de conflito no cotidiano escolar.

<p>Dia 05/07 Terça-feira 08:00h – 10:00h Sala 8 - FEF Coordenação: Roseline Ardiles</p>	<p>Representações de estudantes universitários sobre a ocorrência do bullying no contexto acadêmico <u>Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas</u> (UFAM - AM) <u>José María Avilés Martínez</u> (UVA - Espanha) <u>Juliana Lima da Silva</u> (UFAM - AM)</p> <p>Formação de professores aptos a diagnosticar e trabalhar gestão do fenômeno bullying no ensino superior: uma necessidade <u>Juliana de Lima da Silva</u> (UFAM - AM) <u>Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas</u> (UFAM - AM) <u>José Maria Avilés Martínez</u> (UVA - Espanha)</p> <p>Necessidade de diagnóstico do mobbing sofrido por estudantes no contexto laboral por seus efeitos sobre o bem-estar psicológico e o desempenho acadêmico <u>Juliana de Lima da Silva</u> (UFAM - AM) <u>Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas</u> (UFAM - AM) <u>António José Carochinho</u> (Universidade Lusíada de Lisboa - Portugal)</p> <p>Afetividade e projetos de vida de jovens estudantes de ensino superior <u>Cristina Satiê de Oliveira Pátaro</u> (FECILCAM - PR)</p> <p>Os projetos de vida da juventude de nível sócio econômico baixo na cidade de São Paulo <u>Daniela Haertel</u> (USP – SP) <u>Ulisses Araújo</u> (USP – SP)</p>
---	---

REPRESENTAÇÕES DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS SOBRE A OCORRÊNCIA DO BULLYING NO CONTEXTO ACADÊMICO

Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas (UFAM - AM)

suelyanm@ufam.edu.br

José María Avilés Martínez (UVA- ES)

Juliana Lima da Silva (FECILCAM - PR)

July_anna_18@hotmail.com

Agência financiadora: CNPq

As relações interpessoais no estado democrático de direito como os que caracterizam os estados ocidentais devem ser pautadas no respeito aos direitos e garantias individuais como segurança, saúde e bem-estar psicossocial. O fenômeno bullying entendido como maltratos entre iguais de forma direta gera relações interpessoais conflituosas. Este trabalho apresenta resultados de uma investigação realizada ao abrigo dos projetos de pesquisa objeto dos processos 575.723/2008-4 e 502.723/2009-2/CNPq destacando representações dos estudantes sobre a temática e propondo pautas para sua gestão de modo a contribuir para o bem-estar psicossocial dos protagonistas em contexto acadêmico. Para o efeito tomou-se em consideração uma amostra de n=1.324 estudantes matriculados em 29 cursos de diversos campi universitários da UFAM e da UNIR localizados em Manaus, Porto Velho, Itacoatiara, Coari, Benjamin Constant, Parintins, Humaitá, Guajará Mirim, Cacoal, Rolim de Moura e Ariquemes. A aplicação observou os procedimentos éticos vigentes, sendo assegurada a confidencialidade dos resultados e o anonimato dos participantes que foram 55,0% do Gênero feminino, 37,2% do masculino e 7,8% não informaram. Os dados receberam tratamento estatístico com apoio do SPSS 15.0. “Da análise descritiva dos dados obtidos a partir da aplicação do “Questionário de intimidação e maus tratos entre iguais” (Avilés, 2005) alusivos às tipologias de bullying verificaram-se dentre outras as seguintes representações: (i) “Já ocorreram casos de ofensas comigo, pois fui ofendida e depois também ofendi”; (ii) “Acho que essas atitudes não deveria acontecer afinal somos todos iguais ninguém é melhor que o outro, pra que se sentir superior que o outro? “(iii) “acho que estas pessoas que maltratam os outros sofrem de algum distúrbio”; (iv) “Creio que esta problemática já vem de casa e que dependendo da gravidade da agressão o agressor deva ser punido e sua família deva ser informada ou até mesmo reeducada” (v) De que a pesquisa vai contribuir para que isso não ocorra aqui na Universidade”; (vi) “Um parceiro me espancou em plena sala com professor e tudo por ter inveja das minhas capacidades e por sofrer de epilepsia e ficou por isso mesmo a Universidade não tomou nenhuma providência”. Da análise da totalidade dos dados apurados, constata-se que o fenômeno bullying é percebido pelos protagonistas da comunidade acadêmica e que existe a expectativa de gestão e intervenção por parte da Administração. O resultado sugere a pertinência da manutenção da investigação como forma de melhor compreensão dos fenômenos aportando informações com sustentação empírica que contribuam para a formulação de políticas públicas para a reformulação dos currículos de formação inicial e continuada e professores e gestores da educação formal.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES APTOS A DIAGNOSTICAR E TRABALHAR GESTÃO DO FENÔMENO BULLYING NO ENSINO SUPERIOR: UMA NECESSIDADE

Juliana de Lima da Silva (UFAM - AM)

July_anna18@hotmail.com

Suely A. do N. Mascarenhas (UFAM - AM)

José Maria Avilés Martínez (UVA- ES)

Este estudo é realizado ao abrigo do PIBIC-H-FAPEAM/UFAM 036/2010/2011 avalia informações acerca do fenômeno bullying em universitários da UFAM. *Bullying* é uma palavra de origem

inglesa utilizada para definir atos de violência física e psicológica praticados contra um ou mais indivíduos de forma repetitiva e contínua com o objetivo de maltratar, intimidar, molestar e difamar pessoas em desvantagem de poder. Dessa forma um dos papéis fundamentais da universidade é formar professores aptos para o diagnóstico desse fenômeno, assim como, prepará-los para trabalhar com as situações de intimidação dentro do ambiente escolar. O trabalho tem como objetivo analisar as representações escritas pelos estudantes a cerca do fenômeno bullying, a fim de avaliar qual a percepção dos mesmos a respeito do tema em questão. É uma investigação transversal, na perspectiva quali-quantitativa. Os dados apresentados foram obtidos com base em uma amostra de n= 310 estudantes do ensino superior do IEAA, sendo n= 64,2% do sexo feminino e n= 32,9% do sexo masculino com idade entre 15 e 60 anos. Neste estudo analisa-se com apoio do programa estatístico SPSS versão 15.0, a ocorrência do fenômeno junto a universitários da UFAM, diagnosticados e avaliados com aplicação do **QIMEI - Questionário sobre intimidação e maltrato entre iguais – universitários**. Avilés, (2005). Tradução para português/Brasil, Mascarenhas (2007), com 35 itens, sendo 34 com questões de múltipla escolha e uma questão dissertativa. Os resultados evidenciam a ocorrência do bullying no contexto universitário investigado bem como evidencia diversas tipologias e situações de intimidação existem na universidade. O que sugere a pertinência na continuidade da pesquisa e implementação de políticas e programas para formação dos professores que assegure profissionais capacitados para diagnosticar e gerir o fenômeno em contextos educativos.

NECESSIDADE DE DIAGNÓSTICO DO MOBBING SOFRIDO POR ESTUDANTES NO CONTEXTO LABORAL POR SEUS EFEITOS SOBRE O BEM-ESTAR PSICOLÓGICO E O DESEMPENHO ACADÊMICO

Juliana de Lima da Silva (UFAM - AM)

July_anna18@hotmail.com

Suely A. do N. Mascarenhas (UFAM - AM)

José Maria Avilés Martínez (UVA- ES)

António José Carochinho (Univ. Lusíada de Lisboa - PT)

Este estudo realizado ao abrigo do PIBIC-H-FAPEAM/UFAM 036/2010/2011 avalia informações acerca do fenômeno mobbing vivenciado por universitários da UFAM considerando seus efeitos sobre o bem-estar psicológico e o desempenho acadêmico. Segundo Carochinho (2008) é um termo proveniente do verbo inglês *to mob*, “gangue, Máfia” o mobbing se caracteriza por comportamentos abusivos no ambiente de trabalho como : maltratar, atacar, perseguir, tumultuar, importunar e assediar alvos com potencial para ocupar cargos que envolvam poder. Evidenciando a necessidade de um serviço ou de profissionais aptos a fazerem o diagnóstico e a gestão do fenômeno na universidade. Os dados apresentados foram obtidos com base em uma amostra de n= 171 estudantes do ensino superior IEAA, sendo n= 69,6% do sexo feminino e n= 28,7% do sexo masculino com idade entre 15 e 60 anos, residentes na cidade de Humaitá – AM, tendo o rendimento acadêmico de 0-5,0 em 8,8%, de 5,1-7 em 15,8%, 7,1-8 em 20,5%, e acima de 8 em 8,2% dos integrantes da amostra. Neste estudo analisa-se com apoio do programa estatístico SPSS versão 15.0, a ocorrência do fenômeno junto a universitários da UFAM, diagnosticados e avaliados com aplicação do Questionário para Avaliação do *mobbing* em contexto organizacional Carochinho (2008), adaptação para o Brasil Mascarenhas (2008). Os resultados demonstram a frequência do mobbing entre os estudantes da UFAM verificados nos itens: 1 – *É me ocultada informação necessária de modo a dificultar o meu trabalho*. Onde 33,3% afirmaram que essas situações aconteceram algumas vezes; 5 – *Não me são atribuídas responsabilidades nas tarefas laborais*. Em que 7,1% responderam que

essa situação acontece mensalmente. 7 – *Sou excluído/a de atividades sociais com os/as colegas de trabalho.* Aonde 29,0% disseram que isso aconteceu algumas vezes. Observa-se que uma parte significativa dos estudantes integrantes desta amostra afirmou que são alvos do mobbing, sugerindo uma intervenção psicopedagógica no sentido de que promova, auxilie e contribua no melhoramento da assertividade, resiliência e estado psicológico geral dos estudantes do UFAM, bem como a necessidade do diagnóstico e de uma boa gestão do fenômeno por parte dos protagonistas.

AFETIVIDADE E PROJETOS DE VIDA DE JOVENS ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (FECILCAM - PR)
crispataro@yahoo.com.br

O presente trabalho parte de análise de resultados de investigação mais ampla, e aponta possíveis relações entre as estratégias de resolução de conflitos adotadas pelos jovens e a construção de seus projetos de vida, por meio da análise do modo como os sentimentos e emoções se configuram no raciocínio dos sujeitos. A pesquisa relatada teve como objetivo investigar de que forma as emoções e sentimentos, vivenciados pelos jovens diante de seus interesses e preocupações, configuram-se no raciocínio, a fim de discutir as relações entre cognição e afetividade no funcionamento psíquico. Para tanto, são analisados dados provenientes de entrevista semiestruturada realizada junto a 20 jovens, de 20 a 24 anos, estudantes de instituição de Ensino Superior do interior do Paraná. A análise foi realizada com base na teoria dos Modelos Organizadores do Pensamento. Foram identificadas relações entre a natureza dos interesses e preocupações dos jovens e o raciocínio implicado nos sentimentos e emoções comentados. Os dados demonstraram também que a construção de projetos de vida pelos jovens pode estar relacionada ao modo como encaram os conflitos vivenciados. A partir da análise, são traçadas considerações acerca da indissociabilidade entre afetividade e o raciocínio humano, e as implicações para os processos educativos voltados para a juventude.

OS PROJETOS VITAIS DE JOVENS DE NÍVEL SÓCIO ECONÔMICO BAIXO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Daniela Haertel(USP - SP)
danihurtado@gmail.com
Ulisses Araújo (USP - SP)

A juventude é considerada um momento de preparação para a fase adulta. O jovem de nível-sócio econômico baixo brasileiro está frequentemente exposto a um contexto de violência, discriminação, dificuldade de preparo e escassas possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Diante destes problemas, comumente acaba empenhando-se em aventuras antissociais, encontrando o caminho do crime, da marginalidade e da drogadição. O Projeto Vital, caracterizado como uma intenção estável e generalizada de alcançar algo significativo para o eu e que gera consequências no mundo externo, é capaz a conferir sentido à existência do jovem. Os projetos vitais conferem sentido à existência da vida das pessoas e à sociedade pelo fato dos objetivos, metas e projetos serem significativos para o eu e terem consequências no mundo ao redor. Por direcionar os esforços dos jovens num sentido positivo, de progresso pessoal, o Projeto Vital tem um papel gerador de bem estar e realização pessoal no desenvolvimento humano. Portanto, como auxiliar estes jovens de periferia a encontrar o verdadeiro significado para sua existência, driblando as armadilhas da depressão, agressividade e drogadição? Para responder a estas perguntas elaboramos uma pesquisa científica para identificar

projetos de vida dos jovens de nível sócio econômico baixo de um bairro da periferia de São Paulo. Seleccionamos 105 jovens do 1º. Ano do Ensino Médio de uma escola pública localizada num bairro de nível sócio-econômico baixo de São Paulo cujo IDH é igual a 0,46.

<p>Dia 05/07 Terça-feira 08:00h – 10:00h</p> <p>Salas 4/5 - FEF</p> <p>Coordenação: Carolina de Aragão Escher Marques</p>	<p>Representação de escola em adolescentes com histórico de fracasso escolar <u>Flávia Maria de Campos Vivaldi</u> (UNICAMP – SP) Betânia Alves Veiga Dell’ Agli (UNIFAE – SP)</p> <p>Crianças com e sem queixa escolar: uma análise sobre resolução de conflitos hipotéticos <u>Mariana Tavares Almeida</u> (UNIFAE/CASULO – SP) Betânia Alves Veiga Dell’ Agli (UNIFAE/CASULO – SP)</p> <p>O retrato da inclusão escolar no município de Franca <u>Sabrina David de Oliveira</u> (UNIFRAN - SP) Célia Maria David (UNESP – SP)</p> <p>As representações sociais da criança negra na educação infantil: mecanismos de discriminação <u>Caroline F. Jango da Silva</u> (UNICAMP – SP)</p>
---	---

REPRESENTAÇÃO DE ESCOLA EM ADOLESCENTES COM HISTÓRICO DE FRACASSO ESCOLAR

Flávia Maria de Campos Vivaldi (UNICAMP - SP)
flamacavi@hotmail.com
Betânia Alves Veiga Dell’ Agli (UNIFAE - SP)

O fracasso escolar é um tema recorrente na educação brasileira por se constituir em um problema de difícil solução. Aspectos da cognição foram e são exaustivamente estudados, mas poucos indicadores são encontrados no que se refere aos aspectos afetivos. Fundamentados na teoria psicogenética de Jean Piaget o presente estudo teve como objetivo investigar as representações de escola em estudantes com histórico de fracasso escolar, o valor da escola para os mesmos. Participaram do estudo 60 escolares de ambos os sexos, do Ensino Fundamental II, de duas escolas públicas do interior de Minas Gerais, sendo 30 com defasagem de idade/série de no mínimo dois anos e 30 em situação de regularidade escolar, pareados em idade e sexo. Foi realizada uma entrevista semi-estruturada composta por seis questões relativas à representação de escola. A partir da análise dos dados, parte-se para uma reflexão sobre a ressignificação dos estudos na vida dos escolares, na busca de favorecer a construção do “valor conhecimento” porque o prazer de tê-lo é o bem maior que a escola pode oferecer-lhes.

CRIANÇAS COM E SEM QUEIXA ESCOLAR: UMA ANÁLISE SOBRE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS HIPOTÉTICOS

Mariana Tavares Almeida (CASULO/GEPEM/UNICAMP – SP)
matavares.psico@gmail.com
Betânia Alves Veiga Dell’ Agli (UNIFAE/CASULO - SP)

Atualmente os conflitos interpessoais vêm sendo um tema recorrente e bastante discutido dentro da escola. Esse trabalho teve como objetivo investigar as diferentes formas que crianças, com e sem queixa de dificuldade de aprendizagem, resolvem uma situação de conflito interpessoal hipotético.

Participaram do estudo 83 escolares, sendo 49 com queixa de dificuldade de aprendizagem (Grupo 1) e 34 sem queixa de dificuldade de aprendizagem (Grupo 2). As crianças do Grupo 1, são de ambos os sexos, com idades variando de 7 a 17 anos, frequentam um centro especializado na queixa, são provenientes de escolas públicas e particulares e cursam do 2º ao 9º do Ensino Fundamental I e II. As crianças do Grupo 2 são estudantes de ambos os sexos, com idades de 8 e 9 anos que cursavam o 4º ano do Ensino Fundamental I em uma escola particular. As instituições estão localizadas em uma cidade do interior do estado de São Paulo. Para a intervenção foi utilizado o instrumento de resolução de conflitos hipotéticos em que os estudantes eram convidados a refletir sobre as causas e diferentes formas de resolução de um conflito hipotético. Os resultados encontrados demonstram, em algumas categorias, diferenças nas resoluções de conflitos entre as crianças com e sem queixa escolar. Contudo, acreditamos que numa situação de intervenção o mais importante é justamente esta diversidade de resolução de conflitos. Cada criança pensa de forma diferente sobre a mesma situação e a troca de pontos de vista leva justamente a descentração, tão necessária nas relações humanas.

O RETRATO DA INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE FRANCA.

Sabrina David de Oliveira (UNIFRAN -SP)

Sabrina.habib@yahoo.com.br

Célia Maria David (UNESP - SP)

Este artigo tem como objetivo delinear o retrato da inclusão escolar nas escolas públicas estaduais do município de Franca. O recorte espacial recaiu sobre cinco das 23 escolas públicas estaduais do ciclo I do município onde está sendo feita a inclusão. As escolas selecionadas localizam-se em diferentes bairros da cidade e inserem-se entre as nove do mesmo ciclo que contam com salas de recurso. Para além do reconhecimento e análise da relação entre o portador de necessidades especiais, deficiência mental e a escola, a saber – ingresso e permanência, preparação do professor, utilização de materiais e métodos, importou desvelar, na medida do possível, aspectos condicionantes que o ambiente familiar tem sobre o aluno em questão. Como estudante de psicologia vale frisar, no que concerne à perspectiva acadêmica, o objetivo de buscar um maior aprofundamento de análise que leve à compreensão da relação destas crianças com elas mesmas, com seu meio, com outras crianças portadoras ou não da mesma deficiência e também com a aprendizagem. A metodologia está sendo conduzida pela abordagem qualitativa sem desconsiderar a interação com os outros métodos de pesquisa e análise.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MECANISMOS DE DISCRIMINAÇÃO

Caroline F. Jango da Silva (UNICAMP -SP)

caroljango@uol.com.br

A presente pesquisa teve por objetivo investigar as representações sociais acerca das crianças negras na educação infantil e os mecanismos de discriminação racial existentes nesta instituição. Objetivou-se, também, analisar como os educadores abordam a questão da diversidade racial em sua prática pedagógica com as crianças e como estes resolvem os possíveis conflitos advindos dessa diversidade. Com este trabalho visamos provocar no educador e na sociedade uma reflexão crítica acerca das relações raciais e suas implicações nas instituições de ensino, objetivando destituir das

práticas sociais e pedagógicas os elementos trazidos pelo mito da democracia racial e pelo ideal de branqueamento. Este trabalho foi realizado com perspectiva no conceito de representações sociais de Moscovici. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo que se utilizou da observação para se realizar. A observação foi registrada em caderno de campo e, a partir dos registros, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 10 educadoras de uma creche municipal localizada em Paulínia. Tais entrevistas foram analisadas por meio da Análise de Conteúdo. Com os resultados constatamos que representações negativas acerca da criança negra são compartilhadas na instituição de educação infantil; identificamos diversos mecanismos de discriminação nos recursos pedagógicos da creche e na prática pedagógica das educadoras. Consideramos deste modo, que o preconceito racial perpassa pela instituição que atende a pequena infância impondo o modelo branco superior de valores, cultura e estética às crianças negras. Deste modo, as crianças estão vivenciando um espaço de socialização que não respeita suas origens étnico-raciais e que não promove a valorização da diferença.

Dia 05/07 Terça-feira 08:00h – 10:00h	Adolescência e formação para o trabalho <u>Denise D’Aurea Tardeli</u> (Unisantos - SP) Lucian da Silva Barros (Unisantos/PIBIC - SP) Amanda Cavalcante de Oliveira (UMESP/PIBIC - SP)
Sala 7 - FEF Coordenação: Denise D’Aurea Tardeli	Moral e ética: a importância dos projetos de vida <u>Fernanda Helena de Freitas Miranda</u> (FAESA – ES) Heloisa Moulin de Alencar (UFES - ES) Análise da educação moral em escolas do ensino médio de Muriaé-MG <u>Maria do Carmo Vegi de Souza</u> (FAFISM - MG) Brinquedoteca e oficinas lúdicas: formação moral de crianças do Rio de Janeiro <u>Adelaide Rezende de Souza</u> (UNESA - RJ)

ADOLESCÊNCIA E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

Denise D’Aurea Tardeli (Unisantos - SP)
dtardeli@unisantos.br

Lucian da Silva Barros (Unisantos/PIBIC – SP)
 Amanda Cavalcante de Oliveira (UMESP/PIBIC - SP)

O objetivo desta pesquisa foi verificar a manifestação de um projeto de vida nos jovens orientado à inserção no mundo do trabalho. O estudo pretendeu analisar a consistência entre o que os adolescentes idealizam sobre a escolha da carreira e as projeções de futuro. A hipótese levantada foi: se o despertar para a justiça ocorrer, a participação solidária do adolescente na sociedade tornar-se-á central na formação de sua personalidade, ou seja, a escolha da profissão e a opção pela formação profissional terão tendências mais humanistas e maior proximidade de valores altruístas. Já, os projetos de vida com tendências mais voltadas aos bens de consumo e ao individualismo e benefício próprio, a intenção solidária ficaria numa posição periférica na escolha profissional. O corpo teórico da pesquisa se insere na área da Psicologia da Moralidade, nas teorias de Kohlberg, Piaget, nos estudos de Hoffman, Eisenberg, Puig e La Taille e na Psicologia do Desenvolvimento, no que se refere à adolescência, além dos estudos e pesquisas de William Damon sobre o propósito na adolescência e escolha da carreira. O método consistiu na realização de 766 entrevistas com adolescentes de ambos os sexos, escolarizados do 3º ano do Ensino Médio com idades entre 15 e 21 anos, sendo que destes 396 são alunos da rede privada de ensino e os outros 370 da rede pública. A

estes adolescentes foi solicitado que escrevessem um depoimento onde deveriam responder a questão: Quem eu quero ser e como desejaria que estivesse minha vida? Através dos depoimentos foram levantadas seis diferentes categorias de respostas para esta questão, onde em cada uma delas os adolescentes expressam expectativas distintas sobre seu futuro. O tratamento dos dados se referiu à correlação destas categorias, levando-se em conta também gênero e idade dos adolescentes. Como a pesquisa se encontra em andamento, concluiu-se até este momento que, os adolescentes pesquisados, de um modo geral, apresentam uma forma de pensar ainda muito imatura quanto a suas projeções de vida. Estes também apresentam um pensamento individualista e voltado para o atendimento unicamente de suas necessidades pessoais, no qual o outro ou mesma a sociedade não são considerados. O trabalho se coloca para a grande maioria desses adolescentes como uma forma de alcançar sucesso e realização em suas vidas, independentemente do que fizerem. A participação solidária na sociedade aparece de forma muito inexpressiva se revelando como um fator pouco pensado e refletido por estes adolescentes. Constatou-se que essa é periférica na construção do Projeto de Vida dos adolescentes pesquisados. Este dado evidencia um distanciamento dos valores éticos necessários para a construção de uma sociedade mais justa, generosa e igualitária.

MORAL E ÉTICA: A IMPORTÂNCIA DOS PROJETOS DE VIDA

Fernanda Helena de Freitas Miranda (FAESA - ES)
fernandahfreitas@gmail.com
Heloisa Moulin de Alencar (UFES - ES)

Buscou-se nesse estudo investigar a existência de projetos de vida em adolescentes, identificando o lugar do outro nestes projetos e a importância que esses adolescentes atribuem aos seus projetos. Participaram do presente trabalho 24 adolescentes, com idade entre 15 e 20 anos, igualmente divididos em relação ao sexo e classe social (média e baixa). Foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas utilizando o método clínico proposto por Piaget. Os resultados analisados permitiram verificar o total de 87 planos, considerados posteriormente nas seguintes categorias: 1) '*bens materiais*' (35,6%); 2) '*relacionamentos afetivos*' (21,8%) 3) '*atividade profissional*' (18,5%), 4) '*formação acadêmica*' (10,4%) e 5) '*outros*' (13,7%). Cada justificativa dos motivos pelos quais esses projetos foram mencionados foi considerada, como '*conectada*' ou '*desconectada*'. Do total de 87 justificativas dos projetos, 52% eram '*conectados*' e 48% '*desconectados*'. A maior parte dos projetos citados pelos participantes como considerado mais importante foi da categoria **Atividade Profissional**, que obteve o escore de 40,9% das menções. Os projetos citados como menos importantes por parte dos adolescentes foram principalmente da categoria **Bens Materiais**, com 55,6% de todas as menções. Assim, os dados podem significar que os valores éticos que permitem a boa convivência em sociedade ainda permeiam parte dos projetos de vida dos adolescentes.

ANÁLISE DA EDUCAÇÃO MORAL EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE MURIAÉ-MG

Maria do Carmo Vegi de Souza (FAFISM - MG)
docarmoveggi@yahoo.com.br

Defensores da dignidade humana, Viktor Frankl (2005) e La Taille (2007, 2009) reconhecem a necessidade de os educadores promoverem a educação moral e formação de sentidos de vida, o que contribui para redimensionar a prática educativa. Tomando como base essas considerações, este trabalho tem o objetivo de analisar a educação moral como mediadora da formação de sentido de vida em escolas de Ensino Médio. Para tanto, foi realizada uma pesquisa empírica sobre a educação

moral em quatro escolas de Muriaé-MG. A relevância desta pesquisa consiste em destacar o estudo da moralidade como uma instância receptiva ao desenvolvimento e constante aprimoramento educacional, contribuindo para fortalecer nos cursos de licenciatura o compromisso com a formação da moral autônoma. A pesquisa de campo qualitativa adotou a análise de conteúdo para interpretar os dados coletados, a partir de entrevistas realizadas junto a quatro coordenadoras pedagógicas (CP) das escolas. Conclui-se que, para as entrevistadas, os adolescentes têm sentido de vida, a educação moral diz respeito aos valores, à formação da pessoa e contribui para determinar sentidos de vida. No entanto, as escolas têm maior preocupação com o ensino, ficando muito a desejar em relação à promoção da educação moral como prática pedagógica institucionalmente consolidada. Consta-se que atribuir a formação moral e ética à família é um dos desafios a ser enfrentado pelo sistema educacional, como também a necessidade de fortalecer nos cursos de formação de professores o trato da moralidade como instância receptiva ao desenvolvimento e mediação educacional.

BRINQUEDOTECA E OFICINAS LÚDICAS: FORMAÇÃO MORAL DE CRIANÇAS DO RIO DE JANEIRO

Adelaide Rezende de Souza (UNESA - RJ)
adelaidebrinq@ig.com.br

Atualmente à educação moral é associada a formas educativas tradicionais como uma imposição heterônoma de valores e normas. Devemos pensá-la associada a analisar criticamente a realidade cotidiana e as regras vigentes. As atividades lúdicas são um excelente caminho para ajudar o indivíduo a conviver em uma sociedade democrática e pluralista. Através de uma brinquedoteca universitária e a ida semanal a sete escolas públicas do Rio de Janeiro, um grupo de brinquedistas (profissional com formação específica) desenvolve atividades que proporcionam noções de educação moral, a crianças de classe economicamente menos favorecida. O grupo de brinquedistas recebe supervisão semanal e compartilha suas experiências através de um encontro com a coordenadora. A estratégia principal utilizada com as crianças é a combinação desse momento. É necessária a organização das regras e lembrá-las a cada encontro; ao término há avaliação dos combinados. São valorizadas algumas ideias: o cuidado com o outro, com o espaço e os objetos, enfatizando a coletividade; frases como: “O que é meu é de todos, e o que é de todos também é meu”! Devem nortear esse aspecto do trabalho. Através de relatórios é possível acompanhar mudanças significativas, em relação ao respeito para com o adulto e a outra criança, aumento da espera pela sua vez e maior expressão de sentimentos através da fala. A importância da inclusão de ações cotidianas como esta deve fazer parte da educação formal, pois elas envolvem o respeito e o autocontrole emocional, aspectos que favorecem relações mais justas e coletivas.

<p>Dia 06/07 Quarta-feira 08:00h – 10:00h</p> <p>Auditório I - CDC</p> <p>Coordenação: Ana Maria Falcão de Aragão</p>	<p>Vivências morais na escola: análise piagetiana em situações de jogos infantis <u>Aline Ap. Cardoso Fernandes Benetti</u> (UNESP - SP) Maria Suzana de Stefano Menin <u>Ribeiro</u> (UNESP - SP)</p> <p>A construção de histórias como mediação de conflitos entre adolescentes e escola <u>Aline Vilarinho Montezi</u> (PUC - SP) Vera Lúcia Trevisan de Souza (PUC - SP)</p> <p>A avaliação das crianças sobre os sentimentos dos personagens em situações de conflitos <u>Ana Lúcia Pinto de Camargo Meneghel</u> (UNIFRAN – SP) Melissa de Castro Lopes dos Santos (UNIFRAN – SP) Monica Cristina de Souza Segura (UNIFRAN – SP)</p>
---	--

	<p>Lívia Maria Silva Licciardi (UNICAMP/UNIFRAN – SP)</p> <p>Educação moral/resolução de conflitos: desafio a educadores de abrigos provisórios</p> <p><u>Carla Andressa Placido Ribeiro</u> (UNESP - SP)</p> <p>Adrián Oscar Dongo Montoya (UNESP - SP)</p> <p>Patrícia Unger Raphael Bataglia (UNESP - SP)</p> <p>Análise de experiências de educação em valores da região norte e sudeste</p> <p><u>Claudiele Carla Marques da Silva</u> (UNESP - SP)</p> <p>Maria Suzana De Stefano Menin (UNESP - SP)</p>
--	--

VIVÊNCIAS MORAIS NA ESCOLA: ANÁLISE PIAGETIANA EM SITUAÇÕES DE JOGOS INFANTIS

Aline Aparecida Cardoso Fernandes Benetti (UNESP - SP)

alinefbenetti@hotmail.com

Maria Suzana de Stefano Menin (UNESP - SP)

O objetivo da pesquisa foi investigar se a presença ou a ausência do adulto influenciam as vivências morais das crianças, quando participam de jogos dirigidos ou espontâneos, na escola; os dados empíricos foram coletados a partir de observações das crianças em situações de jogos dirigidos e espontâneos, entrevistas com elas (histórias elaboradas com base em suas vivências de jogos e brincadeiras), observações da rotina de duas salas de aula (pré-escola e 1º ano), caracterização desses ambientes escolares de acordo com escala de avaliação do ambiente sociomoral e questionário respondido pelas professoras; a análise mostrou que as crianças entrevistadas recorreram ao adulto para manutenção de regra e/ou resolução de conflitos nas histórias que retratavam jogos dirigidos com regras explicitadas pela professora ou pelo “dono” do jogo (outra criança); nos protocolos das vivências das crianças, verificamos que elas recorreram aos adultos, quando têm conflitos a resolver ou quando se trata da manutenção de regras do jogo propostas por adultos; na comparação entre prática/vivência e julgamentos nas histórias de Cooperação e Justiça entre crianças, notamos que elas demonstram estarem mais avançadas nos julgamentos do que na prática; verificamos que crianças pequenas cooperam mais por preferências de amigos do que por reciprocidade e que a coerção no jogo ou brincadeira é aceita quando é interessante a quem está sendo coagido; as crianças de 6 anos (ambiente coercitivo) toleraram mais a coerção entre os colegas do que as crianças de 5 anos (ambiente propenso à cooperação); nos jogos dirigidos, notamos mais heteronomia dos alunos, quando cotejados com os espontâneos.

A CONSTRUÇÃO DE HISTÓRIAS COMO MEDIAÇÃO DE CONFLITOS ENTRE ADOLESCENTES E ESCOLA

Aline Vilarinho Montezi (PUC - SP)

alinemontezi@hotmail.com

Vera Lúcia Trevisan de Souza (PUC - SP)

Agência Financiadora: CNPq

O presente relato é parte de um estudo que tem como objetivo utilizar histórias como mediação de conflitos entre os adolescentes e a escola. Como aporte teórico, recorreremos à Psicologia Histórico-Cultural, utilizando os pressupostos de seu principal representante, Vigotski. Nossa investigação foi realizada com adolescentes de uma escola pública do interior de São Paulo, em que foram realizados encontros semanais, em um total de dez, utilizando-se a contação de histórias como

mediação. Resultados apontam que as histórias favorecem a expressão dos jovens, sobretudo no que concerne aos conflitos que vivenciam no espaço escolar, visto que os docentes têm dificuldades em propor atividades que incentivem a expressão dos alunos, no âmbito do conhecimento ou dos afetos. Evidencia-se, assim, a necessidade de se criar espaços que favoreçam a imaginação, dando voz aos alunos, pois, ao serem mobilizados, eles se envolvem com as atividades e sentem-se mais à vontade para se expressar o que pensam e sentem, enfrentando, assim, os conflitos em sala de aula. À Psicologia Escolar e Educacional, como área que focaliza as relações entre os sujeitos, cabe intervir no sentido de promover mediações que visem a construção de relacionamentos mais saudáveis no ambiente escolar.

A AVALIAÇÃO DAS CRIANÇAS SOBRE OS SENTIMENTOS DOS PERSONAGENS EM SITUAÇÕES DE CONFLITOS

Ana Lúcia Pinto de Camargo Meneghel (UNIFRAN - SP)

al.meneghel@uol.com.br

Melissa de Castro Lopes dos Santos (UNIFRAN - SP)

Monica Cristina de Souza Segura (UNIFRAN - SP)

Lívia Maria Silva Licciardi (UNICAMP/UNIFRAN - SP)

Sabe-se sobre a importância de expressar sentimentos na educação infantil e o quanto é valioso para o desenvolvimento afetivo do ser humano, desde pequeno, estar inserido em um contexto educacional que lhe permita nomear o que está sentindo e solucionar conflitos interpessoais, expressando-se por meio de estratégias verbais e cooperativas. Este artigo tem por objetivo analisar se as crianças da Educação Infantil inferem os sentimentos da vítima de um conflito hipotético. Foram entrevistadas 16 crianças entre 5 a 6 anos, provenientes de uma escola municipal localizada no interior paulista, por meio do método clínico piagetiano. As respostas encontradas foram categorizadas em quatro níveis evolutivos: nível 0 - respostas “não sei”, categoria; nível I - “sentimento como ação”, a criança ainda concebe o sentir externamente ao sujeito; nível II - “sentimento como atuação dos sentidos”, caracteriza respostas que indicavam sentimento como atividade dos órgãos dos sentidos; nível III - “sentimento como expressão da subjetividade” - as respostas indicam que a criança consegue nomear convencionalmente o que o outro sente, indicando que o sujeito já passa a considerar a existência de um mundo subjetivo. A análise dos dados baseou-se nos estudos de Piaget e Selman.

EDUCAÇÃO MORAL/RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: DESAFIO A EDUCADORES DE ABRIGOS PROVISÓRIOS

Carla Andressa Placido Ribeiro (UNESP - SP)

carlaandressap@yahoo.com.br

Adrián Oscar Dongo Montoya (UNESP - SP)

Patrícia Unger Raphael Bataglia (UNESP - SP)

Agência financiadora: FAPESP

Este trabalho pretende refletir a respeito da importância da educação moral em abrigos provisórios, em especial os procedimentos de educadores e cuidadores na mediação e resolução de conflitos em situações rotineiras. Segunda a teoria piagetiana, em que nos respaldamos, a moralidade é resultante de um processo de construção interior, que se dá por meio da interação que o sujeito estabelece com o meio social. Em uma instituição de abrigo provisório na cidade de Marília-SP, realizamos um

diagnóstico a respeito das relações existentes em sua rotina e qual a sua implicância no desenvolvimento moral dos abrigados, constatamos que a relação predominante vivenciada era o respeito unilateral e conseqüentemente os abrigados se encontram no estágio de heteronomia. Junto à instituição, vimos a necessidade em promover ações para constituir um ambiente favorável ao desenvolvimento moral dos abrigados orientado para autonomia. Entendendo que a primeira ação deveria ser a formação moral dos educadores e cuidadores, propomos reuniões de estudo, planejamento, ação-reflexão e avaliação de suas práticas. Vimos que no decorrer desse trabalho os objetivos estão sendo alcançados gradualmente. Há funcionários que já estão refletindo criticamente a respeito de suas práticas e apresentam interesse em adquirirem novas posturas que auxiliem no bom desempenho de seu trabalho enquanto educador. Muito ainda devemos percorrer para a constituição de um ambiente favorável ao desenvolvimento moral, mas julgamos que o principal que é a visão da necessidade desse ambiente já tem alcançado grande parte dos funcionários.

ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO EM VALORES DA REGIÃO NORTE E SUDESTE

Claudiele Carla Marques da Silva (UNESP - SP)
claudielecarla@hotmail.com
 Maria Suzana De Stefano Menin (UNESP - SP)
 Agência financiadora: CNPq/PIBIC

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq vinculada a uma pesquisa maior denominada "**Projetos bem sucedidos de Educação Moral: em busca de experiências brasileiras**". Nesse artigo, analisaremos 100 experiências de Educação Moral desenvolvidas em escolas públicas das regiões Oeste do Estado de São Paulo e dos Estados ao Norte do país: Acre, Tocantins e Rondônia. As experiências foram coletadas por meio de questionários *on-line* ou escritos aplicados junto a diretores, coordenadores pedagógicos e professores de escolas de ensino fundamental (6º ao 9º ano) e médio. Examinamos as experiências descritas à luz de critérios extraídos da literatura atual sobre Educação Moral, nos baseamos, principalmente, nas contribuições teóricas de alguns autores da área, tais como: Piaget (1977; 1998; 1996), La Taille (2006; 2009), Araújo (2007), Puig (2004; 2007), Serrano (2002), entre outros. Levaremos em consideração nas análises: os temas, métodos, finalidades, tempo de duração, número de participantes, mudanças percebidas na escola e a participação da comunidade externa. A partir dos resultados obtidos pode-se perceber que os temas foram variados incluindo desde o ensino de valores até o combate às drogas; os métodos utilizados foram também diversos apresentando desde métodos participativos até transmissão e imposição de conteúdos pelo professor; as finalidades se apresentaram, principalmente, como o combate à violência e agressividade dos alunos; e, por fim, as mudanças no ambiente escolar relacionaram-se, principalmente, com as melhorias nas atitudes e no comportamento dos alunos. Os resultados dessa pesquisa abrem possibilidades para reflexões em relação a essa temática no país.

Dia 06/07 Quarta-feira 08:00h – 10:00h Auditório II - CDC	Sentido de vida, esperança e futuro pessoal em adolescentes de Petrópolis - RJ <u>Cleia Zanatta Clavery Guarnido Duarte</u> (UCP - RJ) <i>Supernanny</i> e as práticas cotidianas de professores: analisando as possíveis influências <u>Daniela Borges Silva</u> (FAJ - SP)
--	---

Coordenação: Adriana Corder Molinari	Eliane Moraes (FAJ - SP) Sarah Enedina Vieira (FAJ - SP) Carolina de Aragão Escher Marques (FAJ - SP) Da heteronomia à autonomia: ambiente escolar e desenvolvimento moral <u>Jaqueline Barbieri Pieretti</u> (UFRGS - RGS) Educação moral com adolescentes privados de liberdade: apontando limites e desafios <u>Josemar Soares Rosa Filho</u> (UNIVASF - PE) <u>Leonardo Rodrigues Sampaio</u> (UNIVASF - PE)
--	---

SENTIDO DE VIDA, ESPERANÇA E FUTURO PESSOAL EM ADOLESCENTES DE PETRÓPOLIS - RJ

Cleia Zanatta Clavery Guarnido Duarte (UCP- RJ)
cleia.zanatta@ucp.br

O trabalho pretende analisar sentido de vida, esperança e futuro pessoal tomando por base a adolescência, como tema relevante de pesquisa na atualidade. O conceito de sentido de vida está baseado na obra de Viktor Frankl e supõe um dinamismo constante, uma ação consciente direcionada a objetivos de busca de realização de ideais superiores, que determinam as razões para nossa existência e decorre da situação da pessoa no seu contexto ambiental, em função das experiências que vivencia, considerando como instrumentos mediadores desta construção os valores, a cultura, a relação intersubjetiva, as crenças e a educação, dentre outros. O adolescente neste contexto é visto como uma pessoa que experimenta conflitos intra e interpessoais decorrentes do processo do desenvolvimento e da sociedade atual, marcada por crises institucionais e de valores, imprevisibilidade, impressão iminente de risco, insegurança pessoal e coletiva, desencadeando a desesperança, à ausência de utopias e a dificuldade de crença num futuro pessoal. Realizou-se uma pesquisa empírica, descritiva, quantitativa, com doze adolescentes de escolas de Ensino Médio, de Petrópolis, no Rio de Janeiro e, definiu-se como problema, identificar processos de educação moral nas escolas, como mediadores de sentido de vida, esperança e futuro pessoal. Utilizou-se um questionário com dez respostas fechadas e sete abertas e fechadas, com o objetivo de conhecer como os adolescentes percebem sua escola em relação ao tema investigado. Concluiu-se, parcialmente, tomando as respostas, em blocos temáticos que as escolas pesquisadas desenvolvem de maneira informal, procedimentos de educação moral, mediadores de sentido de vida, esperança e futuro pessoal.

SUPERNANNY E AS PRÁTICAS COTIDIANAS DE PROFESSORES: ANALISANDO AS POSSÍVEIS INFLUÊNCIAS

Daniela Borges Silva (FAJ - SP)
daniborges_2@hotmail.com
Eliane Moraes (FAJ - SP)
Sarah Enedina Vieira (FAJ - SP)
Carolina de Aragão Escher Marques (FAJ - SP)

O presente trabalho teve como objetivo analisar a influência do programa *Supernanny* nas práticas docentes, assim como identificar suas prováveis conseqüências para o desenvolvimento moral, de acordo com a perspectiva piagetiana. Para tanto, foram aplicados questionários em 35 professores da rede pública e privada da região metropolitana de Campinas/SP após a exibição de trechos

selecionados de episódios referentes aos principais procedimentos utilizados pelo programa: colocação de regras, elaboração da rotina, estratégias para expressão de sentimentos e emprego de sanções / recompensas. Os professores responderam se concordavam com o procedimento, se já o utilizaram em sala de aula e se os objetivos foram alcançados. Os dados coletados foram analisados qualitativamente e indicam que os professores possuem uma crítica bem elaborada do programa, principalmente com relação à efetividade duradoura dos resultados relacionados ao emprego de sanções e recompensas. Pautam-se na participação ativa dos alunos na construção das regras e rotinas, priorizando a expressão de sentimentos e o respeito às opiniões.

DA HETERONOMIA À AUTONOMIA: AMBIENTE ESCOLAR E DESENVOLVIMENTO MORAL

Jaqueline Barbieri Pieretti (UFRGS - RGS)
jaquelinepieretti@gmail.com

O objetivo deste estudo é analisar como as crianças constroem a moralidade e pensam a disciplina escolar, e a partir das concepções das crianças, refletir sobre como a intervenção do professor e o ambiente escolar podem contribuir no processo de construção da moralidade autônoma. As reflexões apresentadas terão como base teórica a Epistemologia Genética. Realizaram-se entrevistas individuais, orientadas pelo método clínico, com seis crianças de diferentes idades e contextos escolares. A faixa etária escolhida foi entre 5 e 10 anos de idade. As entrevistas consistiram na leitura de histórias que narram situações de indisciplina escolar e perguntas sobre a intervenção do professor nessas situações. A partir da análise das respostas, refletiu-se sobre a evolução do pensamento heterônimo ao pensamento autônomo, e problematizou-se sobre como a escola e a intervenção do professor podem contribuir com o desenvolvimento moral. Observou-se que além da fase do desenvolvimento que as crianças estão, suas vivências familiares e escolares influenciam no desenvolvimento moral. A partir desta constatação refletiu-se sobre como a intervenção do professor pode contribuir para o desenvolvimento da moral autônoma, e como a escola pode propiciar situações em que se aprendam a conviver em grupo.

EDUCAÇÃO MORAL COM ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE: APONTANDO LIMITES E DESAFIOS

Josemar Soares Rosa Filho (UNIVASF - PE)
josemaar@msn.com
Leonardo Rodrigues Sampaio (UNIVASF - PE)
Apoio financiamento: UNIVASF

Sendo pioneiro na área de Educação Moral em instituições de ressocialização no Brasil, este trabalho objetivou apontar os principais desafios e limites no desenvolvimento dessa metodologia educativa no contexto citado. Encontrando-se em andamento, essa pesquisa ocorre no Centro de Atendimento Socioeducativo, em Petrolina – PE, contando com a participação de vinte adolescentes internos, sendo dez destes pertencentes a um grupo experimental, que por sua vez participa de diversas atividades que visam estimular o desenvolvimento do JM e da empatia por um período de seis meses, e um grupo controle, que assim como o primeiro grupo, foi avaliado ao início da intervenção com auxílio dos instrumentos IRI e DIT, utilizados para mensurar o nível de empatia e

JM, respectivamente. Os dois grupos também serão avaliados ao final da intervenção, sem, no entanto, o grupo controle ter participado de nenhuma das atividades propostas. Como resultado pôde-se observar que a baixa escolaridade dos adolescentes se mostrou como um dos maiores entraves para mensuração dos construtos de empatia e JM, sendo apresentadas dificuldades de interpretação e abstração das sentenças propostas. Torna-se necessário também o desenvolvimento de estratégias que lidem de melhor forma com outro problema: a massiva rotatividade de adolescentes na instituição, impossibilitando uma continuidade da intervenção. Conclui-se que esses desafios precisam ser superados, principalmente pela importância científica e social da Educação Moral.

<p>Dia 06/07 Quarta-feira 08:00h – 10:00h</p> <p>Sala 2 - FEF</p> <p>Coordenação: Sandra Cristina Carina</p>	<p>Intervenções pedagógicas da escola nas manifestações de cyberbullying <u>Luciano Blasius</u> (UFPR - PR) <u>Araci Asinelli-Luz</u> (UFPR - PR)</p> <p>Compreensão de educadores sobre o <i>bullying</i>: cenários do cotidiano em foco Daniela Dresch (UNOESC – SC) <u>Maria Teresa Ceron Trevisol</u> (UNOESC – SC)</p> <p>Cenas do cotidiano em discussão na escola: como agir diante delas? <u>Maria Teresa Ceron Trevisol</u> (UNOESC – SC) Letycia Cristina Toigo (UNOESC – SC)</p> <p>A Justiça restaurativa como instrumento de resolução de conflitos escolares Mariana Custódio de Souza Baroni <u>Loriane Trombini Frick</u></p> <p>Trabalhando relações afetivas através dos jogos cooperativos Elaine Prodócimo (UNICAMP -SP) <u>Raquel Rodrigues da Costa</u> (UNICAMP -SP)</p>
--	--

INTERVENÇÕES PEDAGÓGICAS DA ESCOLA NAS MANIFESTAÇÕES DE CYBERBULLYING

Luciano Blasius (UFPR - PR)
lucianoblasius@yahoo.com.br
Araci Asinelli-Luz (UFPR - PR)

Cabe à Escola propiciar a educação formal e curricular, como também uma educação para o mundo, respeitando a diversidade cultural e de gêneros, assim como as preferências e divergências de opiniões para vivermos pacificamente, no mundo real e/ou virtual. O mundo virtual não pode ser a oportunidade para que as regras de convivência sejam esquecidas e/ou abolidas. Entre as mazelas que assolam a Escola em dias atuais está o bullying, sendo representado no ambiente virtual pelo cyberbullying. Diante deste cenário este artigo questiona se há necessidade da Escola intervir quando houver manifestações de cyberbullying entre os atores da Escola? O objetivo é apresentar a necessidade da Escola adotar condutas responsáveis frente a casos de cyberbullying. A associação da presença inequívoca e constante do ambiente virtual no cotidiano dos atores da Escola com as constantes manifestações de cyberbullying na sociedade justifica esta produção acadêmica, realizada através de um estudo de caso das ações de cyberbullying e das intervenções tomadas por uma Escola da rede pública estadual na cidade de Curitiba frente a estas manifestações. Chega-se às considerações que é fundamental que a Escola adote intervenções que levem à reflexão das ações. A Escola tem obrigação institucional de propiciar além da educação formal a educação moral, que

leve ao pleno desenvolvimento humano dos(as) estudantes, garantido pela legislação de ensino e almejado pelas teorias educacionais.

COMPREENSÃO DE EDUCADORES SOBRE O *BULLYING*: CENÁRIOS DO COTIDIANO EM FOCO

Daniela Dresch (UNOESC - SC)
Maria Teresa Ceron Trevisol (UNOESC - SC)
mariateresa.trevisol@unoesc.edu.br

Bullying é um comportamento ofensivo e repetitivo, que tem intenção de humilhar, maltratar ou desprezar outro indivíduo; sempre existiu e ocorre em diversos ambientes compreendendo todas as faixas etárias. O presente artigo analisa a prática de *bullying* na escola. Apresenta dados de uma pesquisa realizada em 2010. A investigação realizada se caracteriza como um estudo exploratório. Como procedimentos de coleta de dados foi utilizado um questionário. Como procedimento de análise dos dados efetuou-se a análise do conteúdo das respostas dos sujeitos pesquisados. A base empírica desse estudo contou com uma amostra composta por profissionais de Escolas públicas do município de Luzerna (SC). É preciso salientar que a maior ocorrência de *bullying* está sendo nas escolas, portanto, os questionários foram direcionados aos profissionais destas instituições. Como resultado da análise dos dados coletados evidenciou-se: os participantes da pesquisa possuem boa compreensão em torno do assunto; as conseqüências do *bullying* atingem todos os envolvidos, alterando a gravidade de acordo com a agressão ocorrida. Os tipos de desrespeito mais freqüentes são violência física e verbal. Tanto a idade das vítimas como dos agressores ficou entre 11 a 15 anos. Confirma-se a relação dos *bullies* com a indisciplina e dificuldade de aprendizagem. Os encaminhamentos em relação ao problema pesquisado abrangem mudanças no indivíduo, na escola, na família e na sociedade. Além desses aspectos, há necessidade da continuidade da busca de conhecimentos relacionados ao foco desse estudo, visto vez que a ocorrência de maus-tratos está crescendo a cada dia no contexto escolar.

CENAS DO COTIDIANO EM DISCUSSÃO NA ESCOLA: COMO AGIR DIANTE DELAS?

Maria Teresa Ceron Trevisol (UNOESC – SC)
mariateresa.trevisol@unoesc.edu.br
Letycia Cristina Toigo (UNOESC - SC)

Buscamos com esse texto analisar como profissionais que atuam na educação infantil se posicionariam diante de uma situação-problema representativa do cotidiano escolar, envolvendo a dimensão dos valores e da moral. A base empírica desse artigo é uma investigação realizada em 2009, que contou com uma amostra composta por 15 professoras que atuam na educação infantil e atendem crianças/alunos entre três e cinco anos. Como procedimento de coleta de dados utilizamos uma entrevista, com um roteiro de questões semi-estruturado. Como procedimento de análise dos dados utilizamos a análise do conteúdo das respostas desses sujeitos. A partir da análise realizada verificamos que os professores participantes desse estudo se posicionaram diante da situação-problema apresentada utilizando diferentes formas de encaminhamento. Quando solicitado como procederiam diante daquela situação, encontramos muitas posturas que se assemelham ao modelo de organização da sala de aula e de perfil/ postura do professor apresentado por De Vries e Zan

(1998), a saber: modelo de organização de sala de aula: campo de treinamento - perfil de professor sargento/instrutor; modelo fábrica – perfil gerente; modelo comunidade - perfil monitor. Não há receitas prontas e totalmente eficientes de como educar e agir moralmente. Entretanto, à medida que nos autorizamos, enquanto professores a planejar, intervir, avaliar as atividades desenvolvidas e os encaminhamentos que adotamos em relação a situações do cotidiano, construindo nossa prática por meio do conhecimento e reflexão do que fizemos, maiores são as condições de alcançarmos êxito em nossas tentativas.

A JUSTIÇA RESTAURATIVA COMO INSTRUMENTO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ESCOLARES

Mariana Custódio de Souza Baroni (FCT/UNESP)

mariana@unitoledo.br

Loriane Trombini Frick (FCT/UNESP)

Agência financiadora: FAPESP

Este trabalho versa sobre a justiça restaurativa como um instrumento de resolução dos conflitos na escola, ou seja, ele se refere aos estilos de resolução de conflitos e sobre como os princípios de justiça restaurativa, podem alicerçar a construção de ambientes sociomoraes na escola, de forma a possibilitarem a discussão e o fortalecimento de conceitos e valores morais que contribuam para a consolidação da cooperação entre alunos, a construção da autonomia e para o combate à violência. Para discutirmos o assunto, consideramos a teoria de Piaget e tomamos como referencial o projeto “Justiça e Educação em Heliópolis e Guarulhos: parceria para a cidadania” que visa, basicamente, inserir nas escolas da rede pública do Estado de São Paulo, espaços para a superação de conflitos, por meio da reflexão, do diálogo e do acordo entre as partes. Esses espaços são denominados Círculos Restaurativos e buscam contribuir para a redução da violência nas escolas. Para atingir aos fins dessa pesquisa, realizamos observações e entrevistas em duas escolas da grande São Paulo (uma em Heliópolis e outra em Guarulhos), que implantaram o referido projeto, portanto, os Círculos Restaurativos. Essa pesquisa, ainda, encontra-se em fase de análise dos dados, mas já demonstra, a princípio, que houve falhas quanto aos procedimentos utilizados nos círculos (eles se afastaram da proposta inicial) e, por essa razão, os resultados do encontro podem ter sido afetados, mas mesmo com esse óbice as crianças e adolescentes entrevistadas, que participaram do círculo, em sua maioria, apontaram-no como algo positivo e como uma boa forma de resolução de conflitos.

TRABALHANDO RELAÇÕES AFETIVAS ATRAVÉS DOS JOGOS COOPERATIVOS

Elaine Prodócimo (UNICAMP - SP)

Raquel Rodrigues da Costa (UNICAMP - SP)

raquelrodrigues_edf@yahoo.com.br

Objetivamos neste estudo analisar uma proposta de trabalho baseada nos Jogos Cooperativos como forma de intervenção em relação às relações afetivas e a agressividade e violência na escola. Em discursos de professores em geral e de professores de Educação Física estes enfatizam o trabalho com jogos cooperativos como forma de lidar com comportamentos agressivos de seus alunos, entretanto não existem muitas pesquisas que analisam esta situação. Buscamos então, avaliar no presente estudo, essa possibilidade por meio de desenvolvimento de uma proposta em uma turma de 39 alunos de 7º ano do ensino fundamental, com idade entre 12 e 15 anos, de ambos os sexos, em

uma escola da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, no município de Itaboraí. Buscando investigar como os jogos cooperativos estimulam as relações afetivas entre os alunos e se isto influencia na forma como interagem com seus pares, foram desenvolvidas 16 aulas durante um bimestre letivo com esta proposta. Os resultados mostram que, no início do estudo, o individualismo e a não-aceitação do próximo, ou seja, a recusa a participar da atividade com o colega eram comuns, mostrando relações conflituosas entre os estudantes, com manifestações de exclusão e *bullying*. Essas situações foram sendo atenuadas ao longo da pesquisa. Houve influência destes jogos nas relações do grupo, tornando as relações um pouco mais respeitadas e amigáveis. Porém, para resultados mais efetivos, a interdisciplinaridade deve se fazer presente, numa intervenção mais ampla em conjunto com outras esferas da educação trabalhando conceitos como colaboração, inclusão e solidariedade.

<p>Dia 06/07 Quarta-feira 08:00h – 10:00h Sala 8 - FEF Coordenação: Sandra Cristina Dedeschi</p>	<p>Avaliação: qual a moral desenvolvida? <u>Mariana Nagamine Costanzi Ferreira</u> (UEL - PR) Nicole Stephania Strohmayr Lourencetti (UEL - PR) Gabriel Gonçalves Freire (UEL - PR) Ana Claudia Saladini (UEL - PR)</p> <p>Estratégia de projetos e educação em valores <u>Ricardo Fernandes Pátaro</u> (UEPR/FECILCAM – PR)</p> <p>Comunicação com a família do aluno: refletindo sobre os bilhetes enviados pela escola <u>Sandra Cristina Dedeschi</u> (UNICAMP – SP) Telma Pileggi Vinha (UNICAMP – SP)</p> <p>Valores podem ser educados? avaliação de uma proposta em educação moral <u>Solange Maria Beggiano Mezzaroba</u> (UEL - PR) Euclides Lunardelli Filho (UEL - PR) Evangelina Sanches Lima (UEL - PR)</p> <p>Ética como tema transversal: relacionando a ética e a geometria <u>Sônia Maria Pereira Vidigal</u> (USP – SP)</p>
--	--

AVALIAÇÃO: QUAL A MORAL DESENVOLVIDA?

Mariana Nagamine Costanzi Ferreira (UEL - PR)
marianacostanzi@hotmail.com
Nicole Stephania Strohmayr Lourencetti (UEL - PR)
Gabriel Gonçalves Freire (UEL - PR)
Ana Claudia Saladini (UEL - PR)

Muitas são as reflexões relacionadas aos educandos, professores, avaliação e a construção do conhecimento a partir do processo de ensino-aprendizagem. Mas ainda são escassas reflexões que correlacione as com a construção da moral. Portanto, surge o problema da nossa pesquisa: Qual moral o professor ajuda a desenvolver no educando, quando avalia o processo ensino-aprendizagem? O objetivo do estudo foi identificar dentro das práticas avaliativas tradicional e mediadora, qual a construção da moral em que nela está inserida. Sendo assim a moral empregada no ensino tradicional é a heteronomia em que se consiste no sujeito egocêntrico que respeita as regras por que existe um sujeito que as dita, e os procedimentos avaliativos dessa abordagem se dá de uma forma mecanizada e repetitiva. Por outro lado temos a avaliação mediadora que se

contrapõe à tradicional priorizando a construção de conhecimento, o diálogo entre educador e educando, a investigação e a tomada de consciência no processo avaliativo entre todos os sujeitos envolvidos. Neste processo a moral desenvolvida é a autonomia, se referindo ao sujeito participativo, que está envolvido em todo o processo, consciente de seus atos, que busca a cooperação e a reciprocidade; pois o ser autônomo não é apenas o estar sozinho e ser independente como muitos pensam. Portanto, o processo avaliativo, bem como a moral que será desenvolvida vem ao encontro dos pressupostos teóricos em que o professor se baseia, sendo necessária uma formação continuada e uma inquietação constante de sua ação docente.

ESTRATÉGIA DE PROJETOS E EDUCAÇÃO EM VALORES

Ricardo Fernandes Pátaro (UEPR/FECILCAM - PR)
ricardopataro@yahoo.com.br

Este texto apresenta dados de pesquisa realizada por ocasião de dissertação de mestrado que acompanhou, ao longo de um ano letivo, uma prática pedagógica orientada pela estratégia de projetos, com crianças de 9 a 10 anos do Ensino Fundamental. Parte-se do pressuposto de que à escola cabe o trabalho com a instrução e formação ética de crianças e jovens, buscando-se o desenvolvimento de práticas democráticas de construção de valores e da cidadania. O objetivo da pesquisa é refletir sobre as possibilidades do trabalho com a estratégia de projetos para a educação em valores, na medida em que esta prática pedagógica proporciona a crianças e jovens em idade escolar um trabalho com temáticas relacionadas à ética, democracia, cidadania e direitos humanos. Foram apresentadas situações de conflito a 75 crianças de três escolas diferentes, localizadas no município de Campinas, SP. O instrumento foi aplicado ao final do ano letivo, buscando verificar de que forma as crianças identificavam causas e propunham soluções para situações de conflito social. As respostas das crianças foram analisadas identificando-se a presença ou não de conteúdos de natureza moral. Os dados indicaram diferenças nas respostas das crianças das três escolas investigadas, sugerindo as contribuições do trabalho com a estratégia de projetos na formação em valores.

COMUNICAÇÃO COM A FAMÍLIA DO ALUNO: REFLETINDO SOBRE OS BILHETES ENVIADOS PELA ESCOLA

Sandra Cristina Dedeschi (UNICAMP - SP)
sandrabranca@yahoo.com.br
Telma Pileggi Vinha (UNICAMP - SP)
Agência financiadora: CAPES

Este estudo teve por objetivo analisar os conteúdos e as implicações dos bilhetes ou de outras formas de registros enviados pela escola para se comunicar com as famílias dos alunos de 2º, 5º e 8º ano de uma instituição pública e uma particular. Para a coleta de dados foram utilizados dois procedimentos principais: recolhimento dos documentos utilizados para a comunicação e a realização de entrevista clínica com alunos, pais e equipe pedagógica. Os resultados demonstram que os problemas vividos na escola são terceirizados para a família auxiliada na resolução. O presente artigo se refere à estrutura apresentada nas mensagens enviadas pelos professores do nível I do Ensino Fundamental. Os dados foram analisados de acordo com seu conteúdo, baseando-se na teoria construtivista que considera os momentos de conflitos como oportunidades de reflexão, de coordenação de perspectivas e da busca por soluções justas e equilibradas, o que não acontece quando o aluno é excluído do processo de comunicação, desfavorecendo sua autorregulação.

VALORES PODEM SER EDUCADOS? AVALIAÇÃO DE UMA PROPOSTA EM EDUCAÇÃO MORAL

Solange Maria Beggiato Mezzaroba (UEL - PR)
solmezza@uel.br

Euclides Lunardelli Filho (UEL - PR)
Evangelina Sanches Lima (UEL - PR)

A importância e necessidade da escola desenvolver atividades e práticas de Educação Moral é consenso, atualmente. Porém, como realizá-la concretamente? Em vista disso, propusemos a luz do pensamento de Josep Maria Puig, um trabalho junto a jovens adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, de uma Instituição de Formação Profissional da cidade de Londrina - PR. Tínhamos como objetivos: 1) ampliar a habilidade de reflexão autônoma para a formação de opinião, tomada de decisão e para a ação no convívio social, respeitando-se os princípios éticos, os direitos individuais e os direitos e deveres relacionados ao exercício da cidadania e 2) avaliar uma proposta em Educação Moral. A metodologia empregada teve como base trabalhos em grupos sendo o diálogo argumentativo/reflexivo instrumentos de referência. Os encontros com os grupos eram semanais e ocorriam em uma sala da Instituição. Os temas eram sugeridos pelos próprios participantes. Os assuntos que emergiram transitavam pelo cotidiano de todos como: sexo, drogas, violência do bairro, separação dos pais, doenças infecto-contagiosas e desemprego. Verificamos como resultado: maior envolvimento do grupo na solução de tarefas; ampliação do repertório de ideias e questionamentos sobre a dinâmica social do grupo e da comunidade em que vivem; ampliação da possibilidade de articulação do grupo para a solução de problemas da comunidade; ampliação da participação efetiva de alguns membros nas tarefas comunitárias extra-grupo. Pudemos concluir que uma proposta desta natureza é viável, porém, tal prática deve ser contínua e configurar-se como meta integrante do processo de formação de jovens.

ÉTICA COMO TEMA TRANSVERSAL: RELACIONANDO A ÉTICA E A GEOMETRIA

Sônia Maria Pereira Vidigal (USP - SP)
soniavidi@uol.com.br

Agência financiadora: CAPES

O objetivo deste estudo foi compreender dois aspectos que são indispensáveis para a formação ética: o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento moral. Por meio de um estudo teórico analisou-se a teoria de desenvolvimento moral idealizada pelo psicólogo americano Lawrence Kohlberg e o modelo para o desenvolvimento do pensar geométrico - relacionado ao desenvolvimento cognitivo - elaborado por Pierre van Hiele e sua esposa Dina. Após observar semelhanças entre as duas teorias, principalmente na forma como as pessoas evoluem na sequência de níveis propostas, busquei ações pedagógicas que propiciassem esses desenvolvimentos de forma eficaz. Baseando-me nas propostas dos próprios autores, encontrei o diálogo como motor desse desenvolvimento em três graus diferentes: a conversação na aula de matemática, a argumentação e a discussão com dilemas morais. Essas três intervenções relacionam-se entre si e levam o aluno a explicitar suas ideias, enriquecer seu repertório, posicionar-se diante de situações expostas, tomar decisões e hierarquizar seus valores. São atividades que buscam o aumento do nível de consciência dos alunos, essencial para a formação ética de cada um.

Dia 06/07 Quarta-feira 08:00h – 10:00h	Desenvolvimento sociomoral: uma experiência com crianças do ensino fundamental I <u>Terezinha Ferreira da Silva Colombo</u> (IESG - SP) Carmen Lucia Dias (UNOESTE - SP)
Salas 4/5 - FEF Coordenação: Mariana Guimarães Wrege	Currículo, democracia, autonomia: procedimentos de educação moral em uma escola de salvador <u>Thais Almeida Costa</u> (Escola Experimental - BA) Roberta Carvalho Saback (Escola Experimental - BA)
	E se eu rasgar o livro? <u>Thatiane Paola de Moraes</u> (UEL – PR) Luciane Guimarães Batistella Bianchini (UEL – PR)
	A solução para a violência na visão de crianças e adolescentes <u>Tamires Alves Monteiro</u> (USP – SP) Eliane Giachetto Saravali (UNESP – SP)

DESENVOLVIMENTO SOCIOMORAL: UMA EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Terezinha Ferreira da Silva Colombo (IESG - SP)
tfcolumbo@terra.com.br
 Carmen Lúcia Dias (UNOESTE - SP)

O presente estudo tem como objetivo descrever situações vivenciadas no contexto escolar, tendo como foco principal, a análise do pensamento e do desenvolvimento moral de um grupo de crianças, frente aos dilemas reais emergidos desta convivência. A fim de possibilitar esta análise, foi proposto ao grupo (por meio de assembleias), discussões e reflexões acerca das hipóteses sugeridas pelo grupo para cada dilema. A obra, O Juízo Moral na Criança, de Jean Piaget, foi o alicerce no qual nos pautamos teoricamente na condução do trabalho. As crianças do grupo analisado têm entre sete e oito anos e pertencem a uma classe de 1ª série de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (E.M.E.F). situada na periferia da cidade de Marília – SP. Como instrumento de coleta de dados (dilemas) e análise do grupo, utilizamos a Entrevista Clínica Piagetiana, descrita por Juan Delval. Os dilemas reais experienciados, são em primeiro plano, estímulos para os sujeitos, pois suscitam um conflito entre diferentes tipos de normas, expondo a forma de pensamento frente a eles. Os dilemas selecionados para este estudo abarcam temas referentes à Cooperação, Agressão física e verbal e Constituição e cumprimento de regras. As respostas dadas pelos sujeitos durante as assembleias foram agrupadas em categorias e a análise permitiu conhecer, através de suas explicações, o seu pensamento e as propriedades que atribui à realidade. A participação das crianças na busca de resolução dos conflitos promoveu estímulos para o avanço em direção à autonomia moral do grupo.

CURRÍCULO, DEMOCRACIA, AUTONOMIA: PROCEDIMENTOS DE EDUCAÇÃO MORAL EM UMA ESCOLA DE SALVADOR

Thais Almeida Costa (Escola Experimental - BA)
taicosta@yahoo.com.br
Roberta Carvalho Saback (Escola Experimental - BA)

O presente estudo é fruto de pesquisas e investigações desenvolvidas no cotidiano de uma escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental de Salvador, tendo como contexto específico a dinâmica da formação de professores dessa instituição. Como objetivo principal, pretendeu-se investigar

procedimentos de educação moral em sala de aula, tendo em vista a efetivação de um currículo emancipador e democrático. Dessa forma, a pesquisa articula os conceitos de currículo, autonomia e democracia, a partir do referencial teórico da área e observações sistemáticas em uma turma do 3º ano do Ensino Fundamental I. Para o presente artigo, três práticas curriculares serão focalizadas como objeto de análise: A rotina compartilhada; O quadro de responsabilidades; A assembleia de classe. Além dessas práticas, é analisado um procedimento da instituição denominado como “Termo de Compromisso”, que compreende um dos encaminhamentos da escola para lidar com os conflitos interpessoais entre os alunos. A análise documental também foi utilizada como fonte de coletas de dados para a presente pesquisa, já que “Diário de Bordo do Professor” da instituição serviu de suporte para compreensão das práticas curriculares propostas. Destaca-se que os currículos devem ser considerados com “*documentos de identidade*”, revelando compromissos e valores morais das instituições educativas. Atuar tendo como base os princípios da autonomia, reciprocidade e respeito mútuo, implica em um investimento em termos da formação do educador, além da elaboração e sistematização de princípios curriculares construtivistas que possam orientar escolhas pedagógicas e sinalizar possibilidades de atuação.

E SE EU RASGAR O LIVRO?

Thatiane Paola de Moraes(UEL - PR)

judyruddy@hotmail.com

Luciane Guimarães Batistella Bianchini(UEL - PR)

A análise do desenvolvimento moral permite a compreensão das interações humanas, seus conflitos, transgressões e condutas presentes no meio social, na qual convivem as crianças que estão em processo de formação. Por isso, tratar das contribuições dos estudos sobre a moralidade no meio social é importante e permite refletir sobre a possibilidade de promoção de ambientes com indivíduos capazes de questionar, refletir, problematizar, cooperar e transformar o contexto de forma autônoma. Ancorados no referencial teórico de Jean Piaget a presente pesquisa de caráter qualitativo objetivou identificar como a noção de justiça, enquanto um dos conteúdos da moral apresenta-se nas narrativas de crianças em diferentes faixas etárias. Para isto investigamos nove crianças de 5 a 11 anos (ambos os sexos) em instituições de Londrina e região. Como instrumento de pesquisa utilizamos uma história com enredo moral, através de uma pergunta aberta e outra semi-aberta (com três opções de escolhas e uma questão a ser completada pela criança), durante 45 dias e em média 20 minutos com cada criança. Os resultados apontaram tendência à justiça retributiva em crianças menores, enquanto em crianças com maior idade corresponde a importância do diálogo, cooperação e do respeito mútuo, provenientes da justiça distributiva. Se comparada a faixa etária apontada por Piaget sobre a noção de justiça verificamos pequena antecipação na idade, em algumas das crianças participantes.

A SOLUÇÃO PARA A VIOLÊNCIA NA VISÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Tamires Alves Monteiro (USP - SP)

tamires.monteiro@usp.br

Eliane Giachetto Saravali (UNESP - SP)

O artigo apresenta parte de um estudo evolutivo a respeito das ideias de crianças e adolescentes sobre a violência, fundamentado na teoria piagetiana e nas pesquisas referentes à construção do conhecimento social. Participaram da pesquisa 40 sujeitos entre 6 e 15 anos, submetidos a três instrumentos metodológicos: uma entrevista clínica, uma proposta de desenho e a análise de um vídeo. No presente trabalho, são apresentados os dados obtidos a partir da aplicação da entrevista clínica, mais especificamente aqueles referentes ao eixo temático: “solução para a violência”. Os resultados indicam que a maioria dos sujeitos apresenta dificuldades em compreender e buscar

soluções para o fenômeno da violência e sua complexidade. Grande parte das respostas apresentadas tende a buscar soluções paliativas e imediatas para o fenômeno, concentrando-se no nível mais elementar de compreensão da realidade social. Tais dados indicam que o fenômeno da violência não é compreendido em sua totalidade, mesmo pelos sujeitos de idades mais avançadas. Isso evidencia a necessidade de se trabalhar a questão da violência também sob a ótica da construção do conhecimento social, buscando-se uma compreensão mais elaborada do fenômeno por parte dos alunos e também a melhoria das questões envolvendo os conflitos nas instituições educativas.

<p>Dia 06/07 Quarta-feira 08:00h – 10:00h Sala 7 - FEF Coordenação: Ricardo Leite Camargo</p>	<p>A ética nas escolas do distrito federal, um caminho para novas violências? <u>Diogo Acioli Lima</u> (UCB - DF)</p> <p>Competência moral de profissionais que atendem o adolescente em conflito com a lei <u>Julia Ferreira Bernardo</u> (UNESP- SP) <u>Raul Aragão Martins</u> (UNESP- SP)</p> <p>Bioética e educação ético-moral: desafios à formação de professores <u>Paulo Fraga da Silva</u> (UPM/CCH - SP)</p> <p>A percepção dos alunos de licenciatura sobre o uso do apelido <u>Ricardo Leite Camargo</u> (USP – SP)</p> <p>Ações afirmativas: um estudo sobre a integração do aluno negro na Universidade <u>Tamyris Proença Bonilha</u> (UNICAMP - SP)</p>
---	---

A ÉTICA NAS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL, UM CAMINHO PARA NOVAS VIOLÊNCIAS?

Diogo Acioli Lima (UCB - DF)
aciolidiogo@gmail.com

Este estudo de casos múltiplos analisou, a pedido do Ministério Público de Brasília, cinco escolas públicas do Distrito Federal, focalizando as violências praticadas entre estudantes dos anos finais do ensino fundamental. Para tal análise, a Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade da Universidade Católica de Brasília (UCB) coletou dados junto a 783 alunos, 111 professores, oito policiais, dez membros dos CSE, cinco diretores e, por fim, 91 alunos nos grupos focais, neste processo foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, questionários e a observação com roteiro. Os resultados revelaram que a mídia e a família podem aparecer como incentivadores da violência, pois tendem a distorcer conceitos e tornar atitudes agressivas atos banalizados. Assim, a liquidez dos conceitos morais tende a tornar o ambiente escolar um forte recriador de violências.

COMPETÊNCIA MORAL DE PROFISSIONAIS QUE ATENDEM O ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI

Julia Ferreira Bernardo (UNESP - SP)
jujubafb@hotmail.com
Raul Aragão Martins (UNESP - SP)

No contexto de *proteção integral* advindo da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, adolescentes que cometem ato infracional podem ser submetidos ao cumprimento de uma medida socioeducativa. O SINASE, documento que regulamenta essas medidas, pontua que a equipe técnica e educadores que atendem os adolescentes em conflito com a Lei são importantes agentes

para que se cumpra efetivamente o cunho educativo e ressocializador das medidas. Esses profissionais lidam o tempo todo com questões de desrespeito às normas, regras e valores sociais, pois trabalham com um grupo já marcado legalmente por condutas transgressoras. O objetivo deste trabalho foi avaliar as competências morais dos profissionais dos serviços socioeducativos, a fim de verificar se este profissional está apto à lidar com questões do desenvolvimento sócio-moral dos adolescentes. Foram participantes 27 profissionais que trabalham nas medidas socioeducativas de *liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade* de três cidades do estado de São Paulo. A coleta de dados foi feita através da aplicação do *Moral Judgment Test* (MJT) de Lind (2005). Os resultados mostraram um valor do escore C (0 à 100) de 15,3 em relação às suas competências de juízo moral. Os participantes se encontram em categorias similares se comparado à outras pesquisas. Este estudo mostrou resultados que motivam uma capacitação utilizando o método de discussão de dilemas com este grupo de profissionais, a fim de proporcioná-los melhores condições de trabalhar com questões morais dos adolescentes e de exercer com eficiência seu papel neste trabalho.

BIOÉTICA E EDUCAÇÃO ÉTICO-MORAL: DESAFIOS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Paulo Fraga da Silva (UPM/CCH - SP)
paulo.silva1@mackenzie.br

O impacto dos avanços científicos tem sido objeto de debate pelo seu potencial de danos e benefícios e pelas suas implicações éticas e sociais. O presente estudo pretendeu analisar como os licenciandos lidam com temas controversos e como a ênfase dada na formação inicial dos professores relaciona-se com a habilidade de futuros professores em lidar com tais temas. Tal estudo, parte integrante de uma pesquisa mais ampla desenvolvida em um doutoramento já finalizado, analisou se a formação inicial de professores de ciências e biologia tem contribuído para a tematização e construção de valores. Seu percurso metodológico passou pela análise de respostas às assertivas dadas por 106 licenciandos, pertencentes a três Instituições de Ensino Superior do município de São Paulo, sobre a importância da formação ético-moral do estudante de ensino fundamental e médio e, para tanto, do seu papel e qualificação docente. Foram identificados alguns limites para tal demanda, tais como: insegurança dos professores em lidar com a controvérsia, ênfase na formação aos aspectos informativos e preocupação com a capacitação intelectual e profissional. A incorporação da Bioética no percurso de formação dos professores de ciências e biologia, a partir de um programa que utiliza uma metodologia de aprendizagem ativa, com oportunidades de lidar e tematizar dilemas ético-morais seria uma adequada maneira de preparar os professores para o seu fazer futuro, instrumentalizando seus futuros alunos ao exercício de tomada de posição, contribuindo dessa forma, na sua formação ético-moral e na conquista de uma cidadania ativa.

A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DE LICENCIATURA SOBRE O USO DO APELIDO

Ricardo Leite Camargo (USP - SP)
ricardocamargo@esalq.usp.br

O uso de apelido é bastante presente dentro das instituições universitárias públicas. A presença de apelidos é uma das marcas do trote universitário que em geral perduram para a vida do aluno substituindo o nome próprio mesmo quando este conclui seu curso. Tendo portanto o apelido tal força pergunta-se : qual a percepção que os alunos possuem sobre seus próprios apelido? Buscamos

assim conhecer como os alunos percebem a presença do apelido em sua própria história, desde a infância até o presente. Para a realização desta pesquisa 25 alunos do programa de licenciatura da Esalq/USP responderam a um questionário semi-aberto. Os resultados parciais (considerando protocolos analisados) indicaram que : a) a presença do apelido foi uma constante na vida dos alunos e b) a relação dos participantes com o apelido em geral é apresentada como “não conflitante”. Este olhar sobre o próprio apelido assenta-se em duas justificativas básicas: a) o fato do apelido tornar o sujeito “único” entre os demais e b) o fato de sua história de vida ser marcada pela presença de apelido, o que o torna comum. Consideramos que estes resultados bastante intrigantes uma vez que os alunos participantes não só indicam indiferença quanto ao uso de apelidos mas chegam a apontar que estes os beneficia por torná-los diferenciados. De nossa parte traduzimos este olhar como um desejo de identidade própria a qual se opõe a massificação, ressaltamos entretanto, a fragilidade na qual se apóia a construção de uma identidade pessoal e diferenciada na atualidade.

AÇÕES AFIRMATIVAS: UM ESTUDO SOBRE A INTEGRAÇÃO DO ALUNO NEGRO NA UNIVERSIDADE

Tamyris Proença Bonilha (UNICAMP - SP)
tamyrisbonilha@gmail.com
Agência financiadora: FAPESP

A trajetória escolar do sujeito negro está fortemente marcada pela discriminação racial, inclusive no que se relaciona ao acesso à Universidade Pública. Esta pesquisa objetivou problematizar a implantação de políticas públicas que visam assegurar o acesso de negros a posições estratégicas na sociedade, tal como na universidade, por meio do sistema de cotas e especificamente do PAAIS – Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social, na Unicamp. Identificar os elementos que compõem o processo de integração do estudante negro no contexto universitário, bem como analisar a visão do aluno negro a respeito da universidade e seus modos de inserção. O estudo foi realizado a partir de um levantamento bibliográfico sobre o tema, da aplicação do Instrumento de integração, QVA-r - Questionário de Vivências Acadêmicas - em sua versão reduzida para a realidade brasileira - e de entrevistas semi-estruturadas com alunos negros, participantes do PAAIS. Os resultados apontam com relação à integração do aluno negro ao contexto universitário, dimensões mais positivas relativas à carreira e à instituição e dimensões mais negativas referentes às características pessoais e relações interpessoais. No conteúdo das entrevistas, destacam-se elementos de natureza meritocrática e de negação da questão racial no contexto da universidade. Tais elementos podem estar associados à dinâmica do preconceito, que opera de forma camuflada na realidade brasileira, inclusive na universidade.

AFETIVIDADE E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: UM TEMA OCULTO NO CURRÍCULO DAS ESCOLAS

Adriana Ferreira Nicolau (UNIFRAN - SP)

adrianafnicolau@ig.com.br

Luciene Tognetta (UNICAMP - SP)

Alliny Rodrigues (UNIFRAN - SP)

Vanessa Vieira Bosso (UNIFRAN - SP)

Violência, agressividade e outros problemas de relacionamento interpessoal, têm sido uma preocupação constante em nosso cenário educacional. O individualismo, a competição e a inconstância das relações são características desta sociedade pós-moderna, cujos valores morais parecem estar em crise. De fato, o interior da escola é marcado pelos mesmos atos que estão presentes na sociedade. Pesquisas revelam que grande parte dos professores não consegue resolver as situações de conflitos existentes em seu cotidiano escolar, destinando, por um lado, muito tempo de suas aulas para tentar solucioná-los ou por outro, negligenciando as situações vividas pelos alunos. Segundo a perspectiva construtivista, o conflito é necessário ao desenvolvimento da criança e do jovem, compreende-se que os conflitos são inevitáveis e que o papel do professor é mediar os conflitos e não eliminá-los. Sabe-se também que o currículo escolar dotado de um modelo ocidental, não tem considerado as questões referentes aos aspectos afetivos necessários à resolução de conflitos entre as pessoas. O cotidiano tem mostrado que há necessidade de aprendermos a resolver os conflitos que acontecem no interior das escolas e que algo na estrutura curricular deve ser modificado para uma formação mais humana. Por isso, a presente pesquisa tem por objetivos verificar se tais aspectos presentes nas formas de resolução de conflitos interpessoais foram conteúdos contemplados na Educação Básica na visão de professores em sua vida escolar, bem como constatar se o processo de resolução de conflitos é algo aprendido na escola em sua concepção e as formas utilizadas para tal. Também se objetivou saber se os conteúdos aprendidos na escola básica pelos atuais professores lhes foram úteis fora da escola. Participaram desta pesquisa 171 professores de Ensino Fundamental de uma rede pública municipal do interior de São Paulo escolhida por conveniência. Os professores responderam individualmente um questionário com perguntas abertas. Os resultados revelaram que praticamente metade dos participantes se recorda dos conteúdos escolares que aprenderam e chegam a utilizá-los na vida adulta. Quanto à expressão de sentimentos em processos de resolução de conflitos vividos na escola, a grande maioria diz não ter tido oportunidade para tal em sua vida escolar. Quanto aos espaços dados por esses professores em suas aulas para o tema dos conflitos interpessoais as opiniões se dividem denotando a crença de que tal tarefa não cabe a escola ou o fazem apenas pelos muitos problemas advindos da relação familiar. Entre aqueles que afirmam oportunizar o trabalho com a resolução de conflitos e seus aspectos afetivos em suas aulas, as atividades que realizam ainda parecem ser por meio de lições moralizantes. O que podemos é inferir é que ainda é preciso discutir e pesquisar sobre a natureza dos conflitos interpessoais na escola e que uma das tarefas da educação para a formação de pessoas mais equilibradas é favorecer a tomada de consciência e a possibilidade de expressão dos sentimentos em situações de conflitos.

COMUNICAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA: QUAL A RELAÇÃO COM A CONSTRUÇÃO DE PERSONALIDADES ÉTICAS?

Adriana de Melo Ramos (UNICAMP/UNIFRAN - SP)
adrianaramos@unifran.br

Andréia Almeida Brandão (UNIFRAN - SP)

Anna Martha B. Kayayan (UNIFRAN - SP)

Catherine Buscariolo (UNIFRAN - SP)

Flávia Fernanda Simardi (UNIFRAN - SP)

Waleska Branda (UNIFRAN - SP)

Família e escola possuem objetivos, papéis e funções diferenciados. Na família, ocorre a aprendizagem relativa às vivências no espaço privado, íntimo. Na escola, vivencia-se a especificidade do espaço público, a coletividade, possibilitando aos alunos experiências de igualdade. Na família, as relações interpessoais são estáveis, o que não ocorre com as interações na escola. Nesse sentido, a educação é uma ação coletiva, que implica o comprometimento de pais e professores, ao longo do processo de construção da autonomia. Isso porque, a conquista da autonomia cognitiva e moral, está intimamente ligada ao trato do adulto na lida com o sujeito em formação, uma vez que ele é o mediador do processo. A realização dessa tarefa, por sua vez, possui especificidades no que diz respeito à atuação da família, de um lado, e da escola, de outro. Atualmente, é frequente a culpabilização das famílias, por parte dos educadores, pelos problemas enfrentados no ambiente escolar, tanto no que diz respeito às questões de atitudes (indisciplina, desrespeito, transgressão das regras escolares etc.), quanto em relação ao processo de ensino/aprendizagem (desempenho insatisfatório nas atividades e avaliações escolares, por exemplo). As maiores críticas da escola em relação às famílias atuais recaem em três modelos familiares que não são análogos: pais permissivos, pais autoritários e pais ausentes. Os pais permissivos são aqueles que oferecem uma liberdade excessiva aos filhos, estabelecendo poucas regras e limites, pois temem entristecer ou “traumatizar” as crianças/os adolescentes. Tal liberdade em demasia produz impasses no exercício da autoridade, dificultando o estabelecimento de qualquer tipo de controle sobre seus filhos, em situações conflituosas e de desobediência. No que diz respeito aos pais autoritários, são mais controladores, rígidos e exigentes, priorizando a submissão e a obediência acrítica. As regras são definidas por eles sem justificativas quanto aos motivos das imposições. Diante de situações de desobediência, utilizam ameaças de castigos físicos e de punições. Já, os pais negligentes, são aqueles que pouco se envolvem na vida dos filhos e quase não demonstram afeto, sendo raras as situações de imposições de limites e regras, porque o tempo de convivência é escasso. O maior interesse desses pais está centrado em suas próprias necessidades. A escola é a instituição que auxilia o sujeito a realizar uma (importante e necessária) transição entre os espaços privado e público, pois é uma “mini sociedade”, organizada não para atender a um apenas, mas a todos que compõem o cenário escolar, baseada em princípios universais. Assim, escola e família, ainda que possuam objetivos semelhantes (na formação das crianças e adolescentes), são essencialmente diferentes, empregando meios diversificados para alcançá-los. Em uma perspectiva construtivista, a escola, como espaço de convivência, é um terreno privilegiado para o estabelecimento das relações interpessoais. Além disso, é um lugar de inscrição social e cultural que, necessariamente, implica em troca. O grupo propicia a interação, a coexistência do particular e do universal. Essa concepção de educação é comumente encontrada entre os objetivos do tipo de aluno que se quer formar, nas mais diversas escolas, construtivistas ou não. Dito de outro modo, as instituições de ensino possuem, frequentemente, entre os objetivos do seu Projeto Político Pedagógico, a formação de alunos cooperativos, respeitosos, críticos e autônomos. Mas, tais nobres objetivos estão de fato presentes nas ações práticas do cotidiano escolar quando se comunicam com as famílias? Em seu cotidiano, a escola utiliza instrumentos de comunicação variados, como reuniões de pais, palestras e atividades culturais, que permeiam a relação estabelecida com a família. Neste contexto educativo, verificou-se se tal comunicação

contribui para a formação do aluno (sujeito ético). Logo, objetivou-se inventariar os instrumentos que sustentam a interlocução família-escola, nos diversos níveis de ensino (da Educação Infantil ao Ensino Médio), de um colégio particular da cidade de São Paulo, e analisar a relação entre o perfil do aluno e a natureza de tais recursos. Para tanto, foram analisados o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino; a ementa das pautas de reuniões formativas e informativas; os temas de palestras oferecidos à comunidade escolar; e as propostas de atividades culturais. A presente investigação caracteriza-se por um estudo descritivo, tratando-se de uma pesquisa do tipo documental, fundamentada na teoria construtivista, sendo a análise dos dados realizada do ponto de vista qualitativo. A pesquisa oferece informações para a compreensão da comunicação e, conseqüentemente, da relação família-escola. No campo da Educação, conhecer os elementos que constituem a relação estabelecida entre a família e a instituição de ensino justifica-se, visando às práticas, propostas e intervenções educativas. Ao aprofundar tal estudo, evidenciou-se a especificidade dessa relação na atualidade. Nessa perspectiva, teceram-se algumas constatações sobre os resultados encontrados, que evidenciaram uma relação mais próxima, frequente e construtiva na Educação Infantil e séries iniciais do Ensino Fundamental. Em contrapartida, no Ensino Fundamental II e Médio, os contatos são mais pontuais e eventuais, com caráter informativo e/ou de transferência de responsabilidades, impossibilitando o alcance de resultados efetivos em termos de uma parceria na educação e para o favorecimento da construção de personalidades éticas. As limitações desta pesquisa são evidentes, pois se trata de um recorte de uma questão ampla e complexa, a relação família-escola, que extrapola os âmbitos desta investigação. Embora a apresentação dos dados encontrados tenha sido resumida, tais informações podem confirmar a hipótese de que uma comunicação entre pais e equipe educativa, permeada pelo diálogo, o respeito mútuo e a liberdade de expressão, sem coerções e/ou restrições, contribuirá para o desenvolvimento moral do aluno e, conseqüentemente, para a formação de personalidades éticas. Espera-se, com esta investigação, suscitar, nos educadores e nas instituições, reflexões sobre a qualidade das relações interpessoais estabelecidas e sobre os prováveis efeitos dos instrumentos que permeiam a interação família-escola para a formação da personalidade ética dos alunos.

JUÍZO E AÇÃO MORAL NO CONTEXTO DA TRAPAÇA: UM ESTUDO COM CRIANÇAS DE 5 E 10 ANOS

Alice Melo Pessotti (UFES - ES)

alicemelopessotti@gmail.com

Antonio Carlos Ortega (UFES - ES)

Heloísa Moulin de Alencar (UFES - ES)

Cleimara Angeli (Faculdade Pitágoras - ES)

Hérica Scopel (Faculdade Pitágoras - ES)

Livia Ávila (Faculdade Pitágoras - ES)

Rodrigo Niêro da Conceição (Faculdade Pitágoras - ES)

Este estudo tem por objetivo investigar, em uma perspectiva psicogenética, a trapaça no que diz respeito à relação entre o juízo hipotético, a observação da ação e o juízo da própria ação de crianças em uma situação de jogos de regras, com base na teoria piagetiana. Participaram desta, 40 crianças de duas escolas particulares do município de Linhares – ES, com idades de 5 e 10 anos, distribuídas igualmente de acordo com a idade e o sexo. Foram utilizados os seguintes instrumentos de investigação: uma história e um roteiro de entrevista envolvendo a trapaça no Jogo da Velha; o jogo Cara a Cara e um roteiro de entrevista pós jogo Cara a Cara. A pesquisa foi realizada em três fases: (a) juízo hipotético sobre a trapaça, (b) observação da ação da trapaça e (c) juízo a respeito da ação da trapaça. Os resultados nos permitiram observar que, quanto ao **juízo hipotético sobre trapaça**, a maior parte dos participantes de 5 anos não conseguiram nomear a ação narrada história

como trapaça, descrevendo-a como ‘jogou duas vezes’, enquanto a maioria dos participantes de 10 anos nomearam-na como ‘trapaça/roubo’. Quando solicitados a estabelecerem um juízo a respeito dessa ação, a totalidade dos participantes a julgaram como errada. As justificativas dadas à estes juízos permitiram constatar que os participantes acreditam na importância da obediência às regras do jogo. No que concerne à **observação**, foi possível notar que, na ausência da experimentadora, a trapaça ocorreu com maior frequência entre as crianças de 5 anos que entre as de 10 anos. Contrariamente, na presença da experimentadora, não foi verificada diferença relevante na ocorrência de trapaça entre as duas idades. Destacamos ainda que houve uma variedade de comportamentos para trapacear na ausência da pesquisadora, sendo que o comportamento mais frequente entre as crianças de 5 anos foi *‘olhou a carta do adversário’*, enquanto a *‘ausência de trapaça’* predominou entre os participantes de 10 anos. Notamos, também diferenças entre os tipos de trapaça, uma vez que as ações de trapaça mais elaboradas foram aquelas emitidas pelas crianças de 10 anos, sendo *‘organizou o conjunto de cartas para vencer’* a mais complexa. Dentre as menos elaboradas, destacamos *‘abaixou as peças do próprio tabuleiro’* emitidas somente pelas crianças de 5 anos. Podemos dizer ainda que as crianças de 5 anos, predominantemente, interferem no contexto de jogo deixando margens para serem descobertas, enquanto as de 10 intervêm disfarçadamente, demonstrando comportamentos de trapaça mais sofisticados, que dificilmente seriam notados. Em relação ao **juízo a respeito da ação da trapaça**, constatamos que, quando perguntados indiretamente sobre a ação, as crianças de 5 anos fazem menção mais frequentemente a respeito da trapaça. Do mesmo modo, ao perguntarmos diretamente sobre a atitude mantida durante o experimento, mais crianças de 5 anos dizem ter trapaceado que de 10 anos. Ao fazerem o juízo da própria conduta, a maioria dos participantes avaliou o comportamento mantido como correto. Aqueles que disseram que a conduta estava errada foram, em sua maioria, crianças de 5. No que concerne à justificativa do juízo da própria atitude, entre as crianças de 5 anos predominaram *‘argumentos circulares’* e entre as de 10 anos, *‘não trapaceou’*. Além disso, as explicações *‘ficou mais divertido’* e *‘faria/fez algo que não é permitido’* foram mencionados poucas vezes, mas com frequência similar por ambas as idades. A justificativa *‘foi importante criar uma estratégia’* foi manifestada apenas pelos participantes mais velhos, o que atribuímos às características cognitivas, uma vez que estes poderiam ter uma estrutura de pensamento mais complexa que os participantes de 5 anos. Ao avaliar uma situação hipotética de contraposição, notamos que a maior parte das crianças julgou a atitude do (a) outro (a) menino (a) como *‘errada’*. Destes, entre os participantes de 5 anos, 13 analisaram uma situação de trapaça enquanto 2 fizeram o juízo de uma circunstância de não trapaça. Quanto aos de 10 anos, a totalidade dos participantes julgou um contexto de trapaça. No que se refere à outra resposta mencionada (*‘certo’*), grande parte das alusões foram feitas pelos participantes menores. Neste caso, tanto os participantes de 5 anos quanto o de 10 anos avaliaram uma ocasião de não trapaça. No que concerne à justificativa do juízo feito sobre a questão ‘Um (a) outro (a) menino (a) que esteve aqui me disse que olhou (não olhou) o meu jogo. Você acha certo ou errado o que ele (a) fez?’, verificamos que os participantes de ambas as idades deram ênfase à proibição da trapaça. Desses, apenas as de 5 anos responderam por meio de *‘argumentos circulares’* ou que em casos de trapaça, o trapaceiro *‘ganharia o jogo fácil’*. Por meio destes resultados, foi possível notar que as crianças sabem que trapacear não é correto, mas muitas trapaceiam e poucas admitem, principalmente entre os mais velhos. Dessa maneira, este trabalho contribui para o estudo da moralidade porque demonstra a importância da dimensão da ação. Consideramos que esse aspecto moral constitui ainda uma grande lacuna no estudo da moralidade, que tem sido investigada prioritariamente em relação ao juízo moral e que, conforme discutimos, deve envolver mais estudos voltados para a relação entre juízo e ação. Partindo dessas considerações, ressaltamos que pesquisas sobre essa temática seriam importantes para a elaboração de trabalhos de intervenção, pois maiores esclarecimentos a respeito desses dois aspectos permitiriam que os programas de educação moral fossem mais eficientes e, conseqüentemente, as crianças adquirissem mais autonomia.

UM ESTUDO SOBRE A ESPIRITUALIDADE NAS AÇÕES PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES

Antonio Douglas de Moraes (UNICAMP - SP)
douglasedu2009@gmail.com

Orly Zucatto Mantovani de Assis (UNICAMP - SP)

O objetivo da presente pesquisa foi verificar se o perfil espiritual do professor se manifesta no relato dos professores pesquisados sobre o seu fazer pedagógico. O marco teórico que fundamenta este trabalho permitiu entender a espiritualidade como uma dimensão inerente ao psiquismo humano. Para responder ao problema formulado utilizou-se de uma metodologia de pesquisa quantitativa e qualitativa. A metodologia quantitativa foi utilizada para avaliar o perfil espiritual de 30 professores da escola A (confessional) e 30 professores da escola B (pública). A abordagem qualitativa constou de uma entrevista com 10 professores que apresentaram um perfil espiritual mais elevado em cada uma das escolas, com o objetivo de verificar se eles admitem que a sua espiritualidade se revela na sua prática pedagógica e de que modo isso acontece. O tratamento estatístico e a análise qualitativa das respostas às entrevistas permitiram constatar que a espiritualidade dos professores entrevistados manifesta-se na maneira pela qual interagem com seus alunos, trabalham os conteúdos curriculares e no ambiente sócio-afetivo propiciados em suas salas. Diferentemente do que era esperado o perfil espiritual dos professores não foi influenciado pelo tipo de escola em que atuavam, nem pela idade dos participantes e, tampouco, pela religião que professam. A formação acadêmica dos professores entrevistados também não influenciou os resultados que os mesmos apresentaram no instrumento PEP (Perfil Espiritual Pessoal). Os fundamentos teóricos da pesquisa, bem como a análise e discussão dos resultados encontrados possibilitaram que fossem feitas inferências sobre como a manifestação da espiritualidade do professor pode assegurar a criação de um ambiente sócio-afetivo que se caracteriza pelo respeito mútuo, trocas por reciprocidade entre os alunos, tomada de decisão conjunta, professor e aluno, por promover a autonomia moral e intelectual do aluno. Os futuros estudos poderão superar as limitações desta pesquisa e corroborar para o entendimento da relação entre Espiritualidade e Educação.

BULLYING NA ESCOLA: ANALISANDO A PERSPECTIVA DE PAIS, PROFESSORES E ALUNOS

Ana Claudia Tucci Amaral (FAJ - SP)

Ariane Andrade Alves (FAJ - SP)

ariane.a.alves@gmail.com

Verônica Aparecida Exposito Alves Cunha (FAJ - SP)

Carolina de Aragão Escher Marques (FAJ - SP)

Observa-se que a violência no contexto escolar, principalmente a que ocorre entre os pares de alunos, se trata de uma problemática permanente que aflige toda a comunidade escolar e que, quando não identificada e tratada adequadamente, pode causar grandes prejuízos a todos os envolvidos. Diante desta constatação pode-se considerar que, atualmente, o fenômeno bullying exige investigações e melhor compreensão, pois este tipo de agressão interpessoal produz grande sofrimento à vítima, além de refletir a necessidade de intervenção frente aos autores do ato violento, bem como em relação ao contexto onde isto ocorre: a escola. Portanto, este trabalho objetiva identificar, descrever e analisar o que pais, professores e alunos do Ensino Fundamental I e II de escolas públicas de uma cidade da região metropolitana de Campinas sentem diante da ocorrência de bullying na escola e como efetivamente lidam com essa questão em suas práticas cotidianas. Em

uma primeira etapa, com intuito de fazer um levantamento acerca dos conhecimentos prévios dos professores e de propiciar uma primeira reflexão sobre a temática, ofereceu-se uma palestra informativa sobre este tipo de violência. Ao final desta palestra, foi solicitado aos professores que respondessem a um questionário, contendo perguntas abertas e fechadas. Participaram desta palestra 34 professores, representando as 15 escolas municipais da referida cidade. Os dados preliminares foram analisados quantitativamente e qualitativamente, por meio do método da Análise de Conteúdo. A respeito do conhecimento sobre o tema bullying, 97% afirmaram já terem ouvido falar ou lido algo a respeito e 3 % disseram nunca terem tido acesso a informações sobre esse tema. Todos os professores afirmaram que momentos de discussão, como os propiciados durante a palestra, acrescentam para a formação profissional e os fazem refletir sobre sua prática em sala de aula. Dentre as solicitações apresentadas pelos professores participantes com relação à temática, as 3 categorias encontradas englobam: formas de intervenção, aprofundamento teórico e identificação do problema. Os professores indicaram a necessidade de um maior conhecimento acerca de novas formas de intervenção sobre o bullying, além da possibilidade de revisão de antigos pressupostos utilizados para a resolução dos conflitos em sala de aula. Outro aspecto apresentado aponta para a necessidade de um maior aprofundamento teórico para conseguirem melhor identificar comportamentos de bullying na escola. Tendo em vista os resultados encontrados, foi possível avaliar que o fenômeno bullying vem sendo propagado e a maioria dos professores está ciente da existência deste fenômeno, porém ainda encontra dificuldades em desenvolver estratégias de intervenção adequadas devido a falta de conhecimento mais profundo e científico sobre o tema. Neste sentido, a presente pesquisa demonstra a importância da realização de trabalhos de formação na escola, para que os educadores consigam identificar e combater o bullying em seus cotidianos.

BRINCADEIRA E ESCOLA: QUEBRA DE PARADIGMAS PARA UMA EDUCAÇÃO AUTÔNOMA E PRAZEROSA

Fabienne Bruce Oliveira (ILTC - RJ)
fabienne_bruce@yahoo.com.br

Um dos precursores na discussão da moralidade foi Piaget que ressaltava a importância da construção interior de valores e afirmava, ainda, que as sanções externas mantem o indivíduo heterônomo, ou seja, enquanto as crianças não tiverem liberdade e somente o poder predominar organizando suas ações, não haverá regras para elas mesmas, construídas de maneira autônoma. Pensando então no cotidiano escolar por que a brincadeira com muita bagunça ainda é tão reprimida em algumas escolas? Por que tantas filas e ordem o tempo todo? Por que o corpo deve sempre estar imóvel na cadeira, com todos concentrados na mesma atividade e sem barulho? Podemos realizar outras tantas questões perturbadoras e relevantes sobre o mesmo tema: vigiar e punir. Essas escolas tratam os conflitos de maneira punitiva e muitas vezes injustas do ponto de vista dos envolvidos, proíbem tudo o que pode provocar essas situações e vigiam todo tempo seus alunos para garantir que nada de errado possa acontecer. Ao mesmo tempo essas escolas retiram de seu currículo momentos em espaços prazerosos onde todos possam se expressar livremente, construir vínculos afetivos seguros, imaginar o que sentirem vontade, em resumo, serem completos em expressão, inclusive em momentos de conflito. É possível perceber que nessas escolas as brigas e desentendimentos são tratados como algo anti-humano, como se não fossem aceitáveis esses sentimentos. Outro fator relevante da vida contemporânea é o espaço da brincadeira na infância, grande parte das crianças só terá o ambiente escolar para brincar, sendo assim a criação de novos espaços com essa finalidade é urgente e imperiosa. Nossa proposta é oferecer esse momento que foi excluído do ambiente escolar a fim de poder perceber as mudanças significativas nas crianças participantes. Desde o início de 2010 atendemos 2 grupos, com média de 25 crianças, no contra-

turno escolar, durante uma hora semanal. Todas estudantes de uma escola municipal da cidade do Rio de Janeiro, localizada no subúrbio, entre duas favelas rivais e não pacificadas. A proposta é simples: brincar. Oferecemos brincadeiras, jogos, livros, dança, arte, teatro, sempre com liberdade de escolha. Recebemos muitas ideias, alegria, entusiasmo, invenção, ou seja, sempre há uma troca qualitativa nos encontros, as crianças não são tratadas como passivas e, mesmo em posição social e economicamente menos favorecida, demonstram atitude, articulação oral, movimento corporal de invejar, desejos, em resumo, se comportam como toda criança, só não podem fazer isso em todos os momentos, pois são formatadas para não o fazerem. Obviamente que toda essa expressão de qualidade não aconteceu desde os nossos primeiros encontros, tudo foi uma construção. Nos primeiros momentos as crianças brigavam muito, agrediam-se verbal e fisicamente, não conseguiam respeitar os combinados que elas mesmas tinham idealizado. Talvez isso tenha ocorrido pelo próprio modelo de regra instituído. Nos primeiros combinados a palavra ‘não’ era a mais utilizada, porém durante o decorrer dos encontros, ao rever essas regras, as crianças começaram a incluir seus direitos. Aliado a esse movimento, pequenas interferências nos momentos de conflitos, principalmente eclodidos no calor da competição, mudaram o rumo do jogo, as crianças encontraram novas possibilidades; antes elas brigavam, ameaçavam, agora já percebiam que poderiam ajudar o outro, percebendo a importância da cooperação mútua. Assim, ao se sentirem livres, no comando de suas escolhas, conseguiam escolher o melhor. Sendo assim aquilo que o sistema escolar esperava das crianças, mas que não conseguiram despertar nelas, surgiu naturalmente dentro da brincadeira, do ócio, da não-regra, talvez isso seja difícil de ser percebido pelos adultos que organizam o cotidiano dessas instituições, pois estão muito mais preocupados em manter a ordem. Diante desses resultados, garantir espaços de qualidade na escola deve ser prioridade para o desenvolvimento pleno do indivíduo, o que inclui oferecer ambientes de reflexão aos adultos envolvidos diretamente com as crianças e maior flexibilidade no currículo escolar.

EDUCAÇÃO MORAL NAS ESCOLAS DE JUIZ DE FORA

Camila Rocha Matos de Oliveira (CES - JF)

Gabriela Silveira Meireles (UFJF - JF)

gabrielasilveirameireles@gmail.com

O presente trabalho apresenta como principal relevância científica a promoção, através da proposição de entrevistas realizadas com seis coordenadoras pedagógicas do ensino fundamental, de uma reflexão acerca da educação moral segundo a abordagem piagetiana. Pretendemos, com isso, possibilitar a compreensão dos procedimentos no campo da educação moral e suas implicações na formação dos sujeitos. Dessa forma, nos questionamos sobre os seguintes aspectos: Como a educação moral tem sido desenvolvida nas escolas públicas e particulares (confessionais) de Juiz de Fora? De que forma as coordenadoras pedagógicas concebem o trabalho com a educação moral em suas respectivas escolas? Quais as contribuições da teoria piagetiana para a reflexão e produção da educação moral escolar? Para tanto, foram levantados alguns tipos de intervenções e de procedimentos que têm sido implementados nas escolas em Juiz de Fora. O método utilizado nesta pesquisa consistiu na realização de entrevistas semi-estruturadas com coordenadoras pedagógicas do Ensino Fundamental em seis escolas (sendo duas confessionais e quatro públicas). Dentre os resultados obtidos, podemos citar a concepção de Ética enquanto respeito a si mesmo, ao outro e à diversidade cultural; no que se refere à prática da Educação Moral nas escolas, foram citados os trabalhos com os Temas Transversais (PCNs), as conversas individuais ou em pequenos grupos com os alunos e conversas com os pais e/ou responsáveis. Em relação às principais queixas quanto ao comportamento dos alunos, é possível citar as brincadeiras de empurrar, os xingamentos, as competições que geram violência, o desrespeito verbal, a insistência no uso do celular (mesmo sabendo que é proibido usá-lo em sala de aula), comparações com pertences pessoais entre os

alunos com ênfase no consumismo e a intolerância de uns para com os outros. Quando indagadas se havia na escola alguém responsável pela Educação Moral das crianças, as coordenadoras foram unânimes ao afirmar que todos os profissionais (do servente à direção) participam da educação moral dos alunos através do monitoramento de suas ações na entrada, na saída, nos corredores, no banheiro, etc. Outro aspecto citado foi o da educação através do exemplo e não apenas do que os profissionais da educação são capazes de dizer aos alunos. Com isto, foi possível perceber que a Educação Moral na concepção das coordenadoras pedagógicas de Juiz de Fora se configura a partir da noção do respeito a si mesmo e aos outros, de modo a agir de acordo com as normas estabelecidas pela instituição. Assim, podemos concluir que estas escolas têm realizado uma educação libertadora e democrática, priorizando o diálogo enquanto a principal ferramenta de trabalho para a Educação Moral das crianças, o que denota um grande avanço.

TRANSMISSÃO DE VALORES MORAIS A PARTIR DE ANIMAÇÕES INFANTIS: ISSO É POSSÍVEL?

Josemar Soares Rosa Filho (UNIVASF - PE)
josemaar@msn.com

Marcel Luis de Moraes Oliveira (UNIVASF - PE)

Desde sua concepção, o ser humano é inserido em uma série de valores pré-estabelecidos e que devem, obrigatoriamente, ser adotados. Somos orientados a seguir um sistema moral que impõe padrões de comportamentos e exclui aqueles que não se encaixam no que é exigido. Levando em consideração que, assim como aponta Camino (1998), as pesquisas desenvolvidas na perspectiva kohlberguiana privilegiaram o estudo de uma moral individual e negligenciaram o poder da mídia nos comportamentos morais dos indivíduos e que Bandura, Ross e Ross (1963) apud Biaggio (2002) demonstraram o poder das mídias televisivas na determinação dos comportamentos e atitudes morais dos sujeitos, é importante questionar: até que ponto os filmes infantis contribuem para o desenvolvimento de uma moralidade verdadeiramente autônoma? Será que as animações infantis poderiam ser ferramentas educativas e de transmissão de valores morais? A partir desses questionamentos, esse trabalho objetivou realizar uma análise crítica e de conteúdo (Bardin, 1995) do filme infantil *Happy Feet* (EUA, 2006), apontando de que forma as concepções de moralidade se desenvolvem em alguns personagens e as categorizando. Essas categorias foram divididas e agrupadas a partir das semelhanças e diferenças de seus conteúdos. Os resultados encontrados apontam que, apesar de uma considerável parte dos posicionamentos no filme serem heterônomos, reforçando o caráter de obrigatoriedade das regras morais, a obra colabora para o desenvolvimento de concepções autônomas, uma vez que o personagem principal consegue realizar aquilo que Freire (1973) caracteriza como conscientização, que Lane (2006) diz ser uma prática transformadora e que Kohlberg (1992) define como um dos âmagos do pensamento pós-convencional: ele se torna um sujeito crítico e consciente do seu papel, gerando transformações significativas na sua comunidade. Apesar de inicialmente haver um grupo social que contribuía para uma não aceitação de suas concepções de igualdade e justiça, o protagonista da animação consegue modificar as regras e comportamentos do seu meio social de uma forma pacífica e consciente, explicitando a importância da cooperação para se resolver os problemas sociais e reforçando ainda mais uma concepção de julgamento pós-convencional. Passando uma mensagem de inclusão, respeito e cooperação, o filme atinge seu público alvo, as crianças, transmitindo valores pautados dos direitos humanos e demonstrando como uma moralidade mais justa é formada.

VALORES NOS DESENHOS ANIMADOS: A TV QUE OS PEQUENOS ASSISTEM.

Lívia Simões (USF - SP)

Maria de Fatima S. Polesi Lukjanenko (USF - SP)

maria.lukjanenko@saofrancisco.edu.br

A cultura midiática faz parte do cotidiano das sociedades, principalmente os conteúdos televisivos, que parecem exercer influência no comportamento das pessoas, devido à exposição diária as suas informações. Entendemos que o público mais influenciado é o infantil, afinal a programação televisiva abrange uma variedade enorme voltada a eles, seus maiores consumidores. Nosso foco inicial de análise, com o presente estudo, foi investigar a qualidade pedagógica do conteúdo televisivo voltado para as crianças, a partir das pesquisas sobre Psicologia e Educação Moral, pois elas possibilitam compreender o desenvolvimento moral infantil e as influências que as relações interpessoais podem exercer no processo de construção dos valores humanos. Valores, de um modo geral, se configuram como referências em nossa vida, proporcionando sentido e orientação para nossas ações, por meio deles as pessoas representam o mundo e percebem a maneira em que se situam nele. Os valores evoluem ao longo da vida pelas influências dos contextos sociais, que se diferenciam de acordo com a cultura, as crenças e os costumes de cada sociedade. Com essas considerações, pensamos em aprofundar os estudos sobre valores para analisar programas televisivos infantis, a fim de propor um modo de atuação do pedagogo com os pais, alunos e docentes. Neste sentido, acreditamos que a televisão pode ser um recurso auxiliar ao trabalho pedagógico, desde que o profissional esteja preparado para propiciar uma percepção crítica de programas televisivos, ajudando-os a serem cidadãos críticos, autônomos e respeitosos. Para fortalecer a justificativa desta pesquisa contribuíram os estudos piagetianos sobre moralidade e pós-piagetianos recentes, além daqueles que buscam compreender como a televisão pode afetar a forma como a criança compreende a vida. Uma vez que desenhos animados estão cada vez mais violentos, nossa preocupação como educadoras se refere à exposição excessiva sem intervenções pedagógicas, o que pode causar problemas à criança, afinal, ela muitas vezes não está preparada para compreender certas cenas. Desse modo definimos como problemas: Quais valores estão presentes nos conteúdos televisivos para crianças de 3 a 6 anos? Que propostas educativas podem ser trabalhadas na escola a partir dos conteúdos televisivos? Para tanto, teve como objetivos: a) analisar os valores presentes nos desenhos animados mais assistidos nas três emissoras televisivas de canal aberto no Brasil, observando a classificação indicativa para crianças de 3 a 6 anos; e b) propor situações educativas, nas quais os conteúdos televisivos possam ser trabalhados na escola com a mesma ênfase que o professor dá ao trabalho com jornal, revistas, entre outros. Optamos por uma abordagem qualitativa, considerando a revisão de estudos sobre a influência dos desenhos animados em crianças. Foram selecionados, em 2008, os desenhos animados de três emissoras com maior audiência do público infantil. Como instrumentos foram utilizados sites de pesquisa para a verificação de audiência, sites das próprias emissoras pesquisadas e um roteiro de observação para analisar os desenhos selecionados: “Bob Esponja Calça Quadrada” (Rede Globo), “Ben 10” (SBT) e “Pinky Dinky Doo” (TV Cultura). Diferentemente do que pensávamos, os resultados permitiam constatar a presença de valores positivos nos diversos desenhos animados. No entanto, o desenho “Pinky Dinky Doo” deve ser destacado, visto que foi o único no qual não observamos, em nenhum momento, antivalores por nenhum de seus personagens, enquanto os desenhos “Ben 10” e “Bob Esponja Calça Quadrada” foram encontrados antivalores como a inveja, a ira e a falta de responsabilidade. Em contrapartida, os mesmos também apresentaram valores de maneira positiva como a justiça, a amizade e a bondade, que são imprescindíveis para uma qualidade de vida melhor. Observamos ainda, que o sentido da justiça, citado acima, suscitava conflitos constantes nos personagens dos desenhos animados para, a nosso ver, permitirem aos pequenos a sua compreensão. Acreditamos que a escola pode utilizar-se da TV como uma aliada no desenvolvimento de propostas curriculares, e não um meio de distração às crianças. Para que isso ocorra, deve haver uma formação apropriada para o educador, a fim de que ele compreenda a importância da mídia também

no cotidiano escolar e tenha conhecimento de como utilizá-la na sala de aula. As atividades pedagógicas planejadas a partir dos desenhos animados e apresentadas nesse trabalho podem auxiliar as crianças no diálogo, na expressão de seus sentimentos, na discussão de dilemas rotineiros ou hipotéticos, na resolução de conflitos, entre outros procedimentos morais. Pretendemos oferecer sugestões para que a educação midiática se torne algo natural, seja no ambiente familiar ou no escolar e que os educadores busquem juntamente com as crianças a forma mais adequada de se desenvolver a autonomia moral. Embora, de acordo com os fundamentos teóricos deste estudo, saibamos que apenas a cooperação, no sentido piagetiano, leva a autonomia. Assim, mais do que procedimentos educativos utilizados especialmente para a formação moral é necessário que o professor promova em sua sala de aula um ambiente cooperativo, no qual estejam presentes regras de convívio, conflitos cognitivos e relacionais, uso de diálogos, ausência de punições e recompensas, trabalhos em grupo e atividades desafiadoras. Nessa linha o uso da mídia pode ser um complemento, que vem a enriquecer o rol de atividades educativas sem, contudo, se restringir a uma prática isolada ou desarticulada de toda rotina escolar.

RELAÇÕES INTERPESSOAIS NA PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO ORKUT

Luana Rodrigues de Souza da Silva (USF - SP)

Maria de Fatima S. Polesi Lukjanenko (USF -SP)

maria.lukjanenko@saofrancisco.edu.br

O uso do computador está cada vez mais presente na sociedade contemporânea, influenciando diversas mudanças, inclusive nos modos de relacionamento interpessoal, haja vista a popularidade dos sites de relacionamento no Brasil. Este estudo, iniciado no ano de 2008, teve como foco de interesse o entendimento da percepção de usuários do Orkut acerca das relações interpessoais, para poder inferir sobre as implicações desse tipo de relacionamento no desenvolvimento moral, bem como na educação para esse novo tempo. Estudos recentes, que tratam das novas tecnologias na educação e aqueles que versam sobre a Psicologia e Educação Moral, permitiram problematizar: há, na percepção dos usuários do Orkut, uma correspondência entre os relacionamentos sociais na Internet e presenciais? Qual a percepção desses usuários acerca das práticas de cyberbullying? Pode haver correspondência entre as justificativas atribuídas em um dilema moral e a percepção do usuário acerca de tais práticas? O que a escola tem feito acerca dessas discussões? Diante dessas inquietações, buscamos, portanto, explorar a percepção dos usuários do site de relacionamentos Orkut acerca das relações interpessoais. Os objetivos específicos desse estudo foram: a) verificar se na percepção de usuários do Orkut há correspondência entre os relacionamentos sociais na Internet e os presenciais; b) verificar a percepção desses usuários acerca das práticas de cyberbullying no Orkut; c) verificar se houve correspondência entre as justificativas atribuídas ao dilema moral e a percepção do usuário acerca das práticas de cyberbullying, bem como analisar possíveis valores morais que podem estar ausentes nestas novas formas de relacionamento; d) discutir o papel da educação diante desses cenários. Participaram da pesquisa 104 usuários do site de relacionamentos Orkut, na faixa etária entre 14 e 50 anos, na maioria mulheres (77%), estudantes do ensino superior (78%) e do ensino médio (22%). Como instrumentos foram utilizados um dilema moral hipotético e um questionário para explorar a percepção dos pesquisados, elaborados pelas autoras do estudo. Os principais resultados evidenciaram que: a) na percepção dos participantes, há correspondências entre os relacionamentos sociais na Internet e os presenciais; b) mais de 75% dos participantes apresentaram para o dilema proposto, características do nível de raciocínio moral correspondente ao pós-convencional; c) mais de 20% dos entrevistados reconhecem já ter enviado ou recebido um recado ofensivo; d) há uma diferença entre o raciocínio e a ação moral dos usuários, verificando-se a ausência de certos valores nas relações mediadas pelo uso da Internet e que ferem princípios considerados essenciais à dignidade do ser humano; e) práticas de cyberbullying muitas vezes se

originam na instituição de ensino para depois transpor-se para a realidade virtual, assim a educação não está alheia a essas práticas e, portanto, refletir e construir propostas didáticas que tornem essas comunicabilidades sociais através de um uso crítico e consciente é tarefa necessária. As contribuições dessa pesquisa são relevantes para as ciências humanas, com ênfase à educação, visto que estudos revisitados demonstraram a necessidade de um enfoque reflexivo sobre o emprego crescente das tecnologias na vida do ser humano e a dificuldade de a escola analisar seu papel na sociedade atual.

ANÁLISE DE EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM VALORES MORAIS NA MESORREGIÃO CENTRAL ESPÍRITO-SANTENSE

Mariana Santolin Romaneli (UFES - ES)

marianaufes@yahoo.com.br

Heloísa Moulin de Alencar (UFES - ES)

Barbara Frigini De Marchi (UFES - ES)

Leandra Lúcia Moraes Couto (UFES - ES)

Mayara Gama de Lima (UFES -ES)

A presente pesquisa buscou descrever e analisar uma experiência “bem sucedida” de Educação em Valores Morais em uma escola pública localizada na mesorregião Central Espírito-Santense. Este estudo fez parte de um trabalho mais abrangente, que contou com um grupo de pesquisadores participantes da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia) e teve apoio do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Entendemos que a internalização das regras ocorre ao longo do processo de socialização, ou seja, desenvolve-se de acordo com as experiências que estabelecemos com o meio. Nesse sentido, há um desenvolvimento da moralidade humana, podendo existir, assim, uma educação em valores morais. Tal formação tem como objetivo o desenvolvimento de indivíduos autônomos, aptos a cooperação, e pode acontecer nos diversos espaços sociais nos quais estamos inseridos. Contudo, o enfoque deste estudo foi o contexto escolar. Ressaltamos que pesquisas sobre essa temática são importantes, pois um trabalho educacional é necessário para a formação moral e ética de crianças, jovens e adultos. Para a descrição da experiência, realizamos entrevistas com a coordenadora do projeto (professora de história e filosofia), uma professora de português e oito alunos. As entrevistas semi-estruturadas foram organizadas em blocos de perguntas: a) caracterização do participante; b) descrição do ambiente; c) motivação/contexto do projeto; d) caracterização da experiência propriamente dita; e) avaliação dos resultados da experiência; f) dificuldades e limites da experiência; g) apreciações gerais da experiência e h) considerações finais. A escola na qual a experiência ocorreu oferece ensino fundamental (de 5ª a 8ª série) e médio, funciona nos três turnos e atende aproximadamente 1.300 alunos. A instituição localiza-se em um município com forte influência da cultura italiana. Manifestações dessa influência podem ser constatadas nas festas locais, que oferecem atrações como danças, músicas e comidas típicas. Dessa forma, outras culturas presentes na região são desvalorizadas. Esta foi, portanto, uma das motivações do projeto de educação em valores morais, que teve por objetivo pesquisar e resgatar a trajetória dos afrodescendentes residentes no referido município. A experiência foi realizada em duas etapas. A primeira no ano de 2009, quando os alunos estavam no segundo ano do ensino médio, e a segunda em 2010, estando os alunos no terceiro ano. Participaram 120 alunos, divididos em 26 grupos. Eles fizeram um levantamento das famílias afrodescendentes e selecionaram aquelas que residiam no município desde a sua emancipação, em 1988, chegando a um total de 28 famílias. A partir disso, os alunos visitaram as famílias escolhidas e desenvolveram atividades como tirar fotos, solicitar documentos pessoais e fotos antigas, buscar informações para a construção de uma árvore

genealógica e produzir um relato das histórias das famílias. Esses relatos continham as seguintes informações: chegada da família ao município; origem, trajetória e desenvolvimento das famílias; conquistas e dificuldades passadas no município. Ao final do projeto, foi publicado um livro que retrata a história das 28 famílias afrodescendentes. Como resultado da experiência, foi constatado que, após o início do projeto, os alunos passaram a valorizar a trajetória e a cultura das famílias afrodescendentes do município. Os resultados apontam, ainda, que durante as atividades realizadas houve uma maior cooperação entre os alunos, uma vez que os grupos se uniram para desenvolver as tarefas, assim como para solucionar as dificuldades que surgiram durante a realização do trabalho. Por meio desses resultados, percebemos que esta experiência de educação em valores morais criou oportunidades para a cidadania, ressaltando o exercício de direitos e deveres; favoreceu o aumento da cooperação, possibilitando aos indivíduos uma relação de respeito mútuo e permitiu a reflexão e prática do respeito às diferenças culturais. Por sua vez, os resultados apontam dificuldades e limites da experiência no que diz respeito aos participantes, procedimentos e avaliação. No entanto, concluímos que, apesar desses limites, a referida experiência contribuiu para a formação moral e ética dos alunos.

EDUCAÇÃO MORAL E INCLUSÃO ESCOLAR: DUAS PRÁTICAS INTER-RELACIONADAS

Patrick Pereira (FAJ - SP)
patrick_1311@hotmail.com
Paula Saretta (FAJ - SP)

Tanto a educação moral quanto a inclusão escolar constituem práticas importantes e cada vez mais necessárias nas escolas, se apresentando, entretanto, como algo novo e desafiador aos educadores. As dificuldades incidem no fato de que a maioria das escolas apenas desenvolve projetos de inclusão parcial e continuam a atender aos alunos com necessidades especiais em espaços escolares parciais ou totalmente segregados. Com relação à educação moral, ela ainda não se constitui como uma prática presente e efetiva em todas as escolas, uma vez que existe um discurso expressivo que mantém a ideia de que o papel da escola é o de transmitir conhecimento e de que o papel da família é o de cuidar e se responsabilizar pela formação ética e moral das crianças e adolescentes. A partir do exposto, o presente trabalho teve como objetivo geral descrever e analisar a relação existente entre as práticas de inclusão escolar e as de educação moral nas instituições educativas. Para isso, foi realizada uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, em que foram entrevistados três professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental I que trabalham ou já trabalharam com a inclusão escolar em escolas públicas e privadas da região metropolitana de Campinas / SP. As entrevistas foram áudio gravadas e depois transcritas na íntegra. A análise dos resultados se deu pelo método da Análise de Conteúdo e as falas selecionadas foram divididas em duas categorias principais: relação aluno x aluno x professor e postura da escola x aluno. Pelo presente estudo constatou-se que as práticas de uma inclusão escolar efetiva e as de educação moral estão inter-relacionadas, de forma que uma contribui com a outra, uma vez que a inclusão proporciona uma maior diversidade de alunos, abrindo um leque de possibilidades para o trabalho com o respeito e a naturalidade da diferença humana através de práticas de educação moral. Desta forma, enquanto que a inclusão proporciona as situações para a prática da educação moral, esta última contribui para a inclusão escolar, na medida em que desenvolve o respeito e a compreensão para com as diferenças. Os resultados sugerem a realização de pesquisas qualitativas em outras escolas inclusivas com as mesmas características das estudadas, a fim de se perceber diferentes conduções de trabalhos condizentes com essas práticas. Da mesma forma, contribuiria para este estudo uma pesquisa quantitativa em que fosse possível avaliar as mudanças ocorridas no desenvolvimento moral das crianças e adolescentes após o aumento significativo de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA: ANÁLISE DO TEMA SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Rosely Aparecida Frojoni Jacomini (CUMML - SP)

docevida@fortuna.jard.com.br

Silvia Aparecida de Sousa Fernandes (CUMML - SP)

O objetivo da pesquisa é verificar qual a abordagem geográfica em relação à atuação do homem sobre o meio ambiente presentes em materiais didáticos do Ensino Fundamental I. Busca-se aguçar o interesse pessoal de recuperação e preservação, pois essas abordagens podem trazer a concepção de preservação ambiental. No âmbito deste trabalho, faremos a análise do livro didático selecionado pela Secretaria de Educação (SEMED) de uma cidade no interior do Estado de São Paulo, para identificar quais as unidades que apresentam o tema meio ambiente e saúde como ele é apresentado no material didático. A metodologia para a realização da pesquisa envolve a pesquisa bibliográfica sobre o tema e a coleta de dados será feita a partir da análise da coleção de geografia Projeto Buriti, da Editora Moderna, selecionada pela Secretaria da Educação (SEMED) do município em análise. Esta coleção faz parte da seleção realizada pelo MEC no PNLD, 2010 e indicado para a seleção realizada pelos professores. Sabemos que o livro é um instrumento quase indispensável para o professor, nas atuais condições de trabalho, mesmo que seja como um complemento para as atividades pedagógicas. Por isso, vamos analisar também a metodologia usada nos livros selecionados para os anos de 2009 e 2010 e como a Educação Ambiental (EA) é abordada nesses livros. Analisaremos não só o conteúdo, mas os demais conhecimentos que tangem à EA, particularmente no quinto ano do Ensino Fundamental. Os dias atuais recebem as marcas de um momento particular na sociedade contemporânea, expressas na complexidade de se aprender variados e múltiplos fenômenos que se manifestam no espaço-tempo, constituindo-se um grande desafio compreender e conduzir nossos alunos neste mundo em que habitamos. Várias realidades socioculturais e políticas repercutem na sala de aula e particularmente, no ensino de Geografia. Muitas vezes, tem-se a sensação de que somos massacrados pela velocidade com que mudam as tecnologias, difundem-se as informações, estruturam-se as sociedades, relativizam-se as fronteiras e transformam-se os espaços. Tantas mudanças e transformações nos fazem questionar qual o papel do professor de Geografia diante dos livros didáticos utilizados para que se amplie uma gama de aspectos que permeiem sua prática docente, considerando anseios, ações, valores, concepções de mundo, entre outros. O educador comprometido com uma educação que desvele o mundo leva o aluno a questionar o dinâmico espaço geográfico, como também a matéria prima da geografia escolar, que se permite assimilar com base em diferentes estratégias, escalas e concepções, tornando-se, assim, compreensível e passível de ser apreendido.

TRANSIÇÃO DE VALORES: DA EDUCAÇÃO INFANTIL AO ENSINO FUNDAMENTAL

Maitê Ramos Petrim (UMESP - SP)

Mariana Aparecida de Mello Stringhetta (UMESP - SP)

Thais Gimenes de Carvalho (UMESP - SP)

thais.g.carvalho20@gmail.com

O “I Congresso de Pesquisas em Psicologia e Educação Moral – Crise de Valores ou Valores em Crise?” realizado em Julho de 2009, na Universidade Estadual de Campinas, SP, trouxe à tona um tema que vem sendo discutido com frequência: ética e moral. Foi com inspiração no mesmo que decidimos pesquisar sobre a Transição de valores - Da Educação Infantil ao Ensino Fundamental -. O trabalho foi fundamentado à luz de concepções de Luciene Regina Paulino Tognetta, juntamente com autores como Gusrdorf, Vallejo, e La Taille. Em síntese o trabalho estuda cada um desses

valores (ética e moral) para posteriormente descobrir com qual intensidade as crianças que estão saindo da Educação Infantil e entrando no Ensino Fundamental carregam os mesmos. Segue uma sucinta explicação do que são os valores morais, e, a ética e a moral. Valores morais: contribuem para a construção da representação de si mesmo, ou seja, da sua identidade, eles são necessários para que possamos compreender o mundo e nós mesmos e, nos orientam nos momentos de escolhas. Esse ensinamento nos permitiu analisar a posição da escola diante dos valores. É fato que a mídia os enfatizam muito, porém, a escola cada vez mais é a encarregada por essa “educação moral”. Para tanto, não é suficiente colocar na grade do currículo uma aula de ética e moral, é necessário muito mais, e, o maior responsável por isso é o professor que deve atender à perspectiva ética e moral. É sabido que o aluno que chega à escola leva sempre influências positivas e negativas, cabendo assim ao professor trabalhar sobre essa perspectiva sempre servindo como modelo por intermédio de atos éticos e morais, e ter a consciência de que na relação professor-aluno ambos aprendem, assim como ter respeito, cumplicidade, e sensibilidade moral. Foi com base nesse estudo que aplicamos dois dilemas, respectivamente sobre solidariedade e generosidade que nos permitem verificar se as crianças pensam no “eu” e no “próximo”, no bem em prol de todos e pensar num ato e nas suas consequências. Em outras palavras, nos mostram qual é a intensidade desses valores morais carregada nessa transição. O resultado obtido após aplicar os dilemas com vinte crianças entre cinco e seis anos de idade (dez finalizando a Educação Infantil e dez adentrando o Ensino Fundamental) foi satisfatório (vale ressaltar que as análises de respostas e os níveis nas quais se encaixam são baseados no livro: TOGNETTA, Luciene Regina Paulino. *A Formação da personalidade ética – Estratégias de trabalho com afetividade*. São Paulo: Mercado de Letras, 2009), onde 35% das crianças da Educação Infantil apresentaram respostas éticas, enquanto as do Ensino Fundamental apresentaram 60%. Em termos morais tanto as crianças da Educação Infantil quanto as crianças do Ensino Fundamental se enquadraram em 80% das respostas.

